

ISSN (Versão Impressa): 1519-9894

ISSN (Versão Online): 2179-2194

*fragmentum*

- 63 -

**RESISTÊNCIAS, REVOLTAS E REVOLUÇÕES:  
TENSÕES SOCIOPOLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES  
DE SENTIDO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI**

**Juliana da Silveira (Unisul/Instituto Ânima - Brasil)**

**Julieta Haidar (ENAH - México)**

**Maurício Beck (UESC - Brasil)**

**Rodrigo Oliveira Fonseca (UFSB - Brasil)**

Organizadores



Fragmentum / Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Centro de Artes e Letras (CAL). Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFSM). Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem (Laboratório Corpus). N. 1 (set. 2001)- . Santa Maria, 2001- .

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/issue/archive>  
Semestral

ISSN 1519-9894 (versão impressa)

e-ISSN 2179-2194 (versão online)

N. 63 (jan./jun. 2024). "Resistências, revoltas e revoluções: tensões sociopolíticas e transformações de sentido nas primeiras décadas do século XXI", organizado por Juliana da Silveira (Unisul / Instituto Ânima - Brasil), Julieta Haidar (ENAH - México), Maurício Beck (UESC - Brasil), Rodrigo Oliveira Fonseca (UFSB - Brasil).

1. Resistência. 2. Sentido. 3. Linguística. 4. Universidade Federal de Santa Maria. 5. Centro de Artes e Letras.

Ficha catalográfica elaborada por Luciano Rapetti | CRB-10-2031

Biblioteca Central da UFSM

### **Editora do Programa de Pós-Graduação em Letras**

Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Santa Maria

Prédio 16, CE, sala 3222 – Bloco A2

Campus Universitário - Bairro Camobi

CEP 97105-900 – Santa Maria, RS – Brasil

Fones: 55 3220 8359 – 55 3220 8025

Email: [ppgletras@ufsm.br](mailto:ppgletras@ufsm.br)

Site: [www.ufsm.br/ppgletras](http://www.ufsm.br/ppgletras)

### **Fragmentum**

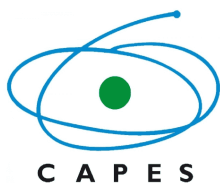
[www.ufsm.br/fragmentum](http://www.ufsm.br/fragmentum) – [fragmentum.corpus@gmail.com](mailto:fragmentum.corpus@gmail.com)

### **Apoio**

Centro de Artes e Letras - CAL/UFSM

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PRPGP/UFSM

Pró-Reitoria de Extensão – PRE/UFSM



## **Fragmentum**

Publicação do Laboratório Corpus – Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem, do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM

### **ANO DA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO**

**2001**

### **POLÍTICA EDITORIAL**

*Fragmentum* é um periódico científico publicado trimestralmente nas versões impressa (ISSN 1519-9894) e on-line (ISSN 2179-2194) e destinado a pesquisadores e estudantes em nível de pós-graduação. O periódico divulga textos produzidos por pesquisadores que desenvolvem, como escopo e/ou resultado de pesquisas, as seguintes problemáticas:

a) Na Linguística, questões enunciativas e/ou discursivas, tendo por eixo diretor o campo do saber sobre a história da produção do conhecimento linguístico, a partir da análise de instrumentos linguísticos, bem como de outras textualidades alicerçadas pela História das Ideias Linguística em sua relação com a Análise de Discurso de linha francesa;

b) Na Literatura, estudos comparados que têm evidenciado a relação do texto literário não apenas com seu contexto de produção como também com outras artes, mídias, saberes e formas, aproximação esta que articula artes e conhecimentos em suas especificidades, demonstrando processos de leitura, compreensão, interpretação e análise envolvidos no acesso a obras de arte e à recepção de um público especializado.

Admitem-se textos em português, francês, inglês ou espanhol. Não são aceitos textos de pesquisadores que não tenham a formação mínima de doutor. Acadêmicos de doutorado podem submeter textos à avaliação, desde que em coautoria com o professor orientador.

Com periodicidade semestral, cada novo dossiê temático será organizado por dois pesquisadores e constituído de um conjunto de artigos somados a uma resenha e à divulgação, em formato de resumo, de duas teses já defendidas, que apresentem relevância para a temática em foco. Afora essa estrutura preestabelecida, a Revista *Fragmentum* se reservará o direito de publicar entrevistas e outras textualidades inéditas, de caráter artístico e ensaístico, quando convier. Originais em francês, português e espanhol deverão apresentar título, resumo e palavras-chave na língua em que o texto e em inglês. Os originais em inglês devem apresentar título, resumo e palavras-chave em inglês e em português.

**Reitor da Universidade Federal de Santa Maria**

Prof. Dr. Luciano Schuch

**Diretor do Centro de Artes e Letras**

Prof. Dr. Gil Roberto Costa Negreiros

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras**

Prof. Dr. Dionei Mathias

**Coordenadora Geral do Laboratório Corpus**

Profa. Dra. Verli Petri

**Comitê Editorial****Comissão Editorial**

Amanda Eloina Scherer, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

Enéias Farias Tavares, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

Verli Petri, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

**Editora-Chefe/Editora Gerente**

Amanda Eloina Scherer, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

**Editores de Língua Estrangeira**

Francês – Amanda Eloina Scherer, UFSM, RS, Brasil.

Inglês – Enéias Farias Tavares, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

Espanhol – Germán García Bermúdez, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay.

**Conselho Editorial**

Alcides Cardoso dos Santos, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.

Ana Paula El-Jaick, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Ana Zandwais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Anne-Gaëlle Toutain, Université de Berne, Suisse.

Beatriz Maria Eckert-Hoff, Universidade do Distrito Federal, Brasília, DF, Brasil.

Bethania Mariani, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Caciane Souza de Medeiros, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

† Carme Regina Schons, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil.

Caroline Mallmann Schneiders, Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo/RS, Brasil.

Célia Marques Telles, Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Chloé Laplantine, Laboratoire Histoire des Théories Linguistiques, França.

Christian Puech, Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, França.

Cristiane Dias, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Eduardo Guimarães, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Enéias Farias Tavares, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Eni Puccinelli Orlandi, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP; Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, MG, Brasil.

Estanislao Sofia, Professor Visitante Estrangeiro Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Evandra Grigoletto, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil Flavio Felicio Botton, Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, Brasil.

Flávio Loureiro Chaves, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Gema Sanz Espinar, Universidad de Madrid, Espanha Gerson Luiz Roani, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, SP, Brasil.

Gesualda Rasia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Giuseppe D'Ottavi, Institut des Textes et Manuscrits Modernes, Paris (ENS/CNRS), França.

Gladys B. Morales, Universidad Nacional de Río Cuarto, Argentina Héliane Kohler, Université de Franche-Comté, França.

Irène Fenoglio, Centre National de la Recherche Scientifique, França.

Isabel Cristina Ferreira Teixeira, Universidade Federal do Pampa, Bagé, RS, Brasil.

José Edicarlo de Aquino, Universidade Federal do Tocantins.

José Horta Nunes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

José Luís Jobim de Salles Fonseca, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Juan Manuel López-Muñoz, Universidad de Cadiz, Espanha.

Juliana Steil, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Larissa Montagner Cervo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Lucília Maria Sousa Romão, Universidade Estadual de São Paulo, USP-Ribeirão, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Mara Ruth Glozman, Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Márcia Helena Saldanha Barbosa, Universidade de Passo Fundo (UPF), Brasil.

Maria Cleci Venturini, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil.

Maria da Glória Bordini, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Maria da Glória Corrêa Di Fanti, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

Maria José R. Faria Coracini, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Marianne Rossi Stumpf, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mariarosaria Zinzi, Università degli Studi di Firenze, Itália.

Marilene Weinhardt, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Marluza da Rosa, Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen.

Mary Neiva Surdi da Luz, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil.

Nádia Régia Maffi Neckel, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

Orna Messer Levin, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Paola Capponi, Università di Torino, Italia.

Paulo Ricardo Kralik Angelini, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Regina Zilberman, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Rejane Pivetta de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.  
Silmara Dela Silva, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.  
Taís da Silva Martins, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.  
Valdir do Nascimento Flores, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.  
Valdir Prigol, Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil.  
Vanise Gomes de Medeiros, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.  
Véronique Daleth, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

### **Produção Editorial Capa e Projeto Gráfico Originais**

Simone de Mello de Oliveira, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.  
Mirian Rose Brum-de-Paula, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

### **Produção Gráfica**

Ana Carolina Cipolat Gay, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

### **Editoração Eletrônica**

Robson Severo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

### **Revisão de linguagem (Português)**

Victoria Heloína Almeron Lopes dos Santos, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil.

### **Revisão de linguagem (Espanhol)**

Camila Manfio Simoes, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil.

### **Indexadores**

Rede Cariniana (IBICT)

Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Google Acadêmico ZHdK – Zürcher Hochschule der Künste

EZB – Elektronische Zeitschriftenbibliothek

TIB – Leibniz Information Centre for Science and Technology University Library

WorldCat® (OCLC)

## Apresentação

### Resistências, revoltas e revoluções: tensões sociopolíticas e transformações de sentido nas primeiras décadas do século XXI

Juliana da Silveira  
Julieta Haidar  
Maurício Beck  
Rodrigo Oliveira Fonseca

Há décadas o mundo vive com intensidade o fim do fim das ideologias, o fim do fim da História do discurso fukuyamista, o esgarçamento de supostos consensos e da política como administração tecnocrática, bem pontuada pela crise financeira de 2007-2008, a desglobalização de capitais, o recrudescimento das guerras, a intensificação dos processos migratórios, da violência policial e da execução de lideranças populares, a disseminação de movimentos e governos de extrema-direita, mas também o aumento do número de greves, ocupações e levantes populares<sup>I</sup>. Dentre estes, cabe citar aquele dos zapatistas em 1994, a proliferação de ocupações de terra no Brasil e de movimentos altermundistas de Londres a Seattle ainda na década de 90 (que ensejaram a realização dos Fóruns Sociais Mundiais), a Primavera Árabe, o *Black Lives Matter*, o *Occupy* e acampadas, as manifestações de 2013 e a primavera secundarista no Brasil, os protestos no Chile em 2019, os coletes amarelos na França, e muitos outros movimentos que mexeram fortemente com o quadro político em diversos países do mundo.

Abordar resistências, revoltas e revoluções na perspectiva discursiva implica necessariamente o trabalho com um complexo de processos discursivos que remetem a diferentes condições de produção, temporalidades e dominâncias. As resistências, em particular, compreendem cada vez mais claramente a atitude hoje hegemônica dos sujeitos e de discursividades, além de comparecer como objeto de estudos preponderante em inúmeras pesquisas acadêmicas. Sob a dominância política, social e ideológica do capital, nos seus processos de incorporação produtiva dos impulsos de rebeldia e resistência pela mais-valia relativa, são constantes os apelos à resiliência (cuja contraparte é o adoecimento e a medicalização da vida), à aceitação do “corre”, da “batalha” e da sobrevivência como horizonte habitual do cotidiano (que Bourdieu<sup>II</sup> caracterizou como *exaltação do advento da sociedade de risco*), e os desdobramentos indigestos da chamada positividade tóxica, do “pensar fora da caixa” ao “sair da zona de conforto” que glorificam a instabilidade e a sobrecarga de trabalho. Como há mais de vinte anos escreveu Slavoj Žižek,

I Uma pequena mostra disso é o recorde de greves na China e nos Estados Unidos em 2023 (maior número em 50 anos nos EUA e desde 2016 na China), e as greves multitudinárias de trabalhadores da Samsung na Coreia do Sul e na Índia. Reportagem de 2022 da Al Jazeera, *Why are workers going on strike around the world?*, aborda a diversidade de categorias que têm se mobilizado em todo o mundo: <https://www.aljazeera.com/program/counting-the-cost/2022/12/3/why-are-workers-going-on-strike-around-the-world>

II *Apud* Thierry Guilbert, *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 97.

A atitude hegemônica de hoje é a da “resistência” - toda a poética das multidões marginais dispersas, as sexuais, étnicas, e de estilos de vida (gays, doentes mentais, prisioneiros,...) “resistem” a um misterioso Poder (em maiúscula) central. Todos “resistem” - desde os gays e lésbicas até os *survivalists* da direita -; então, por que não inferir a conclusão lógica de que esse discurso da “resistência” é a norma hoje e, como tal, o principal obstáculo à emergência do discurso que realmente colocaria em questão as relações dominantes? (Zizek, 2003, p. 85-86)

Não significa, evidentemente, que a partir dos gritos de resistência – do *I can't breath!* ao *Don't tread on me* – não surjam revoltas e, menos ainda, que as resistências coletivas das classes dominadas e seus movimentos sejam necessariamente defensivas e adaptativas, especialmente quando, a despeito de não “colocarem em questão” as relações dominantes, constroem condições de visibilidade e dizibilidade sobre a dominação. É o que vemos nos artigos a seguir.

Em *Arte colombiano y coyunturas de la paz: realidad, memoria y cambio social*, de Futuro Moncada Forero, contamos com a análise dos conflitos armados e das violências contra as culturas originárias na Colômbia, que se plasmam na literatura e na arte. Neste sentido, se destacam três obras emblemáticas produzidas durante os conflitos: *Desana: simbolismo de los indios tukano del Vaupés* (1968), *Cosmología como análisis ecológico: una perspectiva desde la selva pluvial* (1977), e *El chamá y el jaguar* (1978). Além destas produções antropológicas, aparecem dois filmes de grande impacto. *El abrazo de la serpiente*, de 2015, com dois prêmios internacionais, que narra o encontro transcultural entre um xamã amazônico e um etnólogo alemão. O outro é o documentário *El sendero de la Anaconda* (2019), que narra a aventura de dois etnólogos pela selva colombiana, em período posterior à assinatura dos acordos de paz, negociados entre 2012 e 2016 no governo de Juan Manuel Santos. Entre outras produções, se destaca *La Selva Inflada* que trata o profundo problema dos jovens indígenas discriminados, excluídos, obrigados a negar a memória da sua cultura, o que os leva ao suicídio ao desvinculá-los da sua cultura ancestral, e fragmentar suas identidades.

Os filmes analisados denunciam a violência exercida contra as comunidades indígenas, apesar dos acordos constitucionais, e que se enfrentam com os conflitos armados e com a perda de seus territórios.

O artigo *Palabras de Salitre*, de Oscar Ochoa, visa analisar as tensões, os litígios e os modos de resistência dos povos ribeirinhos do Lago de Texcoco diante do despojo territorial causado pelo megaprojeto do Novo Aeroporto Internacional da Cidade do México. O autor articula a noção de formação discursiva, baseando-se em Pêcheux, Foucault e Haidar, com a de longas durações históricas, conforme formulado por Braudel, para mostrar como os discursos de resistência desses povos se constituíram em uma secular luta contra o colonialismo, o Estado neoliberal e seus impactos ambientais. O artigo oferece análises pontuais dos discursos de resistência e recupera memórias discursivas que atravessam uma matriz civilizatória própria (mesoamericana), a República de Índias e o império espanhol. Além disso, aborda brevemente a tensão histórica entre a política partidária, do Estado democrático moderno, e a política ancestral, que luta pela autonomia dos povos e a manutenção do vínculo com o território, por meio da mobilização de noções materialistas como acontecimento, formação discursiva e formação imaginária.

Isabel Galindo Aguilar, no artigo **El cine documental del Tejido de comunicación como**



**memoria de la cultura insurgente y dispositivo para repolitizar la mirada**, aborda a repolitização do olhar por meio de três documentários produzidos entre 2005 e 2009, tanto pela sua concepção quanto pela sua exibição em fóruns de vídeo comunitários, reuniões e assembléias. A *insurgência simbólica* promovida por esses filmes explicita o lugar de enunciação das lutas do povo Nasa, vítimas do terrorismo de Estado, via torturas, assassinatos, racismo, calúnias e criminalização pelas forças armadas colombianas e pela mídia hegemônica, que atuam em sinergia na defesa da propriedade privada dos latifundiários do Cauca, departamento do sudoeste colombiano.

A criminalização da insurgência indígena é revertida pelas narrativas dos documentários, que mostram de forma clara que a resistência indígena não é parte das guerrilhas das FARC-EP/Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (como o ex-presidente Álvaro Uribe propagandeava), que a resistência Nasa nem mesmo é armada, mas simbolizada pelo *bastão de comando dos cabildos*, que representa autoridade, organização e solidariedade. Central nesse processo de luta é o trabalho colaborativo comunitário desenvolvido, a sabedoria criada em torno da necessidade de se comunicar de uma forma que potencializa a resistência e a promoção de “Planos de Vida”, contra os persistentes e renovados projetos de morte em um território no qual menos de 10% dos proprietários (ou “proprietários”, como melhor escreve a autora) controlam mais da metade das terras férteis em benefício da monocultura, da mineração e da indústria petrolífera.

Vindo para o Brasil e a Argentina, por meio de um estudo histórico, discursivo e comparativo, Esteves, Nascimento, Andrade e Rodrigues realizam uma análise das questões estruturantes que organizam o debate contemporâneo sobre/contra os direitos reprodutivos das mulheres nesses dois países. Que “escolhas” estão sendo discursivizadas de modo a reforçar ou superar a tradicional divisão sexual do trabalho? Por quais vias esse debate toca as figuras patriarcais do *homem provedor* e da *mulher cuidadora*? A falta de simetria se mostra gritante quando os autores trazem o projeto de lei argentino em torno de um mal apelidado “aborto masculino”, pelo qual o pai passaria a ter o direito de negligenciar e renunciar a sua paternidade. Afinal, fingir-se de morto para o(s) filho(s), não se responsabilizar pela sua criação, a prática do abandono parental, é já bastante disseminada e pontuada em muitas certidões de nascimento.

O artigo, intitulado *Direitos reprodutivos e descriminalização do aborto na América Latina: avanços e retrocessos no Brasil e na Argentina*, perscruta o debate jurídico sobre o tema nos dois países. O fato de a Argentina estar uns bons passos adiante na descriminalização do aborto não significa que a conjuntura ideológica seja muito diferente e seja menor a produção de injunções a falsas simetrias, como no caso do “aborto masculino”. No Brasil, um desses casos é analisado por meio da pergunta que os “senadores pró-vida” propõem para consulta popular através de plebiscito: “Você é a favor da legalização do crime do aborto?”. Temos assim, entre outros fatores analisados, o reforço discursivo da criminalização da mulher que “falha” no seu papel reprodutivo.

Continuando no Brasil e retornando às lutas dos povos originários e ao cinema documental, no artigo *Suicídio indígena e(m) tensões sociopolíticas contra os Povos Originários em Mato Grosso do Sul*, Elaine de Moraes Santos e Monalisa Quintana problematizam, a partir de uma perspectiva metodológica arqueogenealógica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, a questão do suicídio indígena colocando em relevo as tensões sociopolíticas envolvendo as “mortes autoprovocadas” entre os povos Guaraní-Kaiowá

no Estado de Mato Grosso do Sul. As autoras tomam como objeto de análise o documentário *O Mistério de Nhemyrô*, considerando as narrativas documentais como uma das formas possíveis de resistência. Na seleção de seu objeto, elas destacam, portanto, a relevância do documentário como forma que permite às comunidades originárias articularem sua história consolidando suas lutas territoriais passadas ao mesmo tempo em que se posicionam no presente ocupando esse espaço como local de fala, escuta e resistência. Para tanto, as autoras partem de três sequências enunciativas chamando a atenção para a relação entre “perdas, vestígios de vida e resistências”. De modo singular, a partir das questões levantadas nessa análise, é possível compreender que pensar a resistência tendo em conta as relações de poder em jogo no domínio dos povos originários requer olharmos, de um lado, para o próprio modo de nomeação ocidental do suicídio que, nesse contexto, apresenta uma variada circulação (morte ou violência autoinfligida, autoprovocada, suicídio, autoextermínio) e, de outro lado, o modo como o suicídio ou, nas palavras das autoras “a destruição voluntária da vida”, será tomado desde uma perspectiva originária como um gesto que não se resume na “produção da morte”, mas desde uma perspectiva relacional entre morte, vida e território. Formas outras de pensar a resistência para além da luta e da permanência que idealizam esse sujeito que resiste a algo objetivamente exterior, ao mesmo tempo em que convida a pensar a destruição voluntária da vida na sua relação direta com as formas de extermínio dos coletivos aos quais essa vida está integrada.

Em *Violência e morte como Política de Estado*, Renata Adriana de Souza e Jefferson Gustavo dos Santos Campos, se voltam para o *WikiFavelas*, Dicionário das Favelas Marielle Franco, com o propósito de realizar um gesto de interpretação sobre a chamada “estatização da morte” (Hirata, Grillo, Lyra e Dirk, 2022), partindo do recorte de trechos dos verbetes *Chacinas em favelas no Rio de Janeiro*, *Chacina de Acarajé* e *32 anos da Chacina de Acari*. Para os autores, analisar os verbetes permite compreender a relação dessas comunidades com o Estado, dando ênfase ao modo como este último legitima o direito ao extermínio daqueles que habitam essas comunidades de extrema vulnerabilidade social. Está em foco neste artigo, que articula autores como Foucault e Sueli Carneiro, mobilizando noções como as de arquivo e biopoder, compreender o funcionamento do dispositivo da racialidade em relação à atuação de grupos de extermínio que têm sua legitimidade no Estado. Segundo os autores, “o corpus analisado é da ordem desse funcionamento de política de fazer morrer e deixar morrer”, uma vez que os verbetes dicionarizam as três chacinas acima citadas ao mesmo tempo em que formam uma rede de sentidos sobre o Estado e as políticas de violência extrema praticadas contra seus moradores.

Ao debater esse dispositivo de racialidade a partir dos verbetes os autores dão visibilidade para o modo como esse instrumento apresenta conhecimentos próprios desses territórios, permitindo considerar este dicionário como “um lugar de memória e de identidade dos moradores das favelas”. Para eles, “o funcionamento discursivo do WikiFavelas acena para um modo de composição dos enunciados que podem circular sob um regime de discurso verdadeiro na ordem do contemporâneo”. Nesse arquivo, a população negra brasileira aparecerá “marcada como não povo que, desde o pós-abolição pelo funcionamento do Dispositivo de racialidade, constitui o foco das políticas de vida e morte que compõem o arquivo da história nacional”. A partir da existência do *WikiFavelas*, que permite a inscrição de testemunhos de

sujeitos moradores que denunciam essas formas de violência, o artigo nos convida a refletir sobre o modo como o dicionário expõe e articula uma rede de sentidos cujo funcionamento dominante é a estatização da morte e a construção da legitimidade para o extermínio estatal do povo negro.

Por fim, o artigo *Pós-Marxismo: Reflexões sobre o Sujeito*, de Luciane Botelho Martins, investiga a intrincada interlocução entre a noção de sujeito discursivo, a concepção de interpelação ideológica e as chamadas teorias pós-marxistas. A autora mobiliza a Análise do Discurso de matriz materialista para explorar as convergências e os hiatos entre o materialismo histórico-dialético, conforme abordado por Marx e Althusser, e o inconsciente psicanalítico, nos termos de Lacan e de Žižek. O texto enfatiza a impossibilidade de conceituar o sujeito discursivo, na acepção de Pêcheux, sem considerar as contradições entre o sujeito ideológico, submetido aos aparelhos ideológicos em um determinado modo de produção, e o sujeito do inconsciente, sujeito desejante cujo caráter lacunar se desdobra em formas de resistência na e pela linguagem.

A problemática abordada no artigo ecoa uma longa discussão que já se estende por mais de quatro décadas, relativa à articulação em tríade que alicerça a teoria materialista do discurso: a aproximação teórica e política entre o materialismo histórico e a teoria do sujeito oriunda da psicanálise, iniciada pelos estudos de Althusser e levada adiante na montagem de andaimes conceituais e experimentações teóricas executadas por Michel Pêcheux. As dificuldades deste projeto envolvem evitar sínteses inapropriadas, como aquelas que resultaram nas chamadas teorias freudo-marxistas. O artigo conclui retomando a noção de resistência, conforme o legado deixado pelos textos pecheuxianos do final da década de 1970, sobre o qual se avançou pouco, tanto teoricamente quanto politicamente, desde então.

Na seção Varia, o artigo *Uma Microfísica do Tempo*, de Iago Moura Melo, apresenta uma reflexão teórica que se move entre a física, a linguística, a história e a filosofia para discutir a materialidade do tempo na ordem discurso. Partindo do corte saussuriano e da distinção entre sincronia e diacronia presente no Curso de Linguística Geral, o autor advoga que o discurso do CGL dividiria o Tempo entre um tempo fora da língua, passado diacrônico e resto não teorizado, em oposição ao tempo da língua, enquanto presente sincrônico. Em contraposição, Moura Melo expande a discussão ao propor o conceito de “intertempo”, enquanto um quarto tempo pela via da construção do arquivo discursivo. O artigo convida o leitor a refletir sobre o tempo (sem negligenciar a categoria de espaço) não apenas como uma categoria teórica, mas como algo materializado nos discursos que regulam os funcionamentos da ideologia e do sujeito (ou do animal temporal). Com efeito, na perspectiva aberta por esta reflexão de entremeios, o mecanismo da ideologia outorgaria a instância de uma temporalidade que afeta desde a constituição do Sujeito ao momento de sua individuação, configurando a historicidade dos sujeitos no arquivo do Estado em que são temporalizados.

Este conjunto de artigos nos oferece um pequeno mostruário do estado da arte relacionado às problemáticas propostas para esta edição, que dão título à apresentação. Com base nesse mostruário, podemos inferir relações entre a conjuntura histórica do início do século XXI e os pontos de impasse ou avanço na produção de conhecimento em nossa área de estudos, levando em consideração o *motor da história*.

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobretrabalho, é porque a luta de classes é o motor dessa história.

E se, sobre um outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se apoia numa divisão do sujeito, inscrito no simbólico.

A especificidade dessas duas descobertas interdita fundi-las em qualquer que seja a teoria, mesmo que seja uma teoria da revolta. Mas, é preciso admitir que elas têm politicamente alguma coisa a ver uma com a outra, ao constatar o preço que se paga e, não somente em Foucault, sua comum forclusão: esse preço é a incapacidade de pensar a resistência e a revolta ideológicas de outra maneira senão sob a forma de errâncias marginais - exceto a colocação, o que é ainda pior, de um impossível sujeito-pleno-de-revolta, figura simétrica que reproduz, de forma negativa, o bom sujeito que caminha sozinho (Pêcheux, 2014, p. 17-18).

Nem uma errância de resistências marginais orbitando um poder central supostamente eterno, nem um impossível sujeito *avant-garde* materialista plenamente alçado para fora do ideológico pela Teoria constituem os objetos de conhecimento no campo do discurso. Como nos lembra Pêcheux, o poder – enquanto síntese de múltiplas determinações – existe. E os tentáculos atuais das grandes corporações digitais estão ultrapassando cada vez mais os limites dos poderes governamentais. Neste aspecto, na esteira de Pêcheux, consideramos que as análises de Michel Foucault e as análises embasadas na arqueogenealogia foucaultiana, como as presentes nesta edição, dão condições de desmontar as engrenagens, nas quais se realizam a arregimentação de indivíduos e o assujeitamento de corpos, atreladas não mais apenas à violência do Estado-Nação, mas também a sofisticados dispositivos materiais de alcance planetário. Não esquecendo, no entanto, que os mecanismos de dominação, de exploração e de segregação são históricos e concretos e, por isso mesmo, passíveis de transformação e de superação.

No início dessa apresentação, comentamos a passagem – nunca evidente ou garantida – de resistências a revoltas, e não será novidade a ninguém afirmar que historicamente há passagens de revoltas a revoluções. E, no entanto, julgamos importante identificar as discontinuidades entre os três, o que fazemos com apoio em Michel Pêcheux e João Bernardo. A figura central aí, nessa consideração, é justamente a que aparece no centro, no meio, a revolta, cuja compreensão é talvez aquela menos dada a grandes debates e exercícios retrospectivos – ao passo que em torno das resistências e das revoluções as disputas pelos sentidos não cessam de se fazer.

Com Pêcheux (1997 [1975], p. 215), poderíamos pensar as revoltas no campo dos maus sujeitos, dos contra-discursos e contra-identificações, de um enfrentamento e distanciamento frente às práticas (políticas e discursivas) dominantes que – por fatores diversos – não “colocam em causa” as relações dominantes, lutando contra as suas evidências ideológicas ainda no terreno destas. Não é diferente do que defende João Bernardo (2013, s/p), para quem “a revolta é a agitação sob a bandeira do lugar-comum, exactamente o oposto da revolução, que é a liquidação dos lugares-comuns”. Esse entendimento de revolta nos municiaria para a compreensão de que, em países como os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, a política revolucionária, o enfrentamento ao *status quo*, aos grupos políticos dominantes e suas instituições, venha sendo empreendida com muito mais energia à direita do que à esquerda. Afinal, a discontinuidade entre revolta e revolução implica em explosões e destruições que não são necessariamente

do Capitólio ou da sede do Supremo Tribunal Federal, mas sim das discursividades dominantes, pondo em questão a forma-sujeito capitalista e suas identificações. Mas formas de resistência, de revolta ou do irrealizado da *revolução na ordem do dia* não podem ser preditos pela teoria. O que permanece como tarefa possível é a escuta atenta das lutas contemporâneas, desde aquelas de longa duração e raízes ancestrais até as mais recentes, com o intuito de traçar uma genealogia dos processos de reprodução e transformação em andamento. Paralelamente, é necessário insistir em questões incômodas à luz das urgências do nosso tempo histórico.

## Referências

BERNARDO, João. Revolta/Revolução. **Passa Palavra**, 31 jul. 2013. Disponível em <https://passapalavra.info/2013/07/81647/> Acesso em: 08 out. 2024.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Trad. Guilherme Adorno, Luciana Nogueira, Luís Fernando B. Figueira e Mónica G. Zoppi Fontana. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

PÊCHEUX, Michel (1997 [1975]). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi, Lourenço C. Jurado Filho, Manoel Luiz G. Corrêa e Silvana M. Serrani. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 [1975].

PÊCHEUX, Michel. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Trad. Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. **Décalages**, v. 1: Iss. 4, 2014 [1984].

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do Real: cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003 [2002]

## Artigo

### Arte colombiano y coyunturas de la paz: realidad, memoria y cambio social Colombian art and peace contexts: reality, memory, and social change

Arte colombiano y coyunturas de la paz: realidad, memoria y cambio social  
Colombian art and peace contexts: reality, memory, and social change

Futuro Moncada Forero

**Resumen:** La Constitución colombiana de 1991 hizo posible pensar la educación en contextos de diversidad cultural, a fin de preservar las culturas indígenas y afroamericanas, aunque las nociones de plurilingüismo y multiculturalidad utilizadas por el Estado no se tradujeron en justicia social. Antonio Guzmán, indígena desana e informante de reconocidos antropólogos, biólogos y lingüistas, encarna la compleja situación que viven los no occidentales en Colombia. El cine contemporáneo colombiano posterior a los acuerdos de paz AUC-Estado y FARC-EP-Estado refleja el conflicto social armado y la continuidad de las violencias históricas ejercidas contra las culturas originarias desde el inicio de la colonización.

**Palabras Clave:** Educación intercultural, Arte político, Conflicto social, Cine

**Summary:** The 1991 Colombian Constitution made it possible to consider education within contexts of cultural diversity, aiming to preserve Amerindian and Afro-American cultures. However, the notions of plurilingualism and multiculturalism employed by the State did not translate into social justice. Antonio Guzmán, an indigenous Desana and informant for renowned anthropologists, biologists, and linguists, embodies the complex situation faced by non-Western individuals in Colombia. Contemporary Colombian cinema, following the peace agreements between the AUC and the State and the FARC-EP and the State, reflects the armed social conflict and the ongoing historical violence inflicted upon Amerindian and Afro-American cultures since the beginning of colonization.

**Keywords:** Intercultural Education, Political Art, Social Conflict, Cinema

## El conflicto armado en Colombia, perspectivas desde la educación y el arte

“Los utopianos no hacen esclavos a los prisioneros de guerra —a menos de que la guerra la haya buscado el país enemigo—, ni a los hijos de los esclavos, ni a los extranjeros que vienen a Utopía, aunque sean esclavos en sus países. Sólo reducen a esclavitud a los naturales de su

isla que merecen ese castigo por sus delitos, o a los que han sido condenados a muerte en las ciudades de otras tierras por los grandes crímenes que han cometido” (MORO, 2010, p. 95)

“La educación formará al colombiano en el respeto a los derechos humanos, a la paz y a la democracia”. Artículo 67 de la Constitución Política de Colombia.

## Conflicto y posconflicto

El conflicto armado en Colombia es el más antiguo del continente y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), hasta su transformación en partido político, la guerrilla más antigua del mundo. Este enfrentamiento entre el gobierno nacional y los primeros grupos insurgentes campesinos de Colombia tuvo su origen en la década de 1950, y aún se mantiene activo debido a que algunos remanentes de este grupo (Disidencias de las FARC-EP), y el Ejército de Liberación Nacional (ELN), otra organización guerrillera iniciada el mismo año –1964–, siguen levantados en armas.

Las FARC surgieron en una zona convulsa, y como resultado de dos hechos principales que activaron su postura política y militar: “la lucha por la tierra de los indígenas —paeces y pijaos— y la de los campesinos por el reconocimiento de sus derechos políticos” (MOLANO, 2014, p. 2). Fue así como un puñado de hombres hostigados por terratenientes y por el Estado llegaron a tener, en la primera década de este siglo, un ejército de cerca de 20.000 integrantes en distintas regiones del país.

Los acercamientos previos en procura de la paz entre el gobierno colombiano y las FARC-EP ofrecieron diversos escenarios, cuyo común denominador fue la ruptura de las negociaciones. Dichos procesos ocurrieron durante las administraciones presidenciales de Belisario Betancur, en 1984; Virgilio Barco, en 1988; César Gaviria, en 1992; Andrés Pastrana, de 1998 a 2002; y Álvaro Uribe, de 2002 a 2010. Este último intento no se hizo oficial y sucedió en medio de la controvertida desmovilización de las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC)<sup>1</sup>. El último proceso de negociación ocurrió durante el gobierno de Juan Manuel Santos, entre 2012 y 2016, en Oslo y La Habana, culminando con la firma de los acuerdos de paz. Este hecho inaugura un panorama inédito en el país, denominado posconflicto, el cual se considera como la fase final y más larga del enfrentamiento armado, que se caracteriza por la compleja concreción de una paz duradera, mediante: “la adopción de un marco apropiado de justicia transicional que evite la impunidad y logre integrar los derechos de verdad, justicia, reparación y garantías de no repetición de las víctimas” (CALDERÓN, 2015, p. 229).

---

<sup>1</sup> Organización paramilitar de extrema derecha que intervino en el conflicto armado colombiano, con otros móviles y denominaciones, desde los años 60 y se consolidó a finales de la década de 1990 con el objetivo inicial de combatir a organizaciones de izquierda en varias regiones del país. Su proceso de desmovilización ocurrió entre 2003 y 2006.



Figura 1: El guambiano Lorenzo Muelas, Foto: Carlos Julio Martínez.

Fuente: <https://www.semana.com/nacion/articulo/el-poder-de-las-razas-constituyente-lorenzo-muelas-y-su-lucha-por-la-inclusion/480207>



Figura 2: Asamblea Nacional Constituyente, instalada el 5 de febrero de 1991.

Fuente: <https://www.semana.com/nacion/articulo/constitucion-politica-de-1991-26-aniversario-ente-logros-y-fallas/480189>

## Aulas y Jaulas

En 1994, ingresé a la Universidad Distrital Francisco José de Caldas para estudiar la Licenciatura en Lingüística y Literatura, un semestre más tarde, hice parte de un nuevo énfasis de la carrera, llamado Etnoeducación, el cual respondía, desde la universidad pública, a los propósitos de una constitución recientemente materializada (1991), en cuyo artículo séptimo se leía por primera vez algo indiscutible, pero nunca antes dicho desde esa instancia: “El Estado reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación colombiana”.

La aparición de este y otros artículos reivindicatorios de los pueblos indígenas, derivaron de la gestión de un representante de estas comunidades que integraba el grupo de los setenta constituyentes<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> También hizo parte de dicha Asamblea Nacional Constituyente el indígena Alfonso Peña, integrante del grupo guerrillero indígena Quintín Lame, cuyo propósito era defender los derechos y territorios indígenas de los terratenientes y los grupos armados que operaban en esta región del país. Dicho grupo estuvo activo entre 1984 y 1991, año de su desmovilización.



Lorenzo Muelas, de origen guambiano, miembro fundador del Comité Regional Indígena del Cauca (CRIC) y de las Autoridades Indígenas del Sur Occidente (AICO), hoy Autoridades Indígenas de Colombia (AICO), fue elegido en 1994 por la circunscripción especial indígena como senador de la República para el período constitucional 1994–1998.

Lorenzo nació en una familia numerosa y pobre de la vereda El Gran Chimán, en Silvia, Cauca (1938), desde muy joven trabajó en las labores del campo, y por esa razón, solo estudió hasta segundo de primaria en la escuela de la vereda donde nació. La principal propuesta que planteó Lorenzo en la reforma constitucional de 1991 se sintetiza en la defensa del Derecho Mayor, que él definió como “el derecho de nosotros indios, a seguir formando parte de la historia”.

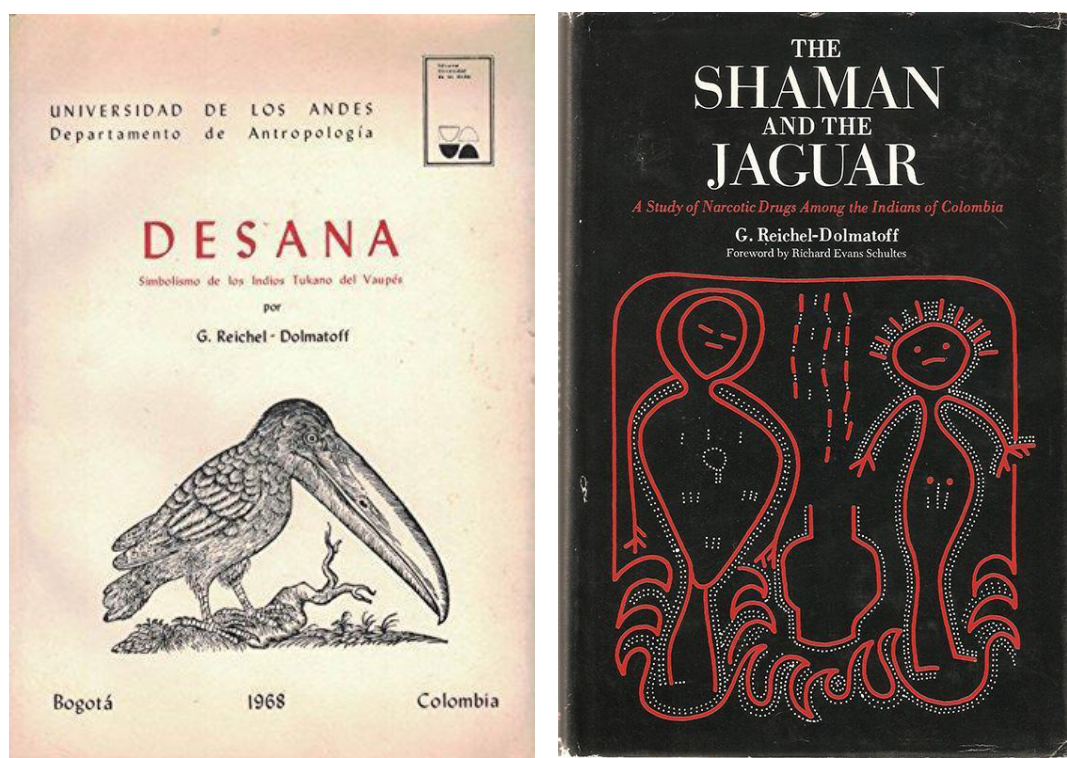


Figura 3: *Desana: Simbolismo de los indios tukano del Vaupés*, Gerardo Reichel-Dolmatoff, 1968.

Fuente: <https://www.amazon.com/Desana-Simbolismo-Vaupe%CC%81s-biblioteca-colombiana/dp/958904316X>

Figura 4: *The Shaman and the jaguar: A study of narcotic drugs among the Indians of Colombia*, Gerardo Reichel-Dolmatoff, 1975.

Fuente: <https://www.amazon.co.uk/Shaman-jaguar-narcotic-Indians-Colombia/dp/0877220387>

En mi generación de la licenciatura tuve compañeros de Bogotá y algunos de sus municipios conurbados. Éramos jóvenes de escasos recursos que, como muchos otros, veían en la educación una vía de crecimiento. En el grupo había dos estudiantes indígenas: Arellys Tisoy, descendiente de una familia de líderes inga, última avanzada del pueblo Inca en la zona suroccidental de Colombia, y Diana Guzmán, hija de Antonio Guzmán López, conocido como el abuelo MiruPúu<sup>3</sup>, sabedor de la nación desana, quien por más de treinta años fue colaborador, “informante” y coautor en diversas investigaciones sobre

3 Traducido del desano: pájaro mensajero.

el Vaupés colombiano. Margarita Becerra (2007, p. 39), investigadora que trabajara con él, describe la contradictoria situación de Antonio en la capital del país:

me enteré también de la precaria situación en la que se encontraba el autor desana. Fui testigo en más de una ocasión de su tristeza al no contar con el apoyo que merecían sus investigaciones. Esto debido al hecho de que el antropólogo Reichel–Dolmatoff<sup>4</sup> siempre ha gozado de mayor prestigio en los círculos académicos colombianos y, para “evitar conflictos de interés”, tal como me lo refirió el profesor Roberto Pineda Camacho, al preguntarle la razón por la cual MiruPúu no enseñaba en la Universidad Nacional o en la de los Andes, habiendo sido una persona clave en los estudios del Vaupés. Este hecho es de lamentar si tenemos en cuenta la apertura que por parte de la academia colombiana se ha hecho en los últimos veinte años, por ejemplo, a la enseñanza de las lenguas indígenas, como lo hace el profesor Eudocio Becerra Bigidima de la etnia uitoto en la misma Universidad Nacional.

Eran tiempos en los que la sociedad colombiana parecía empezar a entender su realidad, aunque no lo suficiente.

Antonio fue el principal colaborador de Gerardo Reichel–Dolmatoff en sus estudios de los Andes y la selva colombiana, e hizo posible la aparición de libros trascendentales en el campo de la antropología: *Desana: simbolismo de los indios tukano del Vaupés* (1968), *Cosmología como análisis ecológico: una perspectiva desde la selva pluvial* (1977), y *El chamán y el jaguar* (1978). También trabajó junto al antropólogo estructuralista Claude Lévi–Strauss en proyectos relacionados con los conocimientos antiguos del Amazonas; así como con el biólogo y etnobotánico norteamericano Richard Evans–Schultes para el libro: *El reino de los dioses: paisajes y pueblos de la Amazonía colombiana* (1986). Entre otros investigadores, también trabajaron con Antonio los lingüistas Jon Landaburu y Carlos PatiñoRoselli; y los antropólogos Luis Cayón y François Correa, personalidades en el campo de las humanidades en Colombia.

En el año 2004, vi los inicios del Alzheimer en Don Antonio, quien pedía ayuda a sus amigos académicos para regresar a la selva, en el Vaupés. También recuerdo a su hijo Raúl, meses más tarde, haciendo lo mismo de manera desesperada para seguir sus pasos. Con ese propósito, hicimos un video en el que Raúl hacía un recuento de su historia personal y la historia de su pueblo. Mencionaba cómo los indígenas seguían siendo desplazados de sus tierras debido a las acciones de los colonos: la fiebre del caucho, ocurrida entre 1879 y 1945; el conflicto armado, a partir de la década de 1960, y el *boom* de la cocaína, a partir de la década de 1980. Contaba cómo habían sido esclavizados en un proceso violento de transculturación, en el que su tradición solo parecía tener significado para un puñado de investigadores capitalinos o extranjeros.

Estos hechos descritos por Raúl, se refieren a un dilatado proceso de conquista y colonización que aún continúa y que suele fijar la mirada del mestizo en la selva cada vez que surge una idea redituable en la lejana frontera de estos territorios. Por otra parte, resulta importante señalar la incidencia de la

---

4 Antropólogo y arqueólogo austriaco radicado en Colombia, cuyos trabajos se convirtieron en referencias internacionales sobre algunos temas.

religión, soporte de las avanzadas armadas colonizadoras e instrumento de control en estas comunidades. Al respecto, dice Antonio:

Los misioneros católicos hicieron algo terrible que fue llevarse a los niños a las misiones para lavarles el cerebro. Así me pasó hace mucho tiempo. Cuando los padres llegaban, a los tres meses se perdía el sentido de la selva con más de trescientas familias viviendo en una sola misión. Mis padres no tenían en dónde pescar ni cazar, ni hacer nuestros rituales. Hay un momento en que todos los niños nos escapábamos de la escuela, cuando empezaba el ciclo vital de la naturaleza, y hasta los sacerdotes se escapaban también, y uno los veía en medio del monte. Eso sucedía cuando las hormigas volaban (GUZMÁN, 2004, p. 76).



Figura 5: Cartel de la película *El abrazo de la serpiente*, dirigida por Ciro Guerra.

Fuente: <https://www.filmaffinity.com/es/movieimage.php?imageId=649716756>

Figura 6: Cartel del documental *El sendero de la anaconda*, dirigido por Alessandro Angulo.

Fuente: [http://www.proimagenescolombia.com/secciones/cine\\_colombiano/peliculas\\_colombianas/pelicula\\_plantilla.php?id\\_pelicula=2498](http://www.proimagenescolombia.com/secciones/cine_colombiano/peliculas_colombianas/pelicula_plantilla.php?id_pelicula=2498)

## La selva

*El abrazo de la serpiente* (2015), de Ciro Guerra, consiguió la primera nominación de un largometraje colombiano al premio Óscar para la mejor película extranjera y ganó, en 2015, el Premio Art Cinema en la sección Quincena de Realizadores del Festival de Cine de Cannes. La notoriedad internacional de esta película puso nuevamente sobre la mesa la noción de una selva cuyos referentes cinematográficos más célebres eran *Aguirre, la ira de Dios* (1972) y *Fitzcarraldo* (1982), dos películas dirigidas por el alemán Werner Herzog, en las que se recrean los desvaríos de los conquistadores en estas tierras.

*El abrazo de la serpiente* narra la historia del último sobreviviente coihuano, el chamán amazónico Karamakate y su encuentro, en 1909, con el etnólogo alemán Theodor Koch–Grünberg y en 1940 con el etnobotánico estadounidense Richard Evans Schultes en busca del yakruna, una misteriosa planta sagrada. En otras palabras, la película enseña el encuentro entre un sabedor de las comunidades tradicionales y los colonizadores ilustrados, es decir, los científicos de las nuevas disciplinas surgidas durante los siglos XIX y XX en Europa.

El contexto histórico de la película es el de la fiebre cauchera, proceso de explotación esclavista y genocida que sometió a los habitantes tradicionales de la Amazonía. Conviven claramente en la historia, el espíritu redentor de la religión católica, en su encuentro alucinado con la selva, y el propósito extractivo que se sirve de la ciencia para asegurar buenos dividendos. Tal es el caso de Evans Schultes, profesor que ayudó a cimentar el prestigio de la Universidad de Harvard con un trabajo vasto en etnobotánica y farmacopea, mientras fungía como explorador informado con el propósito de encontrar una variedad de caucho que sirviera de abastecimiento para el ejército estadounidense durante la Segunda Guerra Mundial, debido a que las plantaciones más importantes, situadas en Asia, estaban bajo el control japonés.

*El abrazo de la serpiente* atrajo un renovado interés por las narrativas cinematográficas ocurridas en la selva, con películas como *Los silencios* (2019), una coproducción entre Colombia, Brasil y Francia, dirigida por la brasileña Beatriz Seigner, que narra, en un lugar recóndito y fronterizo del Amazonas, la historia de los familiares de desaparecidos del conflicto armado colombiano y las dinámicas sociales que surgen a partir de la firma de los acuerdos de paz entre el gobierno nacional y las FARC. Por su parte, *El sendero de la anaconda* (2019), un documental de Alessandro Angulo, narra el viaje del antropólogo y etnobotánico canadiense Wade Davis y el antropólogo estadounidense Martin Von Hildebrand rehaciendo el camino recorrido por Richard Evans Schultes, mientras plantean la importancia del corredor amazónico para la continuidad de la vida en el planeta, así como la relevancia de los pueblos indígenas para su comprensión y preservación, asimismo mencionan el carácter definitorio de las determinaciones que tomará el gobierno colombiano con respecto a estos territorios tras la firma de los acuerdos de paz con las FARC-EP en 2016.

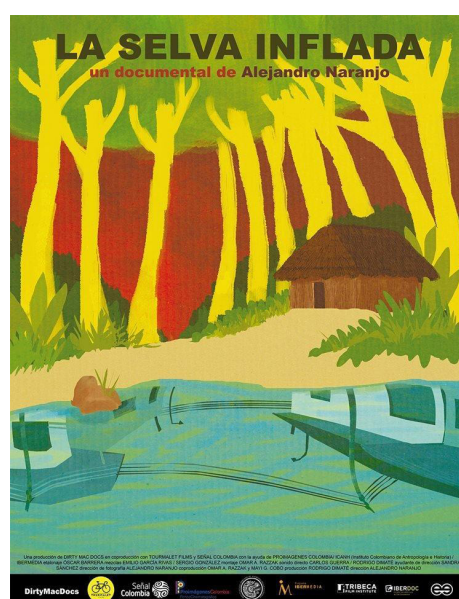


Figura 7: Cartel de la película *Los silencios*, dirigida por Beatriz Seigner.

Fuente: <http://www.sensacine.com/peliculas/pelicula-259243/fotos/detalle/?cmediafile=21509397>

Figura 8: Cartel del documental *La selva inflada*, dirigido por Alejandro Naranjo.

Fuente: [http://www.proimagenescolombia.com/secciones/cine\\_colombiano/peliculas\\_colombianas/pelicula\\_plantilla.php?id\\_pelicula=2138](http://www.proimagenescolombia.com/secciones/cine_colombiano/peliculas_colombianas/pelicula_plantilla.php?id_pelicula=2138)

Otra película clave para entender la actualidad social de estos territorios es *La selva inflada* (2015), un documental de Alejandro Naranjo que aborda el tema del suicidio de los jóvenes indígenas del Vaupés (la misma tierra de Antonio Guzmán López, el abuelo MiruPúu), cuyo índice es, por mucho, el más alto a nivel nacional. En ese departamento conviven 27 etnias indígenas, además de la población mestiza, cuyas intervenciones más lamentables, la minería ilegal, el conflicto armado y el circuito de las drogas ilegalizadas, han deshecho las dinámicas de las culturas tradicionales, orillándolas a prácticas autodestructivas. Al respecto dice Raúl Guzmán:

el indio consume bazuco<sup>5</sup>, ya no mambea<sup>6</sup> [...] todo el mundo consume droga [...] la droga se consume por kilos, la de tipo exportación la sacan de Mitú, por avión, de una vez para Estados Unidos. Los grandes aviones. ¿Ayudada a embarcar por quiénes? Por la misma policía. ¿Custodiada por quiénes? Por los mismos gobernadores [...] nosotros tumbamos una hectárea para cultivar la yuca, el ñame, pero ellos llegan y tumban treinta, cincuenta hectáreas para cultivar la coca [...] el guerrillero no es el indio, el indio simplemente está ahí, el indio no tiene nada que ver con la guerrilla, yo no conozco el primer indio jefe, comandante de las FARC, él siempre está usado y pisoteado, obligado, muchas veces a engrosar las filas de esta guerrilla. (Comunicación personal, 2004)<sup>7</sup>

Según las estadísticas dadas a conocer por el Observatorio del Bienestar de la Niñez, el Vaupés fue el departamento con la tasa más alta de suicidios por 100.000 habitantes entre los 0 y los 17 años, con una tasa de 4.58, en tanto que la media nacional se encontraba en 0.26. Emerson Castro (2018), director del diario *La Marandúa*, asegura que los funcionarios del Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF) instan a los padres de niños de más de cinco años en comunidades remotas, a que los lleven a internados urbanos, a veces a uno o dos días de distancia, bajo la amenaza de perder su custodia si desobedecen la indicación (3m57s).

*La selva inflada* revela un contexto en el que coexisten sociedades casi opuestas en términos culturales y simbólicos. Allí los jóvenes indígenas son orillados a dejar sus tradiciones desde temprana edad para asumir, en desventaja, las prácticas sociales del mestizo, sin poder incorporarse de manera equitativa, debido a que no alcanzan los niveles académicos de los jóvenes mestizos, ni consiguen trabajo en las mismas condiciones, de este modo ven mermada su cultura indígena, al desvincularse del conocimiento tradicional y las bases mismas de su identidad.

La UNICEF (2012, p. 8) revela una tendencia mundial de incremento en el suicidio de niñas,

---

5 Droga enervante del sistema nervioso central, de bajo costo y hecha con los residuos de la cocaína. Se procesa con ácido sulfúrico y queroseno, aunque también se suele utilizar cloroformo, éter o carbonato de potasio, entre otros compuestos.

6 Práctica vinculada al ejercicio social de la palabra en las tradiciones de los pueblos indígenas amazónicos, se utiliza el polvo obtenido del tueste, molido y cernido de hojas de coca, mezclado con cenizas de cecropia como aditivo alcalino -entre otras variedades vegetales-.

7 Entrevista realizada a Raúl Guzmán, en septiembre de 2004.

niños y adolescentes indígenas, y ofrece un estudio centrado en las comunidades Awajún (Perú), Guaraní (Brasil) y Embera (Colombia) que señala las siguientes causas: “discriminación, marginación, colonización traumática y pérdida de las tradicionales formas de vida”, además de aislamiento y desorientación, al ser incorporados en contextos donde impera la discriminación racista. Dicha presión resulta más fuerte para los hombres debido a que pierden la posibilidad de consolidar un núcleo familiar, como tradicionalmente lo venían haciendo, debido a que las mujeres indígenas tienden a valorar más a los colonos.

## Cierre

La filmografía colombiana del presente siglo refleja los entresijos del conflicto social armado no solo a partir de los combatientes y sus víctimas, sino a través de las huellas y repercusiones de la primera violencia o la violencia colonizadora y las sucesivas dinámicas que la han continuado con asombrosa similitud en las nuevas fronteras de la cultura oficial: aculturación, despojo, explotación, desaparición forzada, asesinato. Los acuerdos de paz más recientes y a la vez los más polémicos de la historia moderna en Colombia (Autodefensas Unidas de Colombia-Estado y FARC-EP-Estado) han ampliado las narrativas cinematográficas en torno a la violencia y el posconflicto en los ámbitos documentales y argumentales, esto a consecuencia de un cambio en la narrativa gubernamental y mediática, que ha permitido reflexionar en torno a nociones como justicia transicional, reparación, verdad y perdón.

Las películas abordadas en este artículo aluden a una violencia ejercida sobre las comunidades indígenas, a contrapelo de los acuerdos constitucionales, de este modo, la sociedad mayoritaria desconoce no solo las diferencias culturales, sino el derecho al territorio y a la vida de los pueblos originarios, que también han sido víctimas del conflicto social armado entre grupos guerrilleros, grupos paramilitares y fuerzas armadas del Estado, además de padecer las dinámicas ocasionadas por el circuito de las drogas ilegalizadas (cultivo, producción, trasiego, comercialización y consumo). Las comunidades indígenas y afrodescendientes siguen siendo agentes no asimilados por la sociedad colombiana; dicho desconocimiento raya, no pocas veces, en el delito.

## Referencias

AUTOR. (7 de septiembre de 2004). (Entrevista a Raúl Guzmán). Archivo personal.

BECERRA, M. En memoria del abuelo Sabedor MiruPúu, una voz Tukano del Vaupés. **Antípoda**, (5), pág. 31-50, 2007.

CALDERÓN, J. Etapas del conflicto armado en Colombia: hacia el posconflicto. **Latinoamérica**, (62), 227-257, 2016.

CASTRO, E. **Colombia +20** (30 de septiembre de 2018). *Suicidio de los indígenas del Vaupés, la herencia de la guerra*[Archivo de Video]. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=2xOqcD7uS3Q>

CONGRESO DE COLOMBIA. **Constitución Política de Colombia**, Actualizada con los Actos Legislativos a 2015. Disponible en: <https://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Constitucion%20>

[politica%20de%20Colombia%20-%202015.pdf](#)

GUZMÁN, A. **El chamán, el jaguar**, *la selva*. En: Páramo, G., James, A. y Jiménez, D. (comp.), *Chamanismo: el otro hombre, la otra selva, el otro mundo*. Bogotá, Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2004, pág. 69-82.

MOLANO, A. **50 años de conflicto armado**. 12 textos de Alfredo Molano sobre el origen del conflicto armado Colombia (2014). Disponible en: <https://eticografica.files.wordpress.com/2016/05/50-ac3b1os-de-conflicto-armado.pdf>

MORO, T. **Utopía**, Barcelona, Diario Público, 2010.

TUESTA, I., et al., **Suicidio adolescente en pueblos indígenas**, Perú, UNICEF, 2012

## Artigo

### Palabras de salitre: Formaciones discursivas, duraciones históricas y defensa de la vida entre los pueblos ribereños del Lago de Texcoco

Words of saltpeter: Discursive formations, historical durations and defense of life among the riverside peoples of Texcoco's Lake

Oscar Ochoa

**Resumen:** Este artículo analiza los distintos niveles de tensión y emergencia de sentido frente a la amenaza de despojo territorial que sufrieron los pueblos ribereños del Lago de Texcoco con el megaproyecto del Nuevo Aeropuerto Internacional de la Ciudad de México, que desde 2001 amenazó su territorio para finalmente cancelarse en 2018, no sin antes perder cientos de hectáreas, además del tejido social que prevalecía antes de la llegada de este megaproyecto. Este fenómeno es analizado desde la articulación de las formaciones discursivas (Pêcheux, 1978; Foucault, 1979; Haidar, 2006) y las duraciones temporales (Braudel, 1970) que van de la larguísima duración hasta el acontecimiento, pasando por las coyunturas que marcaron el cambio de una tendencia. Tal análisis se enfoca en la producción discursivo-semiótica de los pueblos y organizaciones vinculadas al movimiento en defensa del territorio.

**Palabras clave:** defensa territorial, duraciones históricas, Lago de Texcoco, memoria discursiva

**Abstract:** This article analyzes the different levels of tension and emergency of meaning in the face of the threat of territorial dispossession that the riverside towns of Lake Texcoco suffered with the megaproject of the New International Airport of Mexico City, which since 2001 threatened their territory and was finally canceled. in 2018, but not before losing hundreds of hectares, in addition to the social fabric that prevailed before the arrival of this megaproject. This phenomenon is analyzed from the articulation of the discursive formations (Pêcheux, 1978; Foucault, 1979; Haidar, 2006) and the temporal durations (Braudel, 1970) that go from the very long duration to the event, passing through the conjunctures that marked the change of a trend. Such analysis focuses on the discursive-semiotic production of the peoples and organizations linked to the movement in defense of the territory.

**Keywords:** territorial defense, historical durations, Lake Texcoco, discursive memory

**La región Acolhua como una formación sociohistórica, política y cultural de larguísima duración.**

**Las tensiones entre el poder estatal y los pueblos ancestrales.**

Inicialmente debemos establecer que las formaciones sociales son entendidas desde una postura más amplia en su concreción histórica, política y cultural se entienden la manera particular en que



“se articulan los modos de producción, por la estructura de las clases sociales antagónicas, por la superestructura y por la forma del Estado” (Haidar, 2006, p. 198). A su vez, el otro concepto de larga duración se inscribe en la historia “de aliento mucho más sostenido todavía, y en este caso de amplitud secular: se trata de la historia de larga, incluso de muy larga, duración” (Braudel, 1970, p. 64). Esta duración rebasa los cincuenta años y se extiende hasta por siglos para la muy larga duración.

En este sentido, la transformación en que estos pueblos se vincularon a un poder político, primero de una matriz civilizatoria propia (mesoamericana), para luego vincularse a través de la República de Indias con el imperio español, y posteriormente incorporarse a un Estado-nación, que fue despojándolos progresivamente de su territorio hasta inicios del siglo XXI, cuando la situación se tornó insostenible para ellos.

Originalmente, estos pueblos se establecieron a orillas del lago, obteniendo de él sustento alimenticio, económico y cultural que por siglos conformó parte de su estilo de vida como lo consigna Palerm (1980). Debe señalarse que las aguas del Lago de Texcoco son salobres debido a los escurrimientos provenientes de la Sierra Nevada que arrastran los minerales que se han decantado en su lecho por miles de años. Esto genera la idea que por tales circunstancias el agua resulte inútil para la sobrevivencia humana, pero de estas aguas los pueblos han extraído bienes alimenticios como el alga espirulina, el *ahuautle* (la huevera de una chinche de agua), el *poxi* (la larva de un insecto salino), la sal de tierra y el tequesquite (tipo de tierra utilizada para sazonar la comida); además de ser el hábitat de diversas aves migratorias y endémicas que también constituían base de su dieta.

La transformación desde una larguísima duración orbitó en los tiempos de la casi inmovilidad, pues estas transformaciones fueron del orden de siglos, cuando a la llegada de los de los españoles en 1521, la introducción del ganado bovino, ovino y los caballos reemplazaron parte de la fauna endémica y los caballos se convirtieron en el medio de transporte principal. La mayoría de los canales de riego fueron rellenados para convertirlos en calles adecuadas al nuevo modo de transportación. Los bosques que rodeaban el Lago de Texcoco fueron talados hasta desaparecer para proveer de madera a la naciente ciudad colonial e introducir ganado doméstico en esos campos destinados al pastoreo como lo expone Escurra(1990).

Por otro lado, y de acuerdo con González (1992), la zona oriente del lago fue reduciendo su volumen debido a los muchos proyectos de desecación implementados por los virreyes españoles y la expansión urbana en su versión de haciendas se extendió por toda la zona al grado que para la segunda mitad del siglo XVII la hacienda era la unidad organizadora de la producción agrícola. En Texcoco surge media docena de grandes haciendas cuyos cascos se establecieron en la planicie lacustre y el somontano bajo.

Las transformaciones a las que fue sometida la geografía local crecieron de manera exponencial con el paso de los años, tornándose más agresivas hacia el entorno lacustre, y acabando casi por completo con los más de 2 mil km cuadrados que cubrían el sistema de lagos original. La razón más importante fue el riesgo constante de las inundaciones. Por tal razón desde 1607 se inició el proyecto de desecamiento del Lago de Texcoco, proyecto a cargo de Enrico Martínez. Sin embargo, tal proyecto resultó inservible porque nuevamente las inundaciones aparecieron, y nuevos estudios demostraron que el riesgo provenía

de la zona sur de la Cuenca más que del norte, por donde se construía el proyecto colonial.

Con la construcción la Presa del Rey en Pachuca, la reparación del albarradón del Río Cuautitlán y la continuación del desagüe de Nochistongo (Legorreta, 2006, p. 26) se mantuvo a la ciudad fuera de peligro, hasta que a mediados de 1629 se bloqueó el drenaje, provocando la inundación de la ciudad y con ello la muerte de más de 30 mil indígenas y el abandono de la urbe de casi todas las familias españolas.

En el siglo XVIII sucedieron inundaciones menores, y la destrucción de las obras de evacuación hidráulica ocasionada por un terremoto, se propone un proyecto general de desagüe para la Cuenca de México. Este consistía en el reforzamiento de presas, la construcción de nuevos albarradones, puentes y caminos nuevos, además de la desecación de los lagos, pero todo este proyecto fue desechado sin conocerse bien los motivos, de acuerdo con Ezcurra (1990).

Para el siglo XIX, durante el periodo de Reforma, con la expedición de las Leyes de Desamortización de Tierras se rompe con el trazo colonial y la expansión urbana queda en manos de particulares afectando los terrenos que pertenecían a los pueblos ancestrales, a la iglesia y otras corporaciones seculares. A finales de ese siglo, con Porfirio Díaz como presidente, se inicia el Túnel de Tequixquiac, concluyendo con más de tres siglos de intentos por desecar el sistema de lagos.

En el siglo XX, hacia 1930, el Túnel de Tequixquiac presenta problemas con lo que se inicia la perforación de un segundo túnel, iniciando operaciones hacia 1946. Pero los derrumbes reportados a los seis meses obligan al gobierno a retomar el uso del primer túnel. Durante este siglo se presentaron distintos proyectos como el Drenaje Profundo. Sin embargo, el hundimiento de la Ciudad de México ocasiona que éste pierda su declive natural quedando eventualmente fuera de servicio.

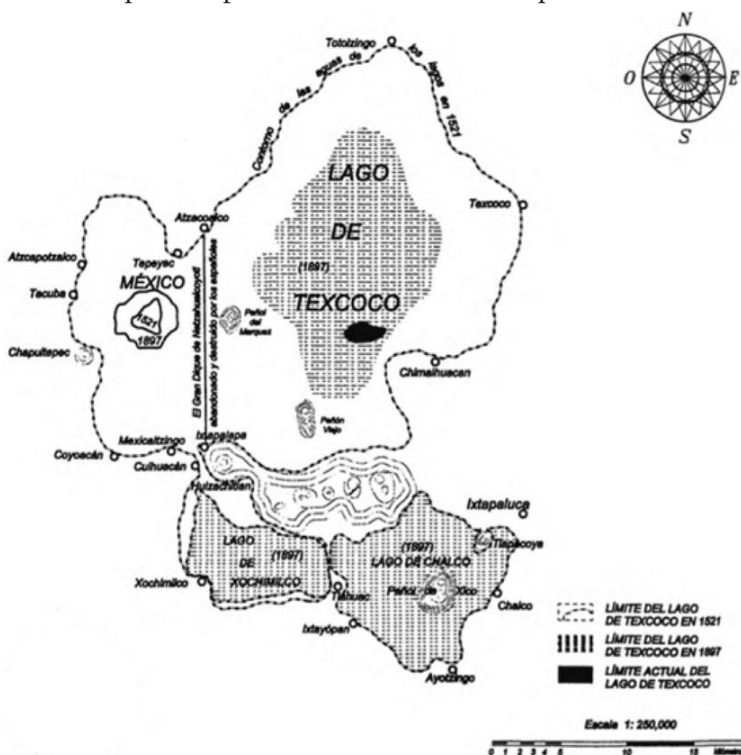


Figura 1. Plano mostrando distintas extensiones del Lago de Texcoco en 1521, 1897 y 1998.

Fuente: Adaptado de Contreras (1998, p. 140)

Finalmente, hacia la segunda mitad de la década de 1940 se logró desecar el Lago de Texcoco, quedando un llano de polvo salitroso que invadía la zona oriente de la Ciudad de México. Esta situación se vio revertida de manera mínima cuando a finales de la década de 1970 se creó el Proyecto Lago de Texcoco para mitigar la desecación del vaso lacustre, captar aguas pluviales y residuales, así como para proporcionar agua a los campesinos de la zona. Esto permitió cierta recuperación del acuífero, pero a inicios del siglo XXI, tal proyecto se vio amenazado por la construcción del Nuevo Aeropuerto.

## **II. Cambios coyunturales y formaciones ideológicas. Agua propia y tierra ajena en el proceso de urbanización creciente de la Ciudad de México.**

Las coyunturas son consideradas como amplios segmentos históricos que presentan circunstancias y factores específicos que lo caracterizan, estas pueden dividirse en decenas, veintenas o cincuentenas de años, propuesto por Braudel (1970), y marcan la inflexión en una tendencia. Desde la visión braudeliana los procesos históricos se mueven como ondas sinusoidales, siendo las coyunturas las curvaturas en dichas ondas. En el proceso de desecación del lago dos periodos en particular expresarían la fluctuación de dicho proceso: el primero de 1940 a 1980, y el segundo de 1980 a 2010. Ambos marcan periodos que van desde la total desecación del lago hasta la recuperación mínima de la superficie original. Sin embargo, estos procesos marcan una diferencia sustantiva en varios aspectos de la vida regional.

A su vez, las formaciones ideológicas se expresan en aparatos e instituciones de Estado como iglesia, escuela, medios, partidos, etc., los cuales son portadores-generadores de la ideología hegemónica con los cuales pueblos y colectivos han entrado en contradicción de manera frecuente. Estas formaciones pueden entenderse como marcos de formaciones imaginarias (FI), y de formaciones discursivas (FD) correspondientes.

*[...]toda formación discursiva, como práctica contradictoria inscrita en aparatos de hegemonía jerarquizados según una coyuntura determinada, se constituye a partir de las constricciones de los aparatos bajo la forma de un dispositivo retórico, de códigos enunciativos, de esquemas argumentativos. Con demasiada frecuencia, se reduce la formación discursiva a un conjunto de efectos de sentido, a un juego de formas expresivas desprendidas de las condiciones de emisión y lectura (Pêcheux, 1978, p. 27)*

La articulación entre coyuntura histórica y formación ideológica de los sujetos miembros de estos pueblos se entiende desde el proceso de proletarización que experimentaron desde que inició la desecación del lago. Estos campesinos que fueron despojados de su entorno ecológico, económico y cultural se vieron forzados a ingresar a las filas de la mano de obra para la industria creciente del México de la segunda mitad del siglo XX.

En este periodo muchos jóvenes de origen campesino ingresaron a la naciente industria paraestatal “Sosa Texcoco” donde se politizaron en torno a la relación obrero-patronal, adquiriendo experiencia en la movilización social y en enfrentamientos con las fuerzas policiacas, tal como sugiere Lajous (2003), por

mejorar ciertas condiciones alimentarias y de movilidad para los pobladores de Atenco.

En concordancia con lo anterior, la propuesta de Linares-Zarco (2013) señala la implementación de modelos de desarrollo distintos que impactaron en la zona de manera diferencial. El periodo de desecación total del lago que inicia en 1940 y concluye hacia 1960 dejó expuesto el lecho del lago, que como ya se mencionó es salobre, provocando grandes tolveneras que llegaban a la Ciudad de México, y generando enfermedades oculares y en las vías respiratorias. Cabe mencionar que en este periodo muchos de los pueblos asentados en los municipios de Atenco, Texcoco y Chimalhuacán, cuya actividad principal era la agricultura, se convirtieron lentamente en entornos urbanos y periurbanos.



Foto 1. Tres personas caminando por el lecho seco del Lago de Texcoco, 1965.

Fuente: <https://m.facebook.com/TexcocoEnElTiempo>

Pese a la gran dificultad que representó vivir en estos terrenos, esto no fue obstáculo para que grandes extensiones de tierra comenzaran a poblarse con migrantes llegados de todo el territorio nacional. En 1960 se fundó el municipio de Nezahualcóyotl, obedeciendo al proceso de industrialización que se registró en otras metrópolis del país, como señala Linares-Zarco (2013). Tal proceso de urbanización focalizada corresponde con el auge y declive del modelo económico de industrialización por sustitución de importaciones que termina hacia 1980. En este periodo la zona lacustre pasó de la pérdida total de la superficie lacustre a la recuperación mínima con la construcción de 5 pequeños lagos a finales de la década de 1970 Cruickshank (1989, p. 85) resalta que “para el manejo y aprovechamiento racional de aguas pluviales, y residuales, crudas y tratadas [...] siendo el más importante el Lago Nabor Carrillo, de 1000 Hs. de superficie y 36 millones de metros cúbicos de capacidad”.

El segundo periodo, comprendido entre 1980 y 2010 corresponde con la imposición del modelo

neoliberal, vigente hasta la actualidad, que se caracteriza con la total desruralización del campo y una concentración policéntrica según Mandujano (2010), vinculados a la unificación de periferias urbanas que derivan en la megalopolización. En este periodo las primeras administraciones se concentraron en la privatización de empresas estatales, pero con las administraciones de Vicente Fox (de 2000 a 2006), Felipe Calderón (de 2006 a 2012) y de Enrique Peña Nieto (de 2012 a 2018) la zona lacustre del Lago de Texcoco sufrió violentos mecanismos de expropiación de tierras.

Por esta razón los comuneros, vecinos de los pueblos afectados, ecologistas y grupos diversos se aglutinaron inicialmente en torno al Frente de Pueblos en Defensa de la Tierra (2001), cuya lucha inicial congregó a muchas personalidades y colectivos, después de la represión de 2006, se vio dividido y desgastado. Posteriormente en otras instancias como la Coordinadora de Pueblos y Organizaciones del Oriente del Estado de México (2012), cuyos objetivos fueron la defensa territorial, el patrimonio biocultural de la región, pero en el caso de la Coordinadora (CPOOEM) los objetivos se fueron ampliando hasta abarcar toda la Cuenca de México. Cabe mencionar que muchos de los sujetos que se integraron a la lucha por el territorio, fueron sindicalistas y activistas políticos desde que ingresaron a trabajar a la empresa estatal Sosa Texcoco y otras.

En estos dos periodos, las coyunturas estuvieron marcadas por la oscilación entre el desecamiento total del lago, el ecosistema que éste sustentaba, y su posterior rescate, conservación y defensa, todos estos procesos enmarcados por la corta duración, es decir, perceptible a la vista humana y por lo tanto contenida en el ámbito de los acontecimientos.

### **III. Acontecimientos, formaciones discursivas e imaginarias en la lucha por el territorio. Entre la política partidista y la política ancestral.**

La corta duración, la de los acontecimientos apenas permite analizar su pertenencia a duraciones mayores, “testimonia a veces sobre movimientos muy profundos; y por el mecanismo, facticio o no, de las causas y de los efectos, [...] se anexiona a un tiempo muy superior a su propia duración” (Braudel, 1970, p. 65). En este sentido sugerimos la existencia de una recursividad entre causas y efectos en términos históricos, pero que por la volatilidad con la que es percibido el acontecimiento, la conciencia pocas veces lo inscribe como parte de un proceso de mayor aliento.

Por otro lado, las formaciones discursivas e imaginarias emergen en este lapso de tiempo como condensaciones individuales-colectivas de ciertas reglas y lugares de emergencia de los discursos. Las formaciones discursivas (FD) son entendidas como un conjunto de reglas que posibilitan la emergencia de ciertos discursos (o tópicos), que están delimitados por ciertos procesos de “represión y discriminación. A su vez, las formaciones imaginarias (FI) son concebidas como los lugares socio-cultural-histórico-políticos que ocupan los sujetos, y por lo mismo, “lugares subjetivos” que condicionan los sentidos que se producen y reproducen en las prácticas discursivo-semióticas. Tales formaciones se expresan de manera sintética en la siguiente tabla.

Tabla 1. Cuadro sintético con las formaciones imaginarias de Pêcheux.

<i>Expresión que designa las formaciones imaginarias</i>	<i>Significación de la expresión</i>	<i>Preguntas implícitas cuya respuesta subyace a la formación imaginaria correspondiente</i>	
A {	IA (A)	Imagen del lugar de A para el sujeto colocado en A	¿Quién soy yo para hablarle así?
	IA (B)	Imagen del lugar de B para el sujeto colocado en A	¿Quién es él para que yo le hable así?
	IA (R)	Punto de vista de A sobre R	¿De qué le hablo así?
B {	IB (B)	Imagen del lugar de B para el sujeto colocado en B	¿Quién soy yo para que él me hable así?
	IB (A)	Imagen del lugar de A para el sujeto colocado en B	¿Quién es él para que me hable así?
	IB (R)	Punto de vista de B sobre R	¿De qué me habla así?

Fuente: Tomado de Haidar (2006, p. 105)

Resulta necesario señalar la convergencia entre el concepto de coyuntura, propuesto por Braudel (1970) y el de Pêcheux (1978), pues el primero advierte cambios en términos de la historia del mediano plazo a nivel colectivo, y el segundo expresa la condensación de conflictos a nivel discursivo, permitiendo “lo que puede y debe decirse (articulado bajo la forma de una arenga, de un sermón, de un panfleto, de un programa, etc.)” (Pêcheux, 1975, p. 144, 145). Así, la coyuntura expresaría la condensación de los conflictos en el mediano y corto plazo de la historia política, donde es el “nicho natural” de los procesos sociopolíticos.

Por lo cual, los efectos de la coyuntura en el discurso generan ciertas censuras y restricciones que permiten enunciar ciertas cosas, mientras que se ocultan o disimulan otras más. Tales restricciones son sistematizadas por Haidar (2006) para ofrecer una tipología de mecanismos:

- a) Cuando la coyuntura política impone censuras, tabúes o el uso obligatorio de palabras, sintagmas o enunciados.
- b) En toda producción semiótico-discursiva operan restricciones o coacciones de varios tipos:
  - b1) Restricciones provenientes de la Formación Imaginaria y la Formación Discursiva
  - b2) Restricciones del poder: procedimientos de control del discurso.

Tomando en cuenta lo anterior, analizaremos dos acontecimientos realizados por los colectivos ya mencionados: la Coordinadora de Pueblos y Organizaciones del Oriente del Estado de México (CPOOEM) y el Frente de Pueblos en Defensa de la Tierra (FPDT). El primero fue la visita de “Marichuy” a Texcoco en noviembre de 2017, como parte de su gira nacional como candidata a las

elecciones federales de 2018; el segundo es la marcha “Yo prefiero el lago” en octubre de 2018, que formaba parte de la Consulta Nacional México Decide.

La llegada de María de Jesús Patricia Martínez “Marichuy” como vocera del Concejo Indígena de Gobierno (CIG) y del Congreso Nacional Indígena (CNI) al kiosco de la Plaza Central de Texcoco el 24 de noviembre de 2017, estuvo enmarcada por su gira nacional como candidata a las elecciones federales de 2018. Esta gira la realizó acompañada de los concejales del Pueblo Nahua del Valle de México, quienes también eran miembros de la CPOOEM como Heriberto Salas Amac quien pronunció el siguiente discurso:

El hecho que estemos aquí y recibamos por primera vez al Congreso Nacional Indígena y que tengamos la visita de nuestra vocera María de Jesús, nos alegra y nos alienta. Tenemos esperanza de que hoy sus palabras nos puedan orientar, para que nosotros, los pueblos del Valle de México nos podamos organizar desde abajo. Nosotros tenemos la esperanza de que no está perdido todo, de que podemos parar todos estos proyectos de muerte que vienen avanzando si nosotros desde abajo lo hacemos, si ponemos nuestra voluntad [...] Pero no podemos confundirnos compañeros, los partidos políticos han sido capaces de dividir a nuestros pueblos; el sistema político electoral mexicano para eso está diseñado. Y no nos engañemos compañeros, y en esto sí tenemos que estar claros: no podemos estar con un pie dentro del sistema que nos está matando y otro decir que estamos construyendo una patria nueva, un mundo nuevo. Nosotros tenemos que entender que los partidos han servido a los intereses de las grandes transnacionales y de ello vive la clase política [...] Si nosotros desde abajo, si ponemos toda nuestra voluntad, si nos ponemos la meta de organizarnos con esta conciencia, de que no podemos estar en dos lugares, porque nos han confundido. Aquí ha habido, y lo digo por experiencia propia, compañeros que piensan que pueden estar en un partido político y sentirse zapatistas o sentirse dentro del proyecto del Congreso Nacional Indígena, y no es posible, son dos proyectos totalmente diferentes. Nosotros lo que queremos es borrar de nuestro mundo a este maldito sistema capitalista, a estos malos gobiernos y borrar las formas de explotación que nos han impuesto (Heriberto Salas AMAC, 24 de noviembre de 2017).

Al abordar las formaciones imaginarias (FI) de Heriberto, concejal del CIG, miembro de la CPOOEM y ex militante del FPDT (salió en 2012), se considera su lugar subjetivo para responderse anticipadamente a las preguntas ¿Quién soy yo para hablarles así? ¿Quiénes son ellos (la gente congregada en el mitin, incluidos los miembros del FPDT) para que yo les hable así? ¿De qué les hablo así? En este caso la formación discursiva (FD) evidencia las formaciones ideológicas se manifiestan a través de los sintagmas y palabras “sistema político electoral”, “partidos”, “sistema capitalista”, “clase política” y “transnacionales”, identificándolos como aparatos hegemónicos contrarios a los sintagmas “nuestros pueblos”, “patria nueva” como el proyecto social y político que se está construyendo desde el proyecto del CIG (Concejo Indígena de Gobierno), el CNI (Congreso Nacional Indígena) y el EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional), en oposición a cualquier proyecto partidista como continuidad del sistema capitalista neoliberal, incluyendo a MORENA (Movimiento de Regeneración Nacional), partido al cual el FPDT se mostró vinculado desde años previos, y una de las razones por las cuales Heriberto

abandonó esta organización.

Por su lado, y en términos de la misma coyuntura, cuando una comitiva del FPDT se acercó a entregarle un ramo de flores a Marichuy, quien tomó la palabra en ese momento fue Trini, una de las personas más representativas del colectivo, expresando que en el colectivo había cabida para todas las expresiones políticas, incluidas las partidistas. En este proceso se reconocen las restricciones discursivas vinculadas al control del discurso, las cuales permitieron a Trini dar esa respuesta en tono sutil y sin confrontaciones, pues el contexto exigía un discurso conciliador.

El siguiente acontecimiento discursivo fue el comunicado de la Marcha #YoPrefieroElLago, el 25 de octubre de 2018, en el marco de la Consulta Nacional México Decide, del cual se expone un fragmento del comunicado que se leyó en la Plaza de la República en aquella ocasión:

Los pueblos de la orilla del agua, los pueblos guerreros de Teotihuacan, Tepetlaoxtoc, Acolman, Temascalapa, Tezoyuca, Texcoco, Chalco, Ixtapaluca, Amecameca y los pueblos y barrios de la ciudad de Tenochtitlan, hoy ciudad de México, ofrendamos nuestro corazón y gratitud a ustedes hermanas y hermanos de la patria mexicana y de otras patrias de esta casa común, llamada TIERRA. Llamamos a todas las mexicanas y mexicanos a participar activamente en la Consulta Nacional que tendrá lugar estos cuatro días, del 25 al 28 de octubre, para ratificar nuestro repudio al PRI, al PAN, a lo más podrido del PRD y a los miserables camaleones que, desesperados ven tambalearse sus negocios que han hecho con nuestro territorio y salen a secundar a los banqueros, a los medios especialistas en la mentira. NO SE CONFUNDAN NI UNOS NI OTROS. Los pueblos nos mantenemos críticos ante la realidad que vivimos y ante cada medida que vaya tomando el nuevo gobierno, pero jamás nos vamos a aliar a la derecha hipócrita que hoy sale a condenar una consulta que, en efecto, pudo ser perfectible. NO SE CONFUNDAN SEÑORES DUEÑOS DE LA VILEZA: los pueblos que ustedes tanto desprecian, no somos sus aliados. Ninguno de ustedes dijo nada cuando desaparecieron a nuestros 43 estudiantes, ni dicen nada ante la guerra que desataron y que ya cobra miles y miles de desaparecidos y asesinados... (FPDT, 25 de octubre de 2018, Plaza de la República, CDMX).

Este discurso se inscribe en la coyuntura de la consulta a nivel nacional sobre la construcción del aeropuerto en Texcoco, próximo a realizarse en aquellos días. En este caso, la imposición de enunciados y palabras como “agua”, “lago”, “tierra”, “territorio”, “consulta”, “PRI”, “PAN”, “PRD”, “banqueros”, “medios”, “nuevo gobierno” y “derecha” entre otros más, vocablos que posicionan al FPDT como movimiento de izquierda, vinculado a las luchas sociales.

Las restricciones provenientes de las formaciones imaginarias (FI) del FPDT como sujeto socio-histórico-político-cultural lo posicionan como un colectivo con casi 20 años de presencia en la vida nacional, aliado de los movimientos sociales como el de los 43 Padres y Madres de los Desaparecidos de Ayotzinapa, cuyo interlocutor es el poder político y económico de la derecha a la que declara su adversaria política. También se analizaron otros textos donde manifiestan un enfoque marxista sobre la relación entre el trabajo y capital, advirtiendo que es el trabajo el que crea el capital, y no al revés.

En torno a las restricciones provenientes de la formación discursiva (FD), resulta notorio que su



discurso contra los partidos, sin mencionar a MORENA (partido con el cual el movimiento mantuvo contactos), haciendo de ese silencio un implícito que por momentos parece endurecer el discurso, al expresar que se mantendrán “críticos ante la realidad [...] y ante cada medida que vaya tomando el nuevo gobierno”. El condicionamiento de las formaciones ideológicas y sociales que incide en las discursivas se hace evidente en este pronunciamiento, principalmente como silencio (omitiendo a MORENA), validando tácitamente a las instituciones electorales al tiempo que advierten su vigilancia sobre el nuevo gobierno.

Un aspecto importante sobre las restricciones discursivas en torno a las mutuas referencias que ambos colectivos utilizaron para referirse unos de otros fue siempre el tono respetuoso y el uso de la palabra “compa” o “compañero”, aun cuando se reconocen mutuamente como distintos en los estilos políticos.

En este sentido, se observó que la CPOOEM ha desarrollado un estilo antisistémico, es decir, no partidista, anticapitalista, antipatriarcal y centrado en la lucha de los pueblos ancestrales, por ello es que se integraron como concejales del Concejo Indígena de Gobierno Gabriela Vega y Heriberto Salas, manteniendo un trabajo cercano y permanente con el Congreso Nacional Indígena y con el EZLN; además de establecer alianzas con Geo Comunes, La Casa de los Pueblos, Praxis, Acción Global Contra la Expansión de la Aviación, el Foro Social Mundial, la Alianza Global Anti-incineración y la Defensa Internacional de los Ríos.

Por otra parte, el FPDT adoptó una estrategia política de alianzas con un amplio espectro de organizaciones, colectivos y personalidades de izquierda tales como el Centro libre de Experimentación Teatral (CLETA), el Sindicato Independiente de Trabajadores de la Universidad Autónoma de Chapingo (SITUACH), El Frente Popular Francisco Villa -México Siglo XXI (FPFV-México Siglo XXI), El Sindicato Mexicano de Electricistas(SME), la organización campesina y popular El Barzón, la Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE), la Fundación Rosa Luxemburgo, la ecofeminista india Vandana Shiva, el ecologista brasileño Sebastiao Pinheiro; además es adherente a la Otra Campaña lanzada por el EZLN. Y desde los primeros años mantuvo cercanía con MORENA, cuando el FPDT convocó a la Convención Nacional contra la Imposición en 2012, lo cual evidencia una estrategia que combina la lucha popular con la electoral.

Como se observa en las formaciones discursivas (FD) de ambos colectivos, su estilo de trabajo político se refleja en los discursos emitidos, en los cuales aparece, por un lado una postura no partidista de la CPOOEM, vinculando el sistema de partidos y la clase política con el sistema capitalista transnacional, llevando el análisis a la división entre las élites y “los de abajo”, y reconociendo este vínculo como imposible para la sobrevivencia de los pueblos ancestrales; por otro lado, el FPDT se reconoce como parte de los pueblos ancestrales para después lanzarse contra los partidos de derecha y “los camaleones”, dejando fuera de su discurso a MORENA. Condena la vileza de los empresarios y la derecha, así como hace un llamado a la consulta sobre la construcción o no, del aeropuerto en Texcoco. Aun cuando parece mínima la diferencia, esto marca la encrucijada en el derrotero político de ambos: ser o no ser con el sistema de partidos, ser o no ser con los pueblos organizados en torno al Congreso Nacional Indígena.

#### IV. Recuerdos del lago y esperanzas del porvenir. Memoria discursiva como palabras y silencios en torno al proceso urbano

Al respecto de las formaciones discursivas (FD) que se pueden analizar desde la arqueología del saber según Foucault (1979) se entiende que toda formulación contiene en su “dominio asociado” muchas otras formulaciones que reitera, refuta, niega, modifica, etc., respecto de las cuales se produce un efecto de memoria particular. Pero también, cada formulación mantiene con otras formulaciones distintas relaciones en términos de temporalidades históricas con las cuales coexiste, e incluso se anticipa; en este sentido “la noción de memoria discursiva concierne a la existencia histórica del enunciado en el seno de prácticas discursivas reguladas por aparatos ideológicos” (COURTINE, 1981, p. 27). En este sentido es que se inscriben los discursos de los colectivos y los pueblos en defensa de su territorio, recalando ciertos tópicos en particular, y que para Courtine orbitan en la temporalidad de largo en la memoria colectiva como enunciados, en tanto que sus formulaciones emergen en el corto tiempo de la enunciación y del acontecimiento.

Retomando las diferencias entre ambos colectivos, una constante en los tópicos discursivos es la relación con la Tierra y la Naturaleza afectivamente cercana. Ambos colectivos ofrecieron conversatorios en distintos tiempos (El FPDT ofreció un conversatorio en el Ejido El Paraíso, Atenco con participaciones de Sebastiao Pinheiro y miembros del Frente, esto fue el 27 de agosto de 2017; la CPOOEM ofreció un conversatorio con Gabriela Vega y Heriberto Salas en el ejido San Miguel Tlaixpa, en la región montañosa de Texcoco el 13 de febrero de 2019). De ambos conversatorios se rescatan las siguientes formulaciones:

César del Valle y vecinos de Atenco (no proporcionaron sus nombres), Conversatorio en el ejido El Paraíso (FPDT):

El Proyecto del Aeropuerto ha dividido a la comunidad, pero la tierra es necesaria para la vida en lo que fue el Lago de Texcoco. Hace un año hubo un espejo de agua: el Lago de Xalapango, pero ya no. Los daños ecológicos de los cerros de Teotihuacán para relleno, y de las minas de Texcoco con lodos tóxicos. En el campo no se necesita dinero para vivir como en la ciudad. Hay amparos y suspensión de actividades, sin embargo, siguen las obras en todos los pueblos. Hay corrupción en los gobiernos con los representantes ejidales. Las obras han sido empujadas por golpeadores, jóvenes drogados, autoridades locales y cuerpos policiacos. Por lo tanto, hemos considerado un repliegue estratégico para evitar las confrontaciones... La solidaridad vincula más y mejor a los seres humanos... Los campesinos son imprescindibles. Nos queremos mantener como campesinos, nos queremos seguir vinculando con la naturaleza... El aeropuerto implica una urbanización salvaje; un ejemplo es la refresquera Peñafiel que pretende dejarnos sin agua. También luchamos contra los proyectos inmobiliarios... Los pueblos originarios son los únicos que pueden cuidar el territorio.

Heriberto Salas en el conversatorio del Ejido San Miguel Tlaixpa, Texcoco.(CPOOEM):

Los pueblos tienen que decidir qué hacer, qué hacer con su comunidad, ponerse a platicar entre su gente como pueden levantar su propia comunidad, desde proyectos productivos, desde su

escuela, su centro de salud, su medicina, que no se pierda porque aquí todavía hay herbolaria, todo eso lo tenemos que transmitir al pueblo, no tenemos que dejar perder esas formas de nosotros y nuestra autonomía alimentaria[...] nosotros decimos si nuestros viejos nos prestaron la tierra para que viviéramos nosotros, entonces nosotros tenemos que dejárselo a nuestros hijos para que ellos también vivan, ese es el pensamiento que también nos han enseñado los viejos de por allá, la tierra nada más es prestada, es para vivir, para disfrutar la vida y si quiero tener algo pues se trabaja no, pero hoy hasta para meternos miedo en nuestros pueblos empiezan a secuestrar gente y empiezan a robar, allá hubo muchos secuestros cuando tuvieron lana y esto permite que entre el ejército, la policía federal, la estatal y las municipales y ya estamos rodeados de policía y cuando te quieres poner al brinco por algún problema que te genera el propio gobierno pues ahí están los trancazos encima de nosotros, entonces, son trampitas en las que vamos cayendo, nos van acorralando, son estrategias que ellos han utilizado para meterse.

De estos discursos se rescatan los temas centrales, mismos que se transforman con el transcurrir del tiempo, actualizándose de acuerdo con las coyunturas y las emergencias: a) la importancia de la tierra, del lago y de los cerros; b) el ataque que han sufrido los ejidatarios con grupos de choque; c) la sacralidad de este territorio y la conexión de los pueblos con la naturaleza; d) la capacidad de los pueblos originarios para cuidar el territorio; e) la autonomía de los pueblos; f) la presión económica para despojarlos de la tierra y su forma de relacionarse con ella; g) el avance de los cuerpos policiacos y paramilitares en la región; y, h) la estrategia para resistir y enfrentar al gobierno.

La actualidad de estos discursos no hace sino actualizar lo que la memoria discursiva de estos pueblos viene conservando en la larga duración: un apego al territorio que va más allá de lo pragmático e instrumental, revelando una cercanía afectiva que se conduce con los procesos salvajes de urbanización.

## Conclusiones

Esta propuesta analítica que articula las duraciones históricas de Braudel y los distintos niveles de formación resulta en términos heurísticos fructífera, puesto que permite indagar y descubrir cómo las temporalidades son continentes y contenidos del discurso. Las formaciones sociohistóricas, política y cultural, ideológica, imaginaria y discursiva sugeridos por la escuela francesa del Análisis del Discurso: Pêcheux (1978), Foucault (1979) y Courtine (1981), permite identificar ciertos sentidos sociales, históricos, políticos y culturales en los cuales emergen los discursos de los pueblos ribereños del Lago de Texcoco y de los colectivos involucrados en el análisis.

La larguísima y larga duración aparecen entonces como el tiempo de las cosmovisiones que orbitan en el tiempo de la casi inmovilidad para el ojo humano, en las cuales el discurso habita, siendo al mismo tiempo elemento básico de las visiones del mundo de estos pueblos. Es en este plano donde el poder de tipo colonial primero, estatal liberal, y estatal neoliberal después, han modificado el territorio de estos pueblos, llegando a un punto insostenible, lo que los obligó a movilizarse contra el proyecto Nuevo Aeropuerto de la Ciudad de México, proyectado a construirse en sus tierras.

Se ha expuesto también que en la duración de ciertas coyunturas emergen formaciones

hegemónicas como las del desarrollo económico industrializado, pero al mismo tiempo surgieron formaciones contrahegemónicas provenientes de la izquierda que modificaron las acciones de los sujetos que se vieron despojados de su forma de vida campesina para ser obreros durante las últimas décadas del siglo XX.

De lo anterior se puede observar en el discurso de los dos colectivos que las diferencias, aparentemente sutiles, marcan una gran brecha en los estilos y en los sentidos que les han dado a sus respectivos movimientos. Sin embargo, pese a las tensiones y desencuentros, los pueblos mantienen sus formas y ritmos en la convivencia de lo cotidiano.

Finalmente, puede advertirse que la emergencia de los discursos expuestos en este análisis son condensaciones ideológicas, políticas, culturales, sociales e históricas que inciden en las duraciones históricas desde el plano más inmediato (el de eventual) porque son parte sustantiva de los acontecimientos, hasta las coyunturas, al acompañar y conducir los procesos sociopolíticos que significan transformaciones en ciertas tendencias, y en la larga duración como contenido de las cosmovisiones locales vinculadas a la vida. Es por eso que la defensa territorial de estos pueblos también es una lucha por las expresiones de vida en términos bioculturales, ecológicos y espirituales.

## Referencias

BRAUDEL, F. **La historia y las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1970.

COURTINE, J. Analyse du discours politique. En: **Langages**, n. 62, París, Didier / Larousse, 1981.

CRUICKSHANK, G. El caso Texcoco: una alternativa para la Cuenca de México. En Guerra, L. y Mora, J. **Agua e Hidrología en la Cuenca del Valle de México**: antecedentes, diagnósticos, perspectivas y alternativas. México: INAIE-Fundación Friedrich Ebert. 1989.

ESCURRA, E. **De las chinampas a la megalópolis**. El medio ambiente en la Cuenca de México. México: FCE, 1990.

FOUCAULT, M. **La arqueología del saber**. México: Siglo XXI, 1979.

GONZÁLEZ, J. De la Conquista a la Reforma Agraria: tenencia de la tierra y manejo de recursos. En: **Estudios de cultura nahua**, v. 24. México: UNAM, 1992. p. 443-454.

Haidar, J. **Debate CEU Rectoría**. Torbellino pasional de las argumentaciones. México: UNAM, 2006.

LAJOUS, A. ¿Dónde se perdió el cambio? México: Planeta, 2003.

LEGORRETA, J. **El agua y la Ciudad de México**. De Tenochtitlan a la megalópolis del siglo XXI. México: UAM-Azcapotzalco, 2006.

LINARES-ZARCO, J. Nezahualcōyotl, de ciudad dormitorio a polo de desarrollo de la región Oriente

del Valle de México. En: **Paradigma Económico**, 5. Toluca: UAEMEX, 2017. p. 117-144.

MANDUJANO, H. **Reconvención industrial, cambios institucionales y desarrollo urbano en México (1980-2000)**. Estudio de caso; ciudades de Aguascalientes y Querétaro. México: UNAM-Porrúa, 2010.

PALERM, A. **Antropología y Marxismo**. México: Nueva Imagen, 1980.

PÊCHEUX, M. **Hacia el análisis automático del discurso**, Madrid: Gredos, 1978.

PÊCHEUX, M. **Les vérités de La Palice**, París: Maspero, 1975.

## Artigo

### El cine documental del *Tejido de comunicación* como memoria de la cultura insurgente

Documentary film from the *Tejido de comunicación* as a memory of insurgent culture

Isabel Galindo Aguilar

**Resumen:** Este artículo nace de la necesidad de subrayar la importancia de la palabra en contextos de tensiones políticas. El objetivo es analizar cómo, desde el cine documental, el Tejido de Comunicación ha logrado conformar un archivo de la memoria de la cultura insurgente del pueblo nasa en Colombia, al tiempo que hace del documental un dispositivo para re-politizar la mirada. Inicia con una breve introducción acerca del horizonte histórico profundo de la resistencia nasa, para luego analizar los tres documentales que este Tejido realizó y caminó en su territorio del norte del Cauca: *Pa' poder que nos den tierra* (2005), *Somos alzados en bastones de mando* (2006) y *País de los pueblos sin dueños* (2009).

**Palabras clave:** Criminalización, racismo, memoria, destierro, documental

**Abstract:** This article arises from the need to highlight the importance of the word in contexts of political tensions. The objective is to analyze how, through documentary film, the Tejido de Comunicación has managed to create an archive of the memory of the insurgent culture of the Nasa people in Colombia, while making the documentary a device to repoliticize the gaze. It begins with a brief introduction about the deep historical horizon of the Nasa resistance, and then analyzes the three documentaries that this Tejido made and walked in its territory in northern Cauca: *Pa' poder que nos den tierra* (2005), *Somos alzados en bastones de mando* (2006) and *País de los pueblos sin dueños* (2009).

**Keywords:** Criminalization, racism, memory, exile, documentary

## Introducción

Nos encontrábamos en las noches de luna, junto a la orilla de los ríos, para que el sonido del agua se llevara el eco de las palabras, hablábamos en nuestra lengua indígena, nos reuníamos a pensar y ponernos de acuerdo para volver a tener lo que, con engaños y violencia, el colonizador nos había robado: nuestra tierra. Sabernos comunicar nos ayudó a resistir.

(Testimonio de Mayores del Pueblo Nasa, 2010)

El presente artículo fue gestado en el 2010 durante la *Primera Cumbre Continental de Comunicación Indígena del Abya Yala*, realizada en el *Territorio de Diálogo, Paz y la Convivencia de La María Piendamó*, en el norte de Cauca, Colombia. En este encuentro de comunicadores, el Pueblo Nasa nos compartió el concepto metafórico de *Tejido de Comunicación*, usado para denominar a un tipo de comunicación multimedia enraizada en el territorio. Un Tejido en el que cada uno de los integrantes se tejen y tejen procesos comunicativos desde múltiples medios con énfasis en posibilitar mecanismos de interacción y *re-acción*. Así, en Tejido amplifican la sabiduría de la comunidad.

En el 2017, volví al territorio del Cauca con el objetivo de acercarme al trabajo documental que realizó el Tejido de comunicación en las producciones: *Pa' poder que nos den tierra* (2005), *Somos alzados en bastones de mando* (2006) y *País de los pueblos sin dueños* (2009), las cuales retratan la violencia de Estado que se ha ejercido contra el territorio nasa. Mauricio Acosta (director y editor) y Edgar Yatacué (fotógrafo-camarógrafo) conversaron conmigo en Popayán y Santander, en torno a cómo realizaron los documentales, cómo los caminaron en el territorio y cómo estos han contribuido en lo que el Pueblo Nasa denomina como la liberación de *Uma Kiwe* [Madre tierra en nasa *yuwe*]. Además, gracias a Vilma Almendra (2017), también ex-integrante del Tejido de Comunicación, y su libro *Entre la emancipación y la captura. Memorias y caminos desde la lucha Nasa en Colombia*, fue posible entender la importancia de la *Minga de pensamiento* para proponer otras formas de buenos vivires o como lo expresan en nasa *yuwe*: *Wët wët fxi' zenxi*.<sup>1</sup>

### **El horizonte histórico profundo de la resistencia nasa**

Es fundamental explicar que el recorrido realizado para acercarme a la historia del Pueblo Nasa parte de la experiencia y los saberes que comparten quienes, como ellos enuncian, caminan la palabra, quienes además, hacen parte del territorio y que por lo tanto su lugar de enunciación está enraizado en el Cauca.

En *Libertad y alegría con Uma Kiwe. Palabra del proceso de liberación de la Madre Tierra* el Pueblo Nasa del norte de Cauca en *Proceso de Liberación de la Madre Tierra* (2016), comparte un poco de su historia, o dicho en otros términos, narra el horizonte histórico profundo de su resistencia.

Un día de 1535 llegó la Conquista. Una noche nos acostamos nasa y amanecimos “indios”. Empezó la explotación de nuestra tierra, que se convirtió en teatro de operaciones. Desde entonces no tenemos paz ni descanso. Tres años después, cuando los conquistadores habían sacado las uñas, una mujer muy mujer, La Gaitana, no aguantó más y se levantó en armas para defender la Tierra, Organizó un ejército de 20 mil guardias nasas, yalcones, pijaos, timanaes y defendió el honor y la tierra de nuestros pueblos, la misma que ahora pisamos, la misma a la que ahora hemos retornado. La guerra de resistencia que ella inició duró 120 años, tal vez la más larga que pueblo alguno haya librado en la historia. La resistencia que ella inició cumple 478 años. Sin paz ni descanso (PUEBLO NASA, 2016, p.9-10).

---

I Las reflexiones aquí vertidas son una versión sintetizada y corregida del Capítulo “Cine en minga” publicado en 2021 por Analéctica y la Escuela Nacional de Antropología e Historia en el libro titulado *Tejedores de sabiduría insurgente. Cine documental y narrativas desobedientes contra el destierro*.

Así, el primer marcador histórico data del siglo XVI, tras el cual narran: “en 1700, los caciques Juan Tama y Manuel de Quilo y Sicos lograron un acuerdo con el imperio español y desde entonces vivimos apretados en territorios llamados resguardos. Pero vivos y juntos” (PUEBLO NASA, 2016, p.10). Sin embargo, explican que desde el siglo XIX los resguardos fueron invadidos y la actividad comercial de los terratenientes los convirtió en sus esclavos, por lo que a inicios del siglo XX se levantaron “al amparo de la voz de Quintín Lame y con la ley bajo el brazo” (PUEBLO NASA, 2016, p.10).

A mediados del siglo XX se vivió una guerra que describen *desangró a Colombia*, fueron desplazados a regiones como El Naya y tras más desplazamiento alrededor de 1971 recuperaron aproximadamente 120 mil hectáreas en el Cauca, porque para ellos “La libertad viene con la tierra” (PUEBLO NASA, 2016, p.10).

El siguiente marcador histórico que menciona el Pueblo Nasa inicia con la implantación del Neoliberalismo que, como en México, se anunció con masacres. En el Cauca el 16 de diciembre de 1991 con La Masacre de los Veinte.



Así, durante siglos el territorio se ha defendido con la vida y, ahí donde hubo masacres y el Estado colombiano buscaba sembrar terror, la resistencia indígena sembró su lucha y para estos pueblos “donde se ha derramado sangre nasa y donde cae sangre nasa hasta ahí llega el mojón” (PUEBLO NASA, 2016, p.14).

Fotografía 1. *Liberadores de Uma Kiwe frente al ESMAD.*

Isabel Galindo Aguilar. Cauca, 2017.

La respuesta del pueblo ha sido la organización. En 1971 se conformó el Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC) “como icono de la lucha indígena en Colombia, aglutinando diversos modos de resistencia y autonomía como la lucha armada, la articulación con el movimiento campesino, la apropiación de los cabildos como autoridad indígena y la asamblea como máxima autoridad” (ALMENDRA, 2017, p. 82-83).

En 2005, la Asociación de Cabildos Indígenas del Norte del Cauca (ACIN) “por mandato colectivo crea los *Tejidos de Vida*, como organismos del gobierno autónomo” (ALMENDRA, 2017, p.82). Entre



ellos, el *Tejido de comunicación*, que tiene como mandatos: “revitalizar palabra y acción ancestral para defender la vida toda”; “agrietar la comunicación impuesta por la conquista y la modernidad”; “entender permanentemente las estrategias de dominación y despojo que se incrustan en el territorio”; “reconocer y abordar con sabiduría las contradicciones”; “converger y tejer con otras y otros desde lo local hasta lo global y viceversa” (ALMENDRA, 2017, p.126-127) y desde estos mandatos, el *Tejido de comunicación* realizó los documentales *Pa’ poder que nos den tierra* (2005), *Somos alzados en bastones de mando* (2006) y *País de los pueblos sin dueño* (2009).

### Liberación de tierras



El territorio que se está liberando había sido usurpado y acaparado por terratenientes que concentran el 60.22% de la tierra del Cauca, con los datos recabados por el Pueblo Nasa se estima que el 7.8% de los “propietarios” posee más de la mitad de las tierras fértiles en las que siembran monocultivo, extraen minerales y buscan petróleo (PUEBLO NASA, 2016, p.18).

Fotografía 2. *Liberador de Uma Kiwe.*

Isabel Galindo Aguilar. Cauca, 2017.

Como autoridades, como indígenas, dueños de Colombia, dueños de nuestras tierras. En el pasado nos quitaron y ahora tenemos que hacernos frente para quitarlos a ellos, porque estas tierras son nuestras, porque lo merecemos, porque son nuestras, nuestros líderes han derramado sangre, nuestros líderes han muerto, pero ahora nosotros es el tiempo de que luchemos por ellos también. Yo creo que desde el más allá están proclamando, aquí los indígenas que están demostrando el valor, la fuerza que necesitan, la fuerza que tenemos que demostrar ([Testimonio en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2006, min.0](#)).

En el norte del Cauca, las naciones enraizadas de la región han propuesto *planes de vida* para hacerle frente a los *proyectos de muerte* que las empresas extractivas traen a los territorios. Vilma Almendra

Quiguanás sintetizó este antagonismo de la siguiente manera:

Así está presente el antagonismo entre vida y muerte y las formas mejoradas del poder de dominación; pero también las formas comunitarias de resistencia y autonomía en un contexto cambiante en el que el capital se sigue reencauchando para acumular, hasta ir las institucionalizando y los pueblos resistiendo y autonomizando para defender *el Qxhab Wala Kiwe* (territorio del gran pueblo) desde el Cauca (ALMENDRA, 2017, p. 82).

La liberación de tierras es un proceso de defensa del territorio que tiene como objetivo liberar a la madre tierra (*Uma Kiwe*) del monocultivo y el extractivismo: “Nuestra vida en la liberación es una fiesta. Consiste en el sencillo oficio de cortar caña para sembrar comida” (PUEBLO NASA, 2016, p.31).

Un proceso que ha significado una lucha constante en la que han tenido que enfrentar operativos “que combinan fuerzas en tierra con ejército, carabineros, tanquetas, policía antimotines-ESMAD- y maquinaria destructora y fuerzas en aire con helicópteros militares” (PUEBLO NASA, 2016, p.32), pero también, la liberación ha significado un proceso de formación política en minga.

En las fincas en proceso de liberación, hemos fundado aldeas con cocina, letrinas en tierra, charcos para nadar, sede para reuniones, tulpas para nuestras ceremonias sagradas y varias chozas al rededor. Las aldeas de la liberación han sido sede de reuniones, de juego, de encuentros de capacitación, de mingas artísticas, de llegada de visitantes de muchos lugares de Colombia y del mundo (PUEBLO NASA, 2016, p.33).

### **Pa’ poder que nos den tierra**

El primer documental realizado por el *Tejido de comunicación* ACIN- CXAB WALA KIWE, [Pa’ por que nos den tierra](#) (2005), es la crónica de un desalojo en la finca El Japio, en el cual fue asesinado Belisario Camayo Güetoto, de Caldon. La narrativa del documental esta tejida a partir de testimonios de quienes fueron golpeados, heridos y torturados por las fuerzas armadas. Mauricio Acosta, director y editor explica que esta producción inicio como un registro que daba cuenta de la violencia que los liberadores estaban enfrentando.

En 2005, en la finca *El Japio*, donde la comunidad entraba a liberar la tierra, a ocupar estas fincas de terratenientes y, bueno, se daba la confrontación con la policía, donde había unas cuestiones muy desafortunadas para la comunidad, torturados, hubo un muerto, siempre en las confrontaciones había muchos heridos de gravedad. Entonces, nosotros en ese momento, simplemente registrábamos lo sucedido y en vista de que íbamos sacando este material decidimos hacer el primer documental que se llama *Pa’ poder que nos den tierra*, el cual narra un poco este proceso (ACOSTA, 2017).

La socialización de este documental en video-foros comunitarios, reuniones y asambleas posibilitó

que el *Tejido de comunicación* convirtiera el cine documental en un dispositivo para *re-politizar* la mirada, en términos de Víctor Vich (2015).

*Pa' poder que nos den tierra* se mostró en video-foros en muchas comunidades, y sí, la gente siente esa necesidad de salir allá a ayudar a ellos. Entonces, uno ve que el video, pues sí impacta a muchas comunidades, lo que está viviendo esa comunidad como que también le duele a otra comunidad (YATACUE, 2017).

La narrativa del documental denuncia el uso desmedido de las fuerzas armadas y también muestra cómo la comunidad está cansada de la narrativa oficial que criminaliza a los pueblos enraizados y organizados, al asociarlos a la guerrilla. De esta manera, esta producción hace un contrapeso a la narrativa hegemónica que busca deslegitimar la defensa del territorio en el Cauca.

Y que no se vuelva a mencionar eso de que acá hay es guerrilleros, acá no hay guerrilleros, como tú ves aquí, aquí está la comunidad organizada, que hay gente que se pone pasamontañas no para cubrir el rostro, sino para protegerse de los gases [...] Los pueblos indígenas, ni vamos a matar a nadie, ni vamos a agredir a nadie, sino que necesitamos la tierra, esta es la tierra que necesitamos. Nosotros no los necesitamos a ustedes, no necesitamos pelear con ustedes, no necesitamos matar a nadie, sólo exigimos es que nos devuelvan la tierra. Los pueblos indígenas no estamos enfrentándonos con ningún hermano del pueblo colombiano, sino que estamos exigiendo nuestro derecho y espero que algún día, usted también como colombiano, espero que exija sus derechos, y nosotros lo entenderemos ([Testimonio en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2005, min.13](#)).

La criminalización racializadora es una estrategia de contrainsurgencia que se pone en funcionamiento al relacionar a las naciones enraizadas con grupos armados. Al darles trato de guerrilleros se les despoja de humanidad. Así, la criminalización de la insurgencia funciona como argumento del uso desmedido de la fuerza.

En *Pa' poder que nos den tierra* hay testimonios encarnados que muestran, en términos de Foucault (2009), el *poder disciplinario* que le imponen los Estados hegemónicos a las naciones enraizadas. La narrativa de los testimonios trae a la reflexión lo que Silvia Rivera Cusicanqui (2010) denomina como *re-actualización del hecho colonial*, pues con el desmembramiento del cuerpo insurgente el poder colonial reafirma el derecho de conquista del invasor, inscribe en el cuerpo racializado el mensaje de su antagonismo.

Tantos policías venían correteándome y yo me enredé con un palo y me caí, de ahí lo cogieron de punta de garrote ellos. El garrote, echando punta pie, me recibí como unos 30 garrotazos, de ahí quedé caído en el suelo, de ahí me dijeron “¡Hijo de puta, guerrillero!” Me trataron de guerrillero. Después me levantaron y me echaron gas en la boca, en los ojos y en los oídos. Y después me sentí que cogieron un dedo y lo mocharon, y cogieron otro dedo y también lo mocharon. De ahí me sentí, medio me borré en la cara, medio me borré ese gas y me miré y

los dos dedos estaban mochos y cuando de ahí me sentí “¿qué voy a hacer!,” me sentí yo, y los mismos policías llegaron y dijeron “¡Hijo de puta, guerrillero, ahora sí toma!” dijeron, y un *man* llegó, cuando tenía los dos dedos así mochados ya, y me dio garrotazos por ahí mismo. Entonces me chispo de sangre y otros de abajo vinieron correteando, me dijeron “¡Hijo de puta, guerrillero, camina para la fiscalía”, me dijeron, “¿o vas a correr, puta? Corre, ahora sí, puta, corre. Te pagaste ya”, me dijeron cuando me mocharon los dos dedos ([Testimonio en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2005, min.16](#)).



La siembra de los liberadores convierte sus cuerpos en lugares simbólicos de la memoria de la cultura insurgente. La sangre que brota del cuerpo insumiso re-actualiza el derecho que tienen al territorio, pues “donde se ha derramado sangre nasa y donde cae sangre nasa, hasta ahí llega el mojón” (PUEBLO NASA, 2016, p.14).

Fotografía 3. *Guardias contra el destierro.*

Isabel Galindo Aguilar. Cauca, 2017.

### Somos alzados en bastones de mando

El título del segundo documental del Tejido de Comunicación condensa la esencia de la resistencia de las comunidades de las naciones del Cauca, conforme a Patricio Guerrero (2010) la *sabiduría insurgente*, porque quienes están alzados no son guerrilleros, como el Estado ha afirmado, o como los medios de comunicación masiva han difundido.

[Somos alzados en bastones de mando](#) (2006) es un documental dedicado “A la memoria de Pedro Poscué, a su familia, a la comunidad de Corinto y a la Guardia Indígena” (Tejido de comunicación, 2006: 0’).

En este documental la narrativa posibilita ir más allá del discurso hegemónico, pues es un retrato desde el territorio. Un retrato en el que es posible apreciar que los alzados portan sus bastones de mando y en principio eso ya da cuenta de que hacen parte de un proceso organizativo que se distingue por su carácter comunitario.

Dicho proceso está guiado por los *Planes de Vida*, teje pensamiento en las asambleas, camina la palabra en los territorios, sigue los mandatos de los *Tejidos de vida*, cuidando la vida comunitaria y

liberando a *Uma Kiwe*.



Los alzados en bastones de mando son los *Kiwe Thegnas* (cuidadores del territorio) o Guardia Indígena; los alzados en bastones de mando son las mayores y mayores, hombres, mujeres, jóvenes, quienes han sido atravesados por el *poder disciplinario*, quienes han encarnado la resistencia al destierro, en quienes está sedimentada la memoria de la cultura insurgente.

Fotografía 4. *Sabiduría insurgente*.

Isabel Galindo Aguilar. Sotará, 2017.

Los alzados en bastones de mando están al frente de la liberación de *Uma Kiwe*, enfrentando los desalojos en el territorio al que están enraizados: “Nosotros somos indígenas, defendemos nuestro territorio y miramos por nuestra comunidad, para eso estamos dispuestos y, si es posible, damos la vida por nuestra comunidad” ([Testimonio en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2006, min.4](#)).

Uno de los aportes más significativos de este documental es el contraste de discursos que expone. Por un lado, los testimonios y registros que dan cuenta de los procesos organizativos y políticos que respaldan la defensa del territorio de los nasas. Por otro lado, la narrativa hegemónica. Así, en este documental se devela el funcionamiento de las estrategias de representación contrainsurgentes. Por ejemplo, el discurso de Sabas Preteit de la Vega, quien en ese momento fungía como ministro del Interior y de Justicia: “Ahí hay campesinos buenos, indígenas buenos, personas, amas de casa, niños, que están siendo manipulados por las FARC” ([Preteit en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2006, min.5](#)).

En contraste, en el documental se tejen testimonios que permiten acercarnos a lo que sucede en el territorio, a la expresión política de quienes están organizados bajo mandatos comunitarios.

El gobierno, como estrategia para mostrarnos de que nosotros podemos estar a lado de algún grupo armado, entonces siempre nos dice eso, y creo que no es la primera vez. Todas las acciones que los pueblos indígenas han reivindicado, han dicho que ahí está el grupo armado, pero en realidad el arma de nosotros es un bastón. Es el bastón de la guardia, el bastón de los cabildos es donde con eso se demuestra la fuerza, se demuestra el control del territorio, se demuestra la organización, se demuestra la armonía, se demuestra la solidaridad entre nosotros. Creo que eso es lo que hace el gobierno, siempre pretende desestabilizar nuestros procesos, pero creo que al contrario nos fortalece ([Testimonio en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2006, min.5](#)).

De este modo, en *Somos alzados en bastones de mando* (2006) se subvierte lo que Adolfo Albán (2006) define como la *visibilización negativa*, la cual se ha construido alrededor de las naciones enraizadas, en este caso, del Pueblo Nasa que pide respeto para sus comunidades y procesos.

Que se nos respete la vida, la dignidad, la autonomía, nuestros derechos como personas, somos seres humanos igual que ellos, lo único que nos tiene abajo es porque nosotros somos pobres, pero tenemos la gran riqueza, como es la diversidad de los pueblos, la diversidad de nuestra madre naturaleza. En la cual hoy estamos luchando por ella, por la liberación de la madre naturaleza ([Testimonio en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2006, min.10](#)).

Además, al incluir en el documental discursos difundidos por los medios de comunicación masiva, es posible presenciar cómo a través del discurso se les criminaliza. Por ejemplo, al refiriéndose a ellos como “miles de nativos” y “desbandadas iracundas”.

Pese a la calma de la mañana, en la zona permanecen miles de nativos que a un kilómetro de la vía de la panamericana amenazan con nuevos bloqueos y desbandadas iracundas como las que en las últimas horas dejaron seriamente afectado el resguardo La María, casa de los manifestantes, que pese a lo registrado insisten en que los destrozos son ajenos a su responsabilidad ([noticiero en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2006, min.17](#)).

La estrategia discursiva de los medios trae a la reflexión los aportes de Carolina Arrunátegui (2010), que analiza el funcionamiento de la explicitación del grupo étnico y la hiperbolización numérica como estrategias retóricas. Arrunátegui destaca que “hay información que se menciona en el discurso que es irrelevante para la comprensión de un acontecimiento. La mención de esta información [...] contribuye a formar una imagen negativa del Otro” (ARRUNÁTEGUI, 2010, 443).

Así, con el objetivo de causar pánico y rechazo en la audiencia, en los medios hegemónicos se describe a los liberadores como “miles de nativos” y “desbandadas iracundas”.

En este contexto, el registro documental del Tejido de comunicación se conformó como un espacio para denunciar el terrorismo de Estado. En *Somos alzados en bastones de mando* (2006) se muestra cómo las fuerzas armadas del Estado colombiano irrumpen violentamente en el *Territorio de Diálogo, Paz y la Convivencia de La María Piendamó*.

No hubo clemencia para nadie, todo fue una atrocidad, no respetaron a los niños, no respetaron a las mujeres, no respetaron a nadie, ni a los ancianos y no respetaron el territorio ([Testimonio en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2005, min.12](#)). Les prendieron fuego a las casas, eso es lo más desolador ([Testimonio en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2006, min.19](#)).

El cine documental como dispositivo para re-politizar la mirada se pone en funcionamiento en *Somos alzados en bastones de mando*, pues la narrativa hegemónica que criminaliza a los liberadores es expuesta como una estrategia retórica, al tiempo que se retratan múltiples capas de la compleja organización política del pueblo nasa, siendo el bastón de mando un condensador de sentido de la *sabiduría insurgente*:

“Que el arma de los indígenas sea el bastón de mando y el pensamiento. Defender las ideas que tenemos”. En este tiempo espiral donde “los muertos no quedan atrás, sino que van adelante mostrando el camino” ([TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2006, min.23](#)).

### País de los pueblos sin dueños



El último documental que realizó este equipo del *Tejido de comunicación* se titula *País de los pueblos sin dueño* (2009). En esta producción la narrativa “obedece a una reflexión comunitaria” (ACOSTA, 2017) que se enfoca en “cómo son los bastones comunitarios que están construyendo un proceso, cómo es la gente que marcha, los niños, los mayores que están creando comunidad” (ACOSTA, 2017).

Fotografía 5. *Tejidos de comunicación*.

Isabel Galindo Aguilar. Sotará, 2017.

Edgar Yatacué, nasa del Resguardo de Jambaló, fue uno de los camarógrafos en esta producción y desde su *mirada enraizada* (GALINDO, 2021), con la que “observa aquello en lo que ya de hecho participa” (RIVERA, 2015, 21), narra:

Uno ya está consciente en lo que está haciendo y también por lo que está viviendo, por ejemplo, en la realización de ese video, “*El país de los pueblos sin dueños*”, ya habíamos tenido muchas experiencias donde la fuerza pública en vez de proteger a la comunidad, antes era un peligro

para la comunidad. A mí me gustaba mucho la filmación, estar con la comunidad, estar en la marcha con la comunidad, en los tropeles, estar ahí con la camarita, siempre me gustaba estar ahí, como decimos por acá, siempre me gustaba estar en la jugada. Mucha gente lloraba, uno estaba haciendo grabaciones cuando de un momento a otro me decían: me dieron y la persona estaba ya caída ahí en el pavimento, pues era duro para uno, pero uno como que ya, a la vez quería dejar la cámara y empezar a coger piedras y empezar a tirar, pero ¡no! el trabajo o la función de nosotros no es eso, sino que era hacer los registros filmicos para tener un video y para hacer el documental (YATACUE, 2017).

*País de los pueblos sin dueños* (2009), se narra desde una *estética enraizada* (GALINDO, 2021), que se caracteriza por ser resultado del cruce de miradas de quienes habitan el territorio donde han sembrado a sus insumisos. En ese sentido, la experiencia estética es un encuentro entre saberes con un horizonte de sentido compartido, cuya impronta es la liberación de *Uma Kiwe*, en un contexto de criminalización de la protesta comunitaria.

Otro más que nos ha masacrado el gobierno de Uribe, con este gobierno que día a día nos señala y nos tilda de guerrilleros. Cualquiera de nosotros estamos dispuestos a dar la vida por defender nuestros derechos, por reclamar una vida digna, porque no estamos enseñados a callar, porque nosotros somos luchadores de pensamiento, de palabra, de respeto, de dignidad. Pero a nosotros nos masacran y nos seguirán masacrando ([Testimonio TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2009, min.17](#)).

La estrategia retórica de la narrativa oficial es expuesta también en este documental, al hacer sonar el discurso en que el ex presidente Álvaro Uribe juzga a los pueblos de terroristas y guerrilleros, al tiempo que asegura que “son arreados como borregos”. Un discurso que contrasta con la palabra que comparten quienes participan del proceso político y son retratados en este ensamble audiovisual. Así, uno de los aportes principales de este documental es que también logra subvertir la *visibilización negativa* que se hace de estas naciones enraizadas en Colombia, facilitando un espacio en el que aquellas experiencias que fueron silenciadas se amplifiquen.

*País de los pueblos sin dueños*, pues ni decir, porque ahí están los cinco puntos, que eso hizo como ver esa necesidad a través de los estudiantes, a través de la clase obrera, a través de los corteros de caña, de la zona campesina y todos se unieron porque ellos se sentían identificados. Entonces, ya cuando sale el video otra vez se logra dar a conocer el trabajo que hicieron las mismas comunidades y eso impacta mucho y dicen “no, muy interesante, hay que seguir luchando”. Y ese video ha sido muy relevante para dar a conocer a las otras comunidades, a los otros sectores. Pero ya últimamente pues se cambió todo y ya otra vez la gente se quedó como, “bueno y entonces esto qué pasó”. Pero como todo proceso tiene sus altibajos, pues puede que más adelante otra vez coja un rumbo y tome con más fuerza para seguir exigiendo lo que se necesita, pero lo que son videos que sea de la comunidad y que son por el dolor de comunidad, por lo que han salido a exigir. Es muy interesante socializar los documentales en muchos espacios, por esa razón es muy importante el video (YATACUE, 2017).



Dicha estrategia se ancla en los discursos del general Oscar Naranjo y Álvaro Uribe, entonces director de la policía y presidente de la república, respectivamente. En un primer momento, cuando ambos aseguraron en televisión nacional que la fuerza pública no asesina “indígenas”, sino que los responsables son francotiradores.

Es totalmente falso y temerario llegar a decir que la policía nacional protege a esos delincuentes, por el contrario, la policía nacional, la fuerza pública es la que ha sido víctima de esa operación de francotiradores ([Naranjo en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2009, min.15](#)).

Sin embargo, lo que no menciona, y sí se muestra en el documental del Tejido de comunicación, es que dichos “francotiradores” dispararon desde los escuadrones de la fuerza pública. Incluso, las fuerzas armadas del Estado colombiano llegaron a asegurar que los “movilizados indígenas” están en contacto con las FARC. Una argumento que usan para justificar el terrorismo de Estado en el territorio del Cauca.

El frente sexto de las FARC ha entrado en contacto con movilizados indígenas en la resistencia que se está dando ahí, esas monitorías están adicionalmente corroboradas con información de fuentes humanas en la zona y con nuestra propia inteligencia desplegada a efectos de controlar los brotes de terrorismo y estas manifestaciones de terrorismo ([TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2009, min.7](#)).

La asociación discursiva de los liberadores con la guerrilla y el terrorismo tiene implicaciones tanto simbólicas como materiales. Por un lado, visibiliza de manera negativa a las nación nasa que resiste al destierro. Por otro lado, ha sido el argumento para, en términos de Rita Segato (2014), *inscribir* en el cuerpo racializado el desmembramiento del tejido comunitario. Por ello, en las detenciones se les da “trato de guerrilleros”, como narran en *Pa’ poder que nos den tierra* (2005) quienes fueron torturados por las fuerzas armadas del Estado colombiano.

Además, en *País de los pueblos sin dueño* (2009) también quedaron registradas estas estrategias de contrainsurgencia.

En el momento de la agresión la fuerza pública ha utilizado las armas. Entonces, en ese sentido, en el primer día, que fue el lunes la arremetida, un compañero perdió la vida al atravesarle un tiro de fusil a la altura de la cabeza, en el cráneo. También tenemos varios compañeros heridos que perdieron alguna parte de su cuerpo, especialmente el ojo ([TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2009, min.5](#)).

La respuesta del gobierno ha sido militarizar el Resguardo de La María, un territorio indígena, donde están sus símbolos culturales. En este momento hay elementos de la fuerza pública entrando a las viviendas de las personas que viven allá, por lo menos ocho viviendas, ha sido maltratada la gente y han sido destruidos objetos, sus víveres y, pues, es una situación no sólo completamente represiva, sino ilegal, esto es propiedad colectiva, no es propiedad del Estado, no es propiedad privada de nadie ([Testimonio en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2009, min.12](#)).

Sin embargo, la *sabiduría insurgente* continúa alzada en bastones de mando “para ver si algún día tenemos una Colombia de los Pueblos y sin dueños y no como es ahora, una Colombia con dueños y sin Pueblos ([Testimonio en TEJIDO DE COMUNICACIÓN, 2009, min.20](#)).

## Reflexiones finales

La criminalización racializadora en el orden discursivo se caracteriza por provenir de un *hambre por la alteridad* (BARRIENDOS, 2010) en la que se despoja de humanidad a los insumisos. En otras palabras, es un tipo de discurso racista que se produce y circula para poner en funcionamiento una estrategia política y de representación que busca convertir el territorio de las naciones enraizadas en escenarios militares.

En el orden material, este tipo de criminalización hace parte de las estrategias políticas y armadas que destierran e inscriben en el cuerpo racializado el mensaje de la *re-actualización del hecho colonial* (RIVERA, 2010). Las detenciones, la tortura, las desapariciones y masacres, en términos de Silvia Rivera Cusicanqui (2010): renuevan el derecho de conquista del invasor.

En este proceso de insurgencia simbólica y narrativa, es sumamente importante tener presente la reflexión que Vilma Almendra Quiguanás (2017) comparte en *Entre la emancipación y la captura*, al explicar el lugar de enunciación desde donde se han atrevido a soñar y a narrar las *Memorias y caminos desde la lucha Nasa en Colombia*: “un desafío para recordar y dejar huella de eso imposible que estábamos haciendo posible, pues la evidencia nos señala que se está intentando borrar de un tajo esa memoria, para que sólo quede huella de lo prácticamente permitido (ALMENDRA, 2017, 50).

En este contexto, en los documentales: *Pa' poder que nos den tierra* (2005), *Somos alzados en bastones de mando* (2006) y *País de los pueblos sin dueño* (2009), el *Tejido de comunicación* utilizó el cine documental como herramienta para defender el territorio desde el territorio, es decir, desde la mirada enraizada que ha sido atravesada por el destierro y el terrorismo de Estado. Un trabajo que ha tenido efectividad en el plano simbólico y material, pues ha re-politizado la mirada en las comunidades donde este *Tejido* produjo y circuló cine en *minga* y *asamblea*.

El Tejido de comunicación logró realizar un retrato de la *memoria de la cultura*—conforme a Lotman (1996)—de la nación nasa. Una cultura que se caracteriza por tejer y caminar la palabra de sus alzados en bastones de mando: su *sabiduría insurgente*. En consecuencia, es posible afirmar que mediante el cine documental el Tejido de comunicación ha conformado un registro de la memoria de la cultura insurgente nasa.

## Referencias

ACOSTA, M. Entrevistadora: Isabel Galindo Aguilar. Popayán, jun.2017.

.ALBÁN, A. Conocimiento y lugar: más allá de la razón hay un mundo de colores. En: ALBÁN, A. (Coord.). **Tejiendo textos y saberes. Cinco hilos para pensar los estudios culturales, la colonialidad y la interculturalidad**. Colombia: Universidad del Cauca, 2006.

ALMENDRA, V. **Entre la emancipación y la captura. Memorias y caminos desde la lucha Nasa en Colombia.** México: Grietas Editores, 2017.

ARRUNÁTEGUI, C. El racismo en la prensa escrita peruana. Un estudio de la representación del Otro amazónico desde el Análisis Crítico del Discurso. **Discurso y sociedad**, v.4, p. 428-470, 2010.

BARRIENDOS, J. La colonialidad del ver. Visualidad, capitalismo y racismo epistemológico. En LA TRONKAL. **Desenganche. Visualidades y sonoridades otras** Quito: La Tronkal, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigilar y castigar.** México: Siglo XXI, 2009.

GALINDO, I. **Tejedores de sabiduría insurgente. Cine documental y narrativas desobedientes contra el destierro.** México: Analéctica, 2021.

GUERRERO, P. **Corazonar. Una antropología comprometida con la vida. Miradas otras desde Abya Yala para la descolonización del poder, del saber y del ser.** Quito: Ediciones Abya Yala, 2010.

LOTMAN, I. **La semiosfera I. Semiótica de la cultura y del texto.** Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

PUEBLO NASA. **Libertad y alegría con Uma Kiwe. Palabra del proceso de Liberación de la Madre Tierra.** Colombia: Proceso de liberación de la madre tierra, 2016.

RIVERA, S. **Violencias (re)encubiertas en Bolivia.** La Paz: La mirada salvaje, 2010.

RIVERA, S. **Sociología de la imagen. Miradas ch'ixi desde la historia andina.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta limón, 2015.

SEGATO, R. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres.** Puebla: Pez en el árbol, 2014.

TEJIDO DE COMUNICACIÓN. **Pa' por que nos den tierra.** Colombia, 2005.

TEJIDO DE COMUNICACIÓN. **Somos alzados en bastones de mando.** Colombia, 2006.

TEJIDO DE COMUNICACIÓN. **País de los pueblos sin dueños.** Colombia, 2009.

VICH, V. **Poéticas del duelo. Ensayos sobre arte, memoria y violencia política en el Perú.** Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2015.

YATACUE, E. Entrevistadora: Isabel Galindo Aguilar. Santander, jun.2017.

## Artigo

### Direitos reprodutivos e descriminalização do aborto na América Latina: avanços e retrocessos no Brasil e na Argentina

Direitos reprodutivos e descriminalização do aborto na América Latina:  
avanços e retrocessos no Brasil e na Argentina

Phellipe Marcel da Silva Esteves  
Luciano Arêas do Nascimento  
Heraldo Alcântara de Andrade  
Marcella Karoline Belo Rodrigues

**Resumo:** Nos últimos anos, no Brasil e na Argentina, questões sobre os direitos sexuais e reprodutivos têm sido debatidas: em particular, a (des)criminalização do aborto e a posição reacionária antiaborto, que se estabelece como uma força política. Da perspectiva da Análise do Discurso Materialista, estabelece-se aqui um gesto de análise sobre o funcionamento da ideologia neoliberal e conservadora nos dois países quanto à circulação de sentidos sobre o tema, principalmente, na esfera político-jurídica.

**Palavras-chave:** Aborto; Trabalho Reprodutivo; Conservadorismo Neoliberal.

**Abstract:** Over the last few years, in Brazil and Argentina, issues surrounding sexual and reproductive rights have been extensively debated: particularly concerning the (de)criminalization of abortion, with the emergence of a reactionary anti-abortion stance gaining political traction. Through the lens of Materialist Discourse Analysis, we present here an analytical effort to understand how neoliberal and conservative ideologies operate in both countries regarding the dissemination of perspectives on the topic, particularly within the political and legal spheres.

**Keywords:** Abortion; Reproductive Work; Neoliberal Conservatism.

## Introdução

Este artigo parte da indagação sobre como o discurso neoconservador se apresenta na esfera política naquilo que diz respeito ao direito reprodutivo e ao aborto. No Brasil, atualmente, a pauta da descriminalização do aborto vem sendo discutida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sob a forma da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, protocolada pelo PSOL em 2018. Desde então, mesmo após a convocação pela então ministra Rosa Weber de audiência pública, ainda em 2018, a discussão não avançou. A última ação nesse sentido se deu em setembro de 2023, com o voto de Weber, então relatora da ADPF 442, a favor da descriminalização da interrupção voluntária

da gravidez (aborto) nas primeiras 12 semanas de gestação. Em resposta a essa movimentação, um grupo de senadores, liderado por Rogério Marinho (PL-RJ), protocolou um pedido de plebiscito, em que os eleitores deveriam responder à questão “Você é a favor da legalização do crime de aborto?”.

O tema dos direitos reprodutivos gera debate nos últimos anos em um cenário de governo neoliberal e neoconservador (entre 2019 e 2022) cuja figura representativa das mulheres no corpo ministerial era preenchida por uma mulher cristã e conservadora: Damares Alves. Entre as muitas polêmicas de sua trajetória, destacamos sua participação na tentativa de impedir o aborto legal de uma menina de 10 anos, no Espírito Santo, e tornar-se suspeita de divulgar o nome da menor. A ação resultou na movimentação de grupos cristãos antiaborto, que passaram a realizar campanhas em frente ao hospital onde a criança se encontrava internada.

O fato ocorreu em 2020. Desde então, parece haver uma progressiva tentativa de retroagir a atual legislação que versa sobre a questão do aborto legal. Um exemplo disso é a Lei 7.492/23 promulgada pela Câmara Municipal de Maceió, do vereador Leonardo Dias (PL), que determina que, entre outras medidas “desincentivadoras” do aborto, sejam apresentadas à gestante “de forma detalhada e didática, se valendo, inclusive, de ilustrações, o desenvolvimento do feto semana a semana” (MACEIÓ, Lei Municipal nº 7.492/2023). Além da capital alagoana, na esfera federal, o deputado Hélio Lopes (PL-RJ), membro da Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida e da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, apresentou, ainda em 2023, o projeto de Lei 1.003/2023, que propõe o aumento das penas nos casos de aborto não previstos em lei.

Nos deparamos, então, com um cenário de ataque aos preceitos de dignidade humana quando lidamos com os direitos reprodutivos. Ainda que a Constituição de 1988 seja compreendida como uma conquista em relação aos direitos humanos, no que diz respeito ao tema dos direitos reprodutivos a legislação em vigor sobre o aborto é o Código Penal (Decreto-lei n. 2.848/1940), em que há uma limitação do aborto legal apenas ao chamado “aborto necessário”, isto é, quando em caso de risco à vida da gestante e no caso de gravidez resultante de estupro. Adicionalmente, em 2012, uma decisão do STF autorizou interromper a gravidez no caso de anencefalia fetal.

Observa-se que parcelas mais conservadoras da sociedade vêm, por diferentes meios, tentando impor suas concepções acerca dos direitos reprodutivos das mulheres. Não se trata, porém, de fenômeno restrito ao cenário nacional. Esse processo se estende a outros Estados, sobretudo aqueles em que a extrema-direita vem alçando altos cargos do Executivo e posições estratégicas nos poderes Legislativo e Judiciário.

No contexto latino-americano, recentemente, foi eleito na Argentina como presidente o representante da extrema-direita neoliberal Javier Milei. O novo governante da Argentina é criador do partido *La Libertad Avanza*. Como aliada em seu partido, conta com o apoio de Lilia Lemoine, eleita para o cargo de deputada. Em sua campanha, a deputada prometeu que levaria ao Congresso uma proposta que ficou conhecida como “aborto masculino”, subvertendo o sentido de um termo já conhecido no debate acerca da paternidade. No caso, a expressão é utilizada para se referir aos casos em que homens não assumem a paternidade de seus filhos nem arcam com as responsabilidades financeiras e/ou afetivas de sua criação. A proposta de Lemoine consistiria na possibilidade de homens abdicarem da

responsabilidade sobre a paternidade de um filho que não “desejassem”.

Propomos, neste artigo, investigar como funciona a ideologia conservadora neoliberal no discurso jurídico, tomando casos específicos do Brasil e da Argentina e observando suas posições a respeito do tema da descriminalização do aborto e dos direitos reprodutivos. Além disso, procuramos refletir a respeito do como a constituição de nossa formação social produz sentidos acerca do corpo da mulher como corpo reprodutivo, e em que medida a política exercida sobre os corpos das mulheres está ancorada numa memória específica sobre o feminino, os papéis sociais de gênero e a constituição da família no âmbito da formação social capitalista. Nós observamos, conforme aponta Federici (2021, p. 133), que:

Na verdade, enquanto sistema que torna a força de trabalho a essência de valor, o capitalismo tem estado muito interessado nos movimentos demográficos e regulado de maneira estrita a capacidade reprodutiva das mulheres, impondo pesadas penalidades à tentativa de interferir na procriação (...).

Procuramos pensar a relação entre a formação social capitalista, a sua necessidade de reprodução de mão de obra assalariada e o imperativo do trabalho reprodutivo das mulheres, entre outras formas, por meio da procriação, e como esta necessidade se apresenta resignificada com o discurso moralista pró-vida. A seguir, trataremos das condições de produção das discursividades jurídicas e legais sobre o aborto, no Brasil e na Argentina.

### **Avanços e retrocessos sobre os direitos reprodutivos: um olhar sobre o Brasil e a Argentina**

Ao falar sobre o aborto nos dois países, não podemos deixar de nos referir à influência dos movimentos feministas e de sua luta pela descriminalização. Retomar a memória a respeito do processo histórico de lutas no âmbito dos direitos reprodutivos nesses países parece-nos produtivo para pensar as diferenças existentes hoje em suas legislações: enquanto no Brasil o aborto ainda é criminalizado na maioria dos casos, a Argentina viu sua legalização recentemente.

Na América Latina, a relação do feminismo com os movimentos de esquerda fundamentou o desenvolvimento do debate a respeito dos direitos reprodutivos. Na América do Sul, segundo Dora Barrancos (2022, p. 32), o anarquismo, especificamente, se espalhou de tal forma que o feminismo teve como incontornáveis os debates encabeçados pelas anarquistas a respeito das posições contraceptivas, das lutas pela maternidade voluntária e das manifestações antinatalistas. O feminismo em sua relação com os movimentos sociais despontou como uma frente de resistência durante a ditadura militar de diversos países latinoamericanos. Ao mesmo tempo em que contestavam a histórica interferência do Estado nos corpos femininos, as feministas participaram ativamente do processo de redemocratização dos países. Apesar disso, enfrentaram desconfiança de outros opositores do regime militar, até mesmo de setores militantes de esquerda, que desconsideravam as questões específicas relacionadas à sexualidade como políticas, especialmente quando apresentadas pelas feministas, como temas ligados aos direitos individuais (Barsted, 2009, p. 228).

Na Argentina do início do século XX, feministas socialistas e anarquistas (Barrancos; Archenti, 2017, p. 60) conquistaram direitos como voto e divórcio por meio de projetos de lei, evidenciando a interação entre movimentos feministas e o Legislativo, similar ao Brasil. Após a ditadura militar (1976-1983), houve esforços para incluir a legalização do aborto como direito constitucional, com destaque ao Primeiro Encontro Nacional de Mulheres em 1986.

A atuação política de tais grupos foi determinante após a redemocratização do país, quando, em 1983, diversos projetos que, em alguma medida, propunham a descriminalização do aborto foram apresentados ao Senado e à Câmara de Deputados, mas não foram abordados por estas instituições. Nesse contexto, ainda segundo as mesmas autoras, era comum que, mesmo nos casos de aborto permitidos por lei, este direito fosse negado às mulheres, ou pelas equipes de saúde, que requeriam uma autorização judicial para a prática do procedimento, ou pelos juízes, que negavam tal solicitação. Deste modo, o que se tem na realidade é uma proibição total do aborto. Assim, a Argentina encontrou-se na lista de países da América Latina e Caribe com as maiores taxas de mortalidade materna para os casos de aborto (OPS, 2002, apud Ramos; Romero; Feijó, 2009).

Encontros anuais e a articulação internacional fortaleceram a pauta. Apesar da mobilização, a oposição conservadora, especialmente religiosa, prevaleceu em 1990. Em 1998, o presidente conservador Carlos Menem sancionou o “Dia da Criança por Nascer” em repúdio às reivindicações pela legalização do aborto. A pauta não avançou neste momento devido, principalmente, à composição do Congresso Nacional, composta majoritariamente por setores religiosos conservadores. De acordo com Barrancos (2022, p. 231):

A Campanha Nacional pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito tem diversos antecedentes na Argentina. Os feminismos renascidos com a democracia nesse país não deixaram de formular a necessidade de uma mudança no direito penal que, como acontece na grande maioria da região - exceto no Uruguai e na Cidade do México -, pode encarcerar mulheres por terem feito aborto.

É a partir da primeira década dos anos 2000 que alguns avanços em termos de políticas públicas começam a ganhar força na Argentina, com a implementação do Pacto para Redução da Mortalidade Materna na Argentina (Ramos; Romero; Feijó, 2009). Porém, a virada mais importante acontece na segunda década deste século, quando o movimento *Ni una Menos* toma as ruas. Esse movimento, originário das redes sociais, era uma reação aos recorrentes feminicídios no país e ao silêncio da justiça e da mídia em relação a eles. Nessa ocasião, uma adolescente de apenas catorze anos foi assassinada no interior do país por estar grávida de seu namorado. O fato desencadeou nas redes a *hashtag* #NiUnaMenos, que, ano após ano, cresceu e foi desenvolvendo uma mobilização acerca da pauta da violência de gênero e do aborto.

Em 2018, no contexto do governo neoliberal de Mauricio Macri, o movimento *Ni una Menos* adotou uma posição contrária ao governo e incluiu a lei do aborto, então em pauta no Congresso, como uma de suas reivindicações. Nesse momento, devido a uma conjuntura de pressão social e à ascensão das manifestações *Me too*, o governo Macri autorizou que sua bancada tratasse da lei. Com uma explosão

de manifestações nas ruas da Argentina, o projeto passou pela Câmara dos Deputados com parecer favorável. Entretanto, no Senado, a lei não recebeu o número de votos necessários para ser sancionada. Só no final de 2020, o Congresso Nacional argentino aprovou o projeto de lei, conforme promessa de campanha do então presidente Alberto Fernández.

Em relação ao Brasil, gostaríamos de traçar um breve panorama partindo do dispositivo legal que versa sobre os casos de aborto em nosso país: o Código Penal de 1940, decretado ainda no Estado Novo. O conteúdo dos artigos 124 a 128 determina a criminalização da prática de aborto, com exceção de duas situações: quando fruto de um estupro e quando traz risco à vida da mãe. Um debate ainda incipiente é iniciado com a apresentação, por um representante da Igreja Católica, em 1949, de um projeto de lei que visava a suprimir do Código Penal as duas exceções à criminalização da prática do aborto (Rocha, 2009, p. 167). A partir desta primeira movimentação já podemos observar uma tendência que será constante durante as próximas décadas e que perdura até os dias atuais: a tensão entre uma posição conservadora de cunho religioso, que procura retroagir os direitos reprodutivos, e uma posição progressista, que procura desde ampliar as permissivas do dispositivo legal até descriminalizar o aborto.

O segundo momento que gostaríamos de sublinhar abrange a segunda metade dos anos 1980, principalmente no que diz respeito aos efeitos do período de redemocratização. Observa-se que, durante a redemocratização, o cenário brasileiro propiciava o surgimento de demandas do movimento feminista. Os movimentos sociais da época trouxeram à luz questões da vida cotidiana anteriormente ocultadas pela ditadura. As reivindicações das mulheres abrangiam um amplo espectro, atravessando questões micro das relações privadas, com destaque para a violência de gênero, suscitando o princípio de que “o pessoal é político”. O contexto de formulação da Constituinte, ao final dos anos 1980, escancarou as contradições entre as posições divergentes sobre o aborto, o que excluiu sua discussão na Constituição de 1988 pelo seu teor “polêmico” (Rocha, 2009, p. 168).

Chamamos atenção para o projeto de Lei 1135/1991, com relatoria de Jandira Feghali, que, em 2005, incorporou o anteprojeto da Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva do Aborto, que propunha o direito à interrupção da gravidez – por livre escolha da mulher e realizado por médico –, em qualquer circunstância, até a 12ª semana de gravidez e até a 20ª semana nos casos de gravidez provocada por estupro, risco de vida da mulher e malformação congênita do feto. Apresentado em 1991, o projeto só foi debatido em 2005, quando surge como resistência à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida contra o Aborto. Após longa tramitação, o PL foi rejeitado em 2008 em duas comissões na Câmara dos Deputados, incluindo a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), então liderada pelo ex-deputado Eduardo Cunha.

Finalmente, mencionamos a ADPF 442, última ação no campo político que ganhou discussão na esfera jurídica. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 442 foi apresentada pelo PSOL com respaldo da organização Anis - Instituto de Bioética. Essa ação busca a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Mais recentemente, em 2023, Rosa Weber levantou a pauta e declarou seu voto a favor, antes de encerrar suas atividades na presidência do Supremo. Agora, sob o comando do ministro Luís Roberto Barroso, foi suspensa a pauta para votação presencial e será marcada data para retomar o debate. Atualmente, a discussão encontra-se sem previsão de retomada, porque, de



acordo com Barroso, “A sociedade brasileira ainda não compreende o que está sendo discutido”<sup>1</sup>.

### Uma análise sobre o discurso jurídico em torno do tema do aborto

Quando se propõe a análise do discurso jurídico sobre um tema, enfatiza-se principalmente a reflexão sobre a sobredeterminação do arquivo jurídico, ou seja, o apagamento de contradições e conflitos inerentes a um assunto em prol de um efeito de homogeneidade de sentidos pela instância jurídica. Como descreve Zoppi-Fontana (2005), ao falar sobre os textos legais:

Comprendemos o arquivo de textos legais como *dispositivo normatizador da escritural interpretação dos sentidos da ordem do jurídico* e, através dela, da ordem do social. Assim, consideramos o funcionamento dos textos legais como materialização de um gesto de interpretação normativo que se projeta sobre os fatos sob a forma da modalidade lógico-formal, o que permite recobrir/sobredeterminar o real histórico com uma escrita de feições atemporais na qual estão contidas/previstas todas as temporalidades factuais: acontecimentos passados, presentes e futuros, todos se constituem em *fatos jurídicos* por efeito dessa escrita *eterna enquanto dure*, i.e., até um novo ato de escrita que resolva em contrário (a revogação de uma lei e/ou resolução por uma posterior) [...] (Zoppi-Fontana, 2005, p. 2, grifos da autora).

A disputa sobre a escritura/interpretação dos sentidos na ordem do jurídico, em suas diversas práticas, como, por exemplo, normas legais, jurisprudência de Tribunais e doutrina jurídica, revela um embate político-ideológico pela constituição do processo de significação sobre o aborto.

### Cenário brasileiro

A normativa vigente sobre o tema no Brasil, o Código Penal de 1940, intitula o aborto como crime, passível de prisão, centrado na figura da mulher, conforme arts. 124 e 126. Contudo, não é mencionada a figura paterna na prática do aborto. Destaque-se ainda que, à época da elaboração desse Código, a sociedade oligárquica e patriarcal só permitia à mulher exercer a função de reprodutora e zelosa cuidadora dos filhos.

Como explicam Coelho Neto e Borges (2013), havia uma função punitiva do Código de 1940 àquelas mulheres que não se enquadravam no papel social imposto pelo sistema oligárquico e patriarcal brasileiro:

Desta forma, fica clara a função do direito penal em relação às mulheres: a punição, em última instância, por não exercerem o papel social definido para o ser feminino pré-determinado pela ordem patriarcal de gênero. Ou seja, a mulher que foge do padrão de normalidade entendido como o da reprodutora, da mãe ou esposa. KarynaSposato ([2007], online) afirma que desta forma: “[...] no que se refere às mulheres e à sua criminalização, percebemos que o direito penal não só ajuda a solucionar certas questões como origina novas discriminações e reforça velhas.” A criminalização das mulheres é, portanto, um processo historicamente construído sobre as bases do exercício do poder político e econômico de um Estado e de um Direito fundados em bases

---

patriarcais e machistas [...] (Coelho Neto e Borges, 2013, p. 321).

Contudo, a disputa político-jurídica no Brasil sobre a (des)criminalização do aborto vem se acirrando. De um lado, há uma posição conservadora, que determina interrupção voluntária da gravidez como crime, devido à ameaça à vida uterina. Por outro lado, há uma posição que associa a legalização do aborto à justiça social e à saúde pública, principalmente no que se refere à defesa dos direitos reprodutivos da mulher que opta pela interrupção da gravidez.

No último governo, com a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), houve uma pauta mais conservadora ao aborto no Brasil. Em outubro de 2020, encabeçado pelos EUA, um grupo de países (entre eles, o Brasil) assinou o Consenso de Genebra, um tratado internacional em defesa do papel da família e contrário ao aborto. Já o atual governo, em janeiro de 2023, decidiu pelo desligamento do tratado por considerar que o “referido documento contém entendimento limitativo dos direitos sexuais e reprodutivos e do conceito de família” (Ministério das Relações Exteriores, 2023, s/n).

Com a ADPF 442, o PSOL visa à não recepção parcial dos arts. 124 e 126 do Código Penal brasileiro, a fim de permitir a interrupção voluntária da gestação até a 12ª semana de gravidez. Prevista no §1º do art. 102 da Constituição Federal, a Arguição é um instrumento de controle de constitucionalidade, acionada com o objetivo de evitar ou reparar lesão a preceito fundamental da Constituição, resultante de ato do poder público.

Em setembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento sobre a ADPF 442 em sessão virtual do Plenário. A relatora do processo, a Ministra Rosa Weber, fez o seu voto a favor da legalização. De sua argumentação, destacamos o seguinte recorte:

***SD 01:** 150. (...) Como justificar a política criminal do Estado em torno ao aborto? Qual a sanção a ser imposta à mulher que toma decisão, em seu foro íntimo, que ocasiona violência consigo mesma? Como pensar a função de reeducação e ressocialização da mulher nesse caso? A mulher não se trata de uma pessoa a ser reintegrada socialmente, são mulheres que trabalham, que não raro já têm famílias e sustentam seus outros filhos. (ADPF 442/DF, Voto da ministra Rosa Weber, pp. 108 e 109).*

Por meio de orações interrogativas, Rosa Weber expõe questões relativas ao tratamento do aborto como crime no Brasil. Em sua resposta às questões formuladas, apontam-se características sobre essa mulher discursivizada como criminosa pelo Código Penal de 1940. Contudo, nas condições sócio-históricas atuais, luta-se por novas possibilidades de sentido para a mulher, tendo em vista a própria mudança da condição feminina na sociedade brasileira: “não se trata de uma pessoa a ser reintegrada, são mulheres que trabalham, que não raro já têm família e sustentam seus filhos”. Destaque-se ainda que o predicativo do sujeito “reintegrada” aponta para a memória da reintegração social, que significa criminosos e infratores. Na posição de onde fala a ministra aposentada, essas mulheres não estão no mesmo grupo de sujeitos que precisariam de reintegração: elas trabalham, têm família e pagam contas,

inclusive de filhos: um perfil não criminoso.

Em resposta ao voto de Weber, logo após a suspensão do julgamento sobre o aborto no STF, uma comissão no Senado protocolou um projeto de decreto legislativo (PDL)<sup>2</sup>, para a realização de plebiscito<sup>3</sup> sobre o assunto: a PDL 343/2023. A proposta é levar o tema à consulta popular sob a seguinte pergunta: “Você é a favor da legalização do crime de aborto?”

Observa-se que instaura-se na frase um gesto interpretativo sobre o aborto com a expressão “crime de aborto”. Como núcleo desse sintagma, formula-se o ponto de vista dos senadores sobre a questão: “crime”. Ainda que se trate de uma questão a ser debatida, no nível de sua formulação, discursivamente observamos a posição-sujeito antiaborto, e também uma indução à resposta. Partindo de um imaginário de que o sujeito consultado de modo geral responde de modo legalista, respondemos à pergunta com outra: pode-se até ser favorável a um aborto, mas quem é favorável a um crime?

Na justificação do plebiscito, menciona-se a ADPF 442 no Supremo. Entre os argumentos para a consulta popular, questiona-se o poder do STF para decidir sobre a legalização do aborto:

***SD02:** A proteção jurídica ao desenvolvimento embrionário e fetal e o aborto são temas complexos e podem ser considerados, sob o aspecto jurídico, como casos difíceis em razão do forte apelo moral que provocam. Assim, vale também para este tema o alerta público feito pelo Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, quando tratou da descriminalização do porte de drogas para uso próprio: “decisão do STF representará verdadeira “invasão de competência do Poder Legislativo””. (PDL 343/2023, p. 4).*

No primeiro parágrafo, os adjetivos “complexos” e “difíceis” fazem circular como efeito de sentido o aspecto polêmico existente sobre a proteção jurídica ao desenvolvimento embrionário e fetal e o aborto. Reforça-se essa significação quanto à complexidade e dificuldade pelo sintagma “em razão de forte apelo moral que provocam”, associando “o forte apelo moral” como fator-chave da polêmica.

No segundo parágrafo dessa sequência, remonta-se uma fala de autoridade formulando o posicionamento frente ao julgamento da legalização do aborto pelo órgão máximo do Judiciário brasileiro: “decisão do STF representará verdadeira “invasão de competência do Poder Legislativo””.

Em outra sequência, como conclusão do pedido de plebiscito:

***SD 03:** Como visto o tema envolve convicção filosófica, fé, saúde pública, dignidade humana e religião. Registramos, por fim, que tratar o aborto como uma simples cirurgia de retirada de uma pinta na pele significará que a vida humana não tem nada de especial. Assim, por essas razões, entendemos legítima a consulta direta e soberana do povo brasileiro para decidir se quer ou não a legalização do aborto. (idem, p. 5).*

Pelo sintagma “como visto”, apresenta-se uma série de elementos referentes à questão da legalização do aborto: “convicção filosófica”, “fé”, “saúde pública”, “dignidade humana”, “religião”. Alternam-se vocábulos que sintetizam para os autores da PDL as possibilidades de sentido possíveis sobre o tema, a partir de determinadas condições de produção e posições no discurso. Logo em seguida, pontua-se mais uma vez o gesto interpretativo associado a uma posição antiaborto, refutando a filiação discursiva do

adversário quanto à prática do aborto: “tratar o aborto como uma simples cirurgia de retirada de uma pinta na pele significará que a vida humana não tem nada de especial”. Com o sintagma comparativo “como uma simples cirurgia de retirada de uma pinta”, produz-se um efeito de banalização quanto à posição discursiva pró-aborto.

Ao final da sequência, como forma de desacreditar a legitimidade do STF, os senadores apresentam, pelo qualificativo “legítima”, a proposta de consulta popular sobre a legalização do aborto.

### Cenário argentino

Ao sancionar em 2020 a normativa sobre a interrupção voluntária da gravidez, a Argentina passou a permitir o procedimento até a 14ª semana de gestação. Apresentamos abaixo a descrição legal do que se delimita como direito pela Lei 27.610/2020 e o seu público-alvo:

**SD 04:** *Art. 2º - Direitos. As mulheres e pessoas com outras identidades de gênero com capacidade de gerar têm direito a:*

- a) Decidir a interrupção da gestação em conformidade com o estabelecido pela presente lei;*
- b) Requerer e ter acesso a atendimento para a interrupção da gestação nos serviços do sistema de saúde, em conformidade com o estabelecido pela presente lei;*
- c) Requerer e receber atendimento pós-aborto nos serviços do sistema de saúde, mesmo que a decisão de abortar tenha sido contrária aos casos legalmente habilitados em conformidade com a presente lei;*
- d) Prevenir gestações não intencionais mediante o acesso à informação, educação sexual integral e métodos anticoncepcionais eficazes.*

*(Tradução livre do artigo 2º da Lei Federal argentina 27.610, de 30/12/2020).*

Note-se que, sob a conjunção aditiva, agregam-se mulheres e pessoas com outras identidades de gênero com capacidade de gerar. Desse modo, pelo sujeito composto, mulheres cis, homens trans, pessoas não binárias etc. estão inclusas sob a proteção da lei. Permite-se, assim, pelo discurso legal, a circulação de sentidos referentes a distintas identidades de gênero.

Em resposta à lei de 2020, a recém-eleita deputada federal do partido *La Libertad Avanza*, Lilia Lemoine, declarou, durante sua campanha ao Congresso Nacional argentino, que apresentaria um projeto de lei para a renúncia de paternidade pelos homens. Segundo a deputada, a iniciativa fixaria um prazo legal de 15 dias para que as mulheres notificassem a gravidez aos homens, podendo decidir estes se iriam ou não sustentar a criança.

Em uma entrevista, Lemoine (2024) declara:

**SD 05:** *Já que as mulheres têm o privilégio de poder matar seus filhos e renunciar a ser mãe, então, por que os homens por lei têm que manter a uma criança (...)?*

Sob sua posição discursiva, a deputada argentina associa em seu argumento a descriminalização

do aborto como um “privilégio”, acionando um imaginário sobre a mulher perante o sistema capitalista: mãe e reprodutora. “Privilégio”, na história antiga, produz sentidos de lei exclusiva para certo grupo de pessoas, e contemporaneamente tem sido significativamente ventilado por movimentos sociais, em diversas línguas, para abordar, entre outras coisas, as diferenças de oportunidade entre distintos grupos sociais. O significativo, assim, é assimilado pelo discurso neoconservador. Estabelece-se ainda uma relação de causa e consequência entre a legalização do aborto e a possibilidade de renúncia à paternidade.

Observa-se que o conservadorismo neoliberal, nos dois países, articula-se para que o seu gesto de interpretação sobre os direitos sexuais e reprodutivos estejam cada vez mais vinculados à criminalização do aborto e a uma divisão social do trabalho por gênero. O discurso conservador neoliberal funciona ideologicamente por meio do reforço à divisão estabelecida no interior das sociedades de classe: de um lado o trabalho produtivo e de outro o trabalho reprodutivo. Assim:

Nas sociedades capitalistas, o papel de fundamental importância da reprodução social é encoberto e renegado. Longe de ser valorizada por si mesma, a produção de pessoas é tratada como mero meio para gerar lucro. Como o capital evita pagar por esse trabalho, na medida do possível, ao mesmo tempo que trata o dinheiro como essência e finalidade supremas, ele relega quem realiza o trabalho de reprodução social a uma posição de subordinação (...). Pois, na sociedade capitalista, a organização da reprodução social se baseia no gênero: ela depende dos papéis de gênero e entricheira-se na opressão de gênero. (Aruzza; Bhattacharya & Fraser, 2019, p. 38).

Com o desenvolvimento do neoliberalismo e o declínio do keynesianismo, segundo Chauí (2019), o Estado se desvinculou de seu papel de garantidor dos direitos sociais e, ao longo da segunda metade do séc. XX, priorizou a eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos em detrimento dos interesses privados, transformando os direitos antes garantidos pelo Estado em serviços privatizados. Desta maneira, o Estado se tornou menos responsável por serviços como saúde, educação e cuidado e aprofundou a divisão sexual do trabalho, já característica do capitalismo, acarretando no fenômeno conhecido como feminização da pobreza.

Por fim, em seu funcionamento, a ideologia conservadora e neoliberal se articula pela formulação da família como núcleo econômico e de reprodução de mão-de-obra, centrada em uma estrutura hierarquizada, sob o comando da autoridade masculina. No discurso jurídico, sob essa ideologia, constitui-se um processo discursivo que evidencia a restrição dos direitos reprodutivos e sexuais, fomentando, por exemplo, a criminalização do aborto, bem como a maior responsabilização da mulher quanto ao trabalho reprodutivo.

### **Sobre a questão da reprodução social e a divisão sexual do trabalho**

No capitalismo, a sociedade está cindida não só entre detentores dos meios de produção e trabalhadores assalariados. Também há a divisão de classes de acordo com a produção e a reprodução da vida social, a denominada divisão sexual do trabalho – para não mencionar questões neocoloniais (a

Nova Divisão Internacional do Trabalho) e raciais que atravessam e complexificam as já citadas cisões<sup>4</sup>. A divisão sexual do trabalho se manifesta na formação social capitalista por meio da divisão do trabalho produtivo, este desempenhado, até pouco tempo atrás, prioritariamente pelos homens, e na forma do trabalho reprodutivo, até hoje majoritariamente vinculado às mulheres. Quando falamos a respeito da reprodução da força de trabalho, nos referimos não só ao trabalho de reprodução sexual, mas também ao trabalho de reprodução da vida social, de modo que podem ser incluídos nesse amplo campo tanto a procriação e cuidado com os filhos, como o cuidado com a casa e com a alimentação, portanto, a administração de toda a vida doméstica. Sabemos que, atualmente, esta divisão está, a depender da região e da classe à qual nos referimos, mais ou menos demarcada.

Nos países desenvolvidos, diante da necessidade capitalista de manter a produção em tempos de crise, as mulheres deixaram os seus lares para ocupar diferentes postos de trabalho. Entretanto, nas classes trabalhadoras, principalmente nas nações colonizadas, cujas mulheres em momentos diferentes experimentaram o trabalho fora de casa ou até mesmo o trabalho forçado, no caso das escravizadas, as duplas ou triplas jornadas não são exatamente uma característica recente, ainda que tenham se intensificado nas classes burguesas a partir da segunda metade do século XX.

Segundo Federici (2021, p. 223), mesmo nos países ricos o trabalho doméstico não foi reduzido, apesar dos avanços tecnológicos das últimas décadas. Na verdade, foi “comercializado e redistribuído principalmente sobre os ombros das mulheres imigrantes do ‘Sul’ e dos antigos países socialistas. E as mulheres continuam desempenhando a maior parte desse trabalho”. Nos países pobres e em desenvolvimento, uma das dificuldades encontradas, sobretudo pelas mulheres das classes trabalhadoras, é a não socialização do trabalho reprodutivo. O Estado está ausente em muitos campos da vida social, inclusive na socialização do trabalho reprodutivo, e a responsabilidade pelo seu exercício recai sobre as mulheres. Nesse contexto, as mulheres se encontram em uma contradição produzida no interior da sociedade capitalista: enquanto tentam administrar a economia doméstica, encontram as dificuldades impostas pelo Estado no planejamento familiar.

O Estado atua por meio de políticas restritivas em relação à escolha das mulheres sobre o seu número de filhos, ao criminalizar e restringir a interrupção da gestação indesejada. As instituições religiosas atuam também como Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) (Althusser, 1980) por meio da disseminação de uma ideologia pró-vida, que abrange a defesa do feto desde sua concepção e, em alguns casos, até mesmo o não uso de anticoncepcionais. Gostaríamos, portanto, de refletir sobre dois aspectos que impactam os direcionamentos sobre os direitos reprodutivos: primeiro, o aparelho jurídico como um garantidor dos interesses da classe capitalista pelo seu discurso; e, segundo, a Igreja, como AIE. Ambos atuam, conforme observamos anteriormente, no contexto da América Latina, como os dois principais obstáculos à completa dignidade humana das mulheres.

Em primeiro lugar, tomemos como ponto de partida a posição do aparelho jurídico em relação aos corpos das mulheres. Para Biroli (2015, p. 40), “há uma correlação, permanente mas variável em seus sentidos, entre o controle da sexualidade das mulheres, os discursos sociais hegemônicos sobre a reprodução e a questão do direito ao aborto”. Trata-se de políticas que buscam o controle social pelo controle de seus corpos como objeto de intervenção estatal, visando garantir o controle das condições

de reprodução da força de trabalho. Assim, a mulher é compreendida pela ideologia capitalista a partir de sua posição na divisão sexual do trabalho como corpo para procriação e cuidado, como trabalhadora reprodutiva. A imagem da mulher como “mãe” se consolida paralelamente à constituição do modelo de família tradicional, baseado no casamento heterossexual e na geração de filhos.

Conjuntamente, como AIE, a religião confere embasamento ao discurso jurídico. Apesar da laicidade do Estado, que prevê a autonomia como um direito aos indivíduos, a Igreja, sob diferentes denominações, vem exercendo forte influência na discussão, levando o debate para o campo moral. A Igreja Católica considera o aborto atentado à vida humana. Contudo, mesmo entre os católicos, há grupos que criticam essa visão, como a organização “Católicas pelo direito de decidir”. De acordo com Rosado-Nunes, coordenadora da ONG, o discurso “pró-vida” envolve uma naturalização apenas parcial da maternidade: se, por um lado, ser mãe - porque se é mulher - é algo natural e que não necessita de justificativas ou racionalização; por outro, o aborto é uma decisão que necessita de justificativas, racionalização. Porém, a maternidade envolve tanto a decisão de ter filhos quanto a decisão de não ter filhos, e assim:

O que está em questão é o fato de que a capacidade humana de fazer um novo ser é também, e ao mesmo tempo, a possibilidade de fazê-lo ou não. Em geral, associa-se “escolha” a aborto. Quem é “pró-escolha” é “pelo aborto”. Não se associa “escolha” à maternidade. Daí o aborto ser tratado como um ato “contra a natureza”, da mulher, claro! Não é pensável que seja “contra a natureza” a recusa da paternidade como projeto de vida, por um homem. Mas as mulheres devem explicar-se quando decidem não ser mães (Rosado-Nunes, 2006, p.32).

### **Paternidade acessória**

Pierre Bourdieu (2014 [1988]), ao traçar um panorama da construção social dos corpos, alega que as divisões de gênero seguiram “a ordem das coisas”, tendo em vista que esta separação foi construída como algo natural, intrínseco à humanidade. Como o autor pontua, esta “naturalidade” é assimilada culturalmente e posta a todos os indivíduos em uma determinada sociedade. Assim, na história da humanidade, esta divisão sexual fabrica a masculinidade hegemônica, que tem sido construída e concebida, sobretudo, como um sistema de poder em suas variadas posições – política, médica, jurídica, religiosa e discursiva – em vantagem sobre a mulher e seus signos. Ao serem criados dispositivos<sup>5</sup> (Foucault, 2017, p. 364) religiosos, médicos e políticos que corroboram esta divisão, o corpo da mulher e suas materialidades passaram a estar sob a jurisprudência de uma ideologia que contempla unicamente o corpo masculino, suas ações e seus significados.

Ao avaliar que a dominação masculina segue esta suposta “ordem natural da vida”, Bourdieu (2014 [1988], p. 21) demonstra como os discursos cotidianos sustentam o posicionamento do homem provedor, tanto na esfera familiar-pessoal como na esfera pública. Assim, se pensarmos na posição sujeito homem, os sentidos de uma paternidade ativa (e nos damos o direito aqui a conceituá-la brevemente, nos termos de nosso quadro epistemológico: uma paternidade em que os sujeitos pais primem também

pelo trabalho de reprodução sexual e social) não são valorizados, tampouco cobrados, diferentemente de como a maternidade é posta para as sujeitas mulheres (Cestari, 2015), justamente pelo posicionamento do homem-provedor que remete à existência da mulher-cuidadora (o homem que provê o sustento de sua família e seus herdeiros na linha de sucessão social).

Em uma perspectiva histórica, Engels (2020 [1884]) e Lerner (2019 [1986]) mostram que o domínio masculino pelas vias da reprodução feminina se consolidou com a ideia de sucessão de bens familiares, pois na transição para a sociedade patriarcal, havia a premente necessidade da transmissão de bens pela linhagem masculina, e, para isso, a forma de controlar a linhagem familiar era realizada através da vigilância do corpo da mulher, aqui, criando o dispositivo discursivo da fidelidade feminina, que castra(va) o corpo da mulher, enquanto que a sexualidade masculina era – e ainda é – incentivada constantemente. Como produção de força de trabalho, o modelo familiar patriarcal torna-se aquele que representa os ideais sociais e do Estado. Assim, “a família patriarcal é a forma escolhida pelo Estado arcaico. A família patriarcal é a célula de onde surge a maior parte da dominação patriarcal” (Lerner, 2019 [1986], p. 257).

Neste ponto, a produção de discursos relacionados à procriação, que prendem as práticas sociais em uma trama mitológica, se faz necessária como meio de controle social. Se, de um lado, há a visão da paternidade como um advento acessório, livre de pressão e julgamentos sociais, por outro lado, a maternidade é entendida e incentivada como uma missão divina de uso social, extirpando da mulher o controle sobre seu próprio corpo. Enquanto uma construção social e discursiva, esse aspecto da priorização da maternidade e desimportância da paternidade (ativa) pode ser entendido como forma de alcançar a reprodução das forças produtivas e das relações de produção, impondo às mulheres a subalternidade econômica inseridas no ambiente doméstico (casamento, família, maternidade).

Como forma de hegemonia social e controle, esses discursos administram os corpos sob efeitos plurais. Os discursos que envolvem a criminalização do aborto, para além de cercear o corpo feminino, são acrescidos de valores religiosos – notadamente cristãos, em uma perspectiva ocidental – justamente porque, segundo a professora e ativista dos direitos reprodutivos da mulher, Debora Diniz (Sombini, 2022), controlar o direito reprodutivo da mulher, dentro de uma sociedade patriarcal, possibilita controlar a reprodução social, pois é uma prática que reverbera a gestão populacional, a reprodução da força de trabalho e da população consumidora (Preciado, 2020, p. 28). Em contraponto, a cobrança afetiva paterna é praticamente nula, pois:

aquilo que para a mulher é um crime de graves consequências legais e sociais, para o homem é algo considerado honroso ou, quando muito, uma leve mancha moral que se carrega com satisfação (Engels, 2020 [1884], pág. 91).

Vale mencionar, também, que os discursos jurídico e religioso acerca do direito ao aborto pelas mulheres funcionam como um mecanismo componente da tecnologia de gênero (Lauretis, 2019). Segundo Teresa de Lauretis, este termo remete a um conjunto de discursos, práticas, objetos e técnicas que têm como objetivo produzir sujeitos que se identifiquem como homens e mulheres, reforçando a



historicidade do gênero. Portanto, ao negar à mulher o direito ao próprio corpo, o discurso antiaborto, seja no juridismo ou nas litâneas e ladainhas, corrobora a ideia de “papel feminino reprodutivo”, enquanto marca a ausência paterna como um “processo natural do homem” (Lerner, 2019).

É curioso observar as demandas dessas tecnologias discursivas, como elas socialmente são autorreproduzidas e autorreguladas. Orlandi (2017, p. 194), ao pontuar que a memória institucional é caracterizada pelo que não é esquecido, pois seu significado faz parte do cotidiano, nos mostra como o homem pode ser esquecido, e liberado, pelas instituições. Podemos observar esta materialização e memória acerca do binômio paternidade/maternidade em três pontos:

- (a) a proposta de regulação do “aborto masculino” na Argentina, sem que ele seja chamado de aborto. Trata-se de uma “renúncia à paternidade”. Não obstante, se abre uma fissura no real: um pai que renuncia à paternidade se autoaborta, se põe como morto para sua prole;
- (b) a ausência do significante “homem” no Código Penal brasileiro de 1940 nos artigos relacionados ao aborto;
- (c) e o aumento de certidões de nascimento sem o nome paterno no Brasil em 2023.

Primeiramente, como já visto neste texto, há a proposta da deputada Lilia Lemoine, na Argentina, para regularizar a ausência afetiva, financeira, patrimonial e paterna. Segundo a parlamentar, os mesmos privilégios que as mulheres têm de interromper a vida de seus filhos devem ser estendidos aos homens, sem penalidades para eles, lembrando que naquele país o aborto é regularizado desde 2020. O segundo ponto é a ausência das palavras “homem”, “pai”, “paternidade” que remetem à presença de um elemento masculino na questão da concepção, ou especificamente nos artigos legislativos relacionados ao aborto no Código Penal brasileiro. Neste documento, sobre suas penalidades, não há referências à paternidade, apenas à maternidade (conta-se a palavra “gestante” seis vezes). Nem mesmo o artigo 133, utilizado hoje no Brasil para criminalizar o abandono parental, fala de homens. Esses dois exemplos corroboram o terceiro tópico: o aumento do registro de certidões de nascimento com pai ausente no Brasil em 2023<sup>6</sup>. Aqui, nota-se claramente que os dois primeiros artefatos legislativos - a proposta de lei da parlamentar argentina e a ausência de indicadores masculinos nos artigos sobre a criminalização do aborto no Código Penal brasileiro -, em encontro com as demais análises empreendidas neste artigo, são diferentes maneiras de manter os papéis de gênero designados socialmente.

### **Considerações finais**

A partir dos anos 1980, como resultado da redemocratização e do crescimento do movimento feminista nos dois países, converge uma agenda sobre o aborto e, com isso, uma disputa entre progressistas (em defesa do direito reprodutivo feminino) e conservadores (em prol de restrições severas ao aborto). Contudo, nas últimas duas décadas, com a ascensão do conservadorismo neoliberal, acirraram-se os conflitos sobre o aborto no Brasil e na Argentina.

Detalhamos as condições sócio-históricas das discussões e observamos como, no século XXI, essa

posição conservadora pauta a punibilidade e a limitação de direitos à mulher pelo agravamento das penas e restrição do aborto entre as brasileiras, e, na Argentina, pela proposta de renúncia paterna. Notamos ainda que essa pauta articula-se sobre a historicidade do gênero no sistema capitalista, principalmente, por sua construção do imaginário sobre a mulher.

## Referências

ADPF Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. *In: Manual de Comunicação da Secom*. Senado Federal [online]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-juridico/arguicao-de-descumprimento-de-preceito-fundamental-adpf>. Acesso em 18 jan 2024.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ARGENTINA. **Ley 11.179 de 29 de octubre de 1921**. Código Penal de la Nación. Buenos Aires: Boletín Nacional, 1921. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27610-346231/texto>. Acesso em 10 jan 2024.

ARGENTINA. **Ley 27610 de 30 de diciembre de 2020**. Acceso a interrupción voluntaria de embarazo. Buenos Aires: Boletín Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27610-346231/texto>. Acesso em 10 jan 2024.

ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BARRANCOS, Dora. **História dos feminismos na América Latina**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Nélide. “Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual.” *In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. (Orgs.). 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: EDUSP, 2017. p. 55-64

BARSTED, Leila. O movimento de mulheres e o debate sobre aborto. *In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da; BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). Aborto no Brasil e Países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NePO/Unicamp, 2009. p. 228-256.

BIROLI, Flavia (2015). Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. p. 37-68. Recuperado de [Vista do Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas](#). Acesso em 22 jan 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 343/2023. Dispõe sobre a realização de plebiscito para decidir sobre a legalização do aborto. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160194>. Acesso em 08 jan 2024.

BRASIL. **Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Regula o §7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9263.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm). Acesso em 14 jan 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Voto da Ministra Rosa Weber sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 442**. Supremo Tribunal Federal. Publicado em 22 set 2023. Disponível em: [www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Voto.ADPF442.Versa771oFinal.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Voto.ADPF442.Versa771oFinal.pdf). Acesso em 10jan 2024.

BRAUN, Julia. O que dizem projetos de lei que tentam restringir ainda mais aborto no Brasil. **G1** [online]. Publicado em 08 jul 2022. Disponível em: [g1.globo.com/saude/noticia/2022/07/08/o-que-dizem-projetos-de-lei-que-tentam-restringir-ainda-mais-aborto-no-brasil.ghtml](http://g1.globo.com/saude/noticia/2022/07/08/o-que-dizem-projetos-de-lei-que-tentam-restringir-ainda-mais-aborto-no-brasil.ghtml). Acesso em 18 jan 2024.

CANDIDATA a deputada na Argentina propõe projeto de lei para “renúncia à paternidade”. **Metro 1** [online], São Paulo, 21 jan. 2024. Internacional. Disponível em: [www.metro1.com.br/noticias/internacional/142154.candidata-a-deputada-na-argentina-propoe-projeto-de-lei-para-renuncia-a-paternidade](http://www.metro1.com.br/noticias/internacional/142154.candidata-a-deputada-na-argentina-propoe-projeto-de-lei-para-renuncia-a-paternidade). Acesso em 23 jan. 2023.

CESTARI, Maria Jafet. **Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

COELHO NETTO, Helena Henkin; BORGES, Paulo César Corrêa Borges. A mulher e o direito penal brasileiro: entre a descriminalização e a ausência penal justificada pelo machismo. **Revista de Estudos Jurídicos da UNESP**, Franca, v. 17, n. 25, 2013. p. 317-336. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/927/917>. Acesso em: 14 jan. 2024.

DECRETO Legislativo. *In*: GLOSSÁRIO de Termos Legislativos. Congresso Nacional [online]. Disponível em: [https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo/-/legislativo/termo/decreto\\_legislativo](https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo/-/legislativo/termo/decreto_legislativo). Acesso em 17 jan 2024.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 6. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2020 [1884].

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

LAURETIS, Teresa. A Tecnologia de Gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque. (Org.). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo: Cultrix, 2019 [1986].

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota à imprensa nº 13.** Desligamento do Brasil do Consenso de Genebra – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde, do Ministério das Mulheres e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Site do Ministério das Relações Exteriores. Publicado em 17/01/2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/desligamento-do-brasil-do-consenso-de-genebra](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/desligamento-do-brasil-do-consenso-de-genebra). Acesso em 18 jan 2024.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise:** Sujeito, Sentido e Ideologia. 3. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2017.

PRECIADO, Paul B. **Um Apartamento em Urano:** Crônicas da Travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PROJETO de Decreto Legislativo (PDL). *In:* GLOSSÁRIO de Termos Legislativos. Brasília: Congresso Nacional, s/n. Disponível em: [https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo/-/legislativo/termo/projeto\\_de\\_decreto\\_legislativo\\_pdl](https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo/-/legislativo/termo/projeto_de_decreto_legislativo_pdl). Acesso em 17 jan 2023.

RAMOS, Silvina; ROMERO, Mariana; FEIJÓ, Jimena Arias. Aborto induzido na Argentina: um contexto cambiante. *In:* ROCHA, Maria Isabel Baltar; BARBOSA, Regina Maria. (Orgs.). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul:** Panorama da situação e dos estudos acadêmicos. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo / Unicamp, 2009. 284p. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/aborto/aborto.pdf>. Acesso em: 15 jan 2024.

ROCHA, Maria Isabel Baltar. Breve panorama sobre a questão do aborto no legislativo brasileiro. *In:* ROCHA, Maria Isabel Baltar; BARBOSA, Regina Maria. (Orgs.). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul:** panorama da situação e dos estudos acadêmicos. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo / Unicamp, 2009. 284p. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/aborto/aborto.pdf>. . Acesso em: 15/01/2024.

ROSADO-NUNES, Maria José. Aborto, maternidade e a dignidade da vida das mulheres. *In:* CAVALCANTE, Alcilene. XAVIER, Dulce. (Orgs.). **Em defesa da vida:** aborto e direitos humanos. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

SOMBINI, Eduardo. Por que o aborto desperta a fúria patriarcal, segundo Debora Diniz. **Folha de São Paulo** [online]. 19 de março de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/03/por-que-o-aborto-desperta-a-furia-patriarcal-segundo-debora-diniz.shtml>. Acesso em: 23 de jan. 2024.

SOUZA, Luciana Correa; VASCONCELOS, Isadora Cristina Cardoso De. A desigualdade de gênero na lei penal brasileira. **Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal.** [online]. UFRGS, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/redppc/article/view/65755>. Acesso em: 14 jan. 2024.

STF. **Plebiscito ou referendo? Saiba a diferença entre os dois e como são regulamentados.** Publicado em 04 nov 2021. Atualizado em 11 ago 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Novembro/plebiscito-ou-referendo-saiba-a-diferenca-entre-os-dois-e-como-sao-regulamentados>. Acesso em: 17 jan 2024.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. Arquivo jurídico e exterioridade: a construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. *In:* GUIMARÃES, Eduardo; BRUM DE PAULA, Mirian

Rose. (Orgs.). **Sentido e Memória**. Santa Maria, UFSM/Pontes, 2005, p. 93-116. Disponível em: [https://www.academia.edu/12313744/Arquivo\\_jurídico\\_e\\_exterioridade\\_A\\_construção\\_do\\_corpus\\_discursivo\\_e\\_sua\\_descrição\\_interpretação](https://www.academia.edu/12313744/Arquivo_jurídico_e_exterioridade_A_construção_do_corpus_discursivo_e_sua_descrição_interpretação). Acesso em 11 out 2023.

## Artigo

### Suicídio indígena e(m) tensões sociopolíticas contra os Povos Originários em Mato Grosso do Sul

Indigenous suicide and/in sociopolitical tensions against Indigenous Peoples in Mato Grosso do Sul

Elaine de Moraes Santos  
Monalisa Quintana

**Resumo:** Considerando que Mato Grosso do Sul possui o segundo maior índice de suicídios indígenas do Brasil (CIMI, 2022), visamos problematizar tensões sociopolíticas relativas a tais mortes entre os povos Guarani-Kaiowá no estado. Para tanto, acionamos os Estudos Discursivos Foucaultianos e a metodologia arqueogenealógica na análise do documentário *O Mistério de Nhemyrô*. No entrecruzamento entre aspectos históricos de violações que ainda dizimam comunidades inteiras, a irrupção do documentário emerge enquanto prática política de resistência tanto quanto, no rol de suas condições de possibilidade, delineia-se uma contranarrativa que subverte concepções normalizadoras sobre a terra, sobre a morte.

**Palavras-chave:** Guarani-Kaiowá. Documentário. Estudos Discursivos Foucaultianos.

**Abstract:** Considering that Mato Grosso do Sul has the second highest rate of indigenous suicide in Brazil (CIMI, 2022), our aim is to problematize sociopolitical tensions regarding the deaths among the Guarani-Kaiowá peoples in the state. In this way, we mobilize the Foucauldian Discourse Studies and the archeo-genealogical methodology in analyzing the documentary “O Mistério de Nhemyrô” (The Mystery of Nhemyrô). At the intersection of historical aspects of violations that still decimate entire communities, the emergence of the documentary arises as a political practice of resistance as much as, within the scope of its conditions of possibility, a narrative is delineated that subverts normalizing conceptions about land, about death.

**Keywords:** Guarani-Kaiowá. Documentary. Foucauldian Discourse Studies

## Considerações preliminares

A prática suicida, enquanto fenômeno sociopolítico que perpassa naturezas distintas – saúde, política (pública), história individual e coletiva – ainda é uma temática sensível que circula entre arestas divergentes, seja no relato sempre polêmico das mídias, seja nas campanhas de conscientização pelas redes sociais, seja no silêncio de interrogações pautadas na dor e na incredulidade frente às perdas.

No que tange às mortes autoprovocadas entre os povos originários, defendemos que, além das

concepções clínicas vigentes, a manutenção da violência contra tais populações produz discontinuidades no interior de um funcionamento que instituiu e segue instituindo o apagamento das suas condições de existência, colaborando com diversos modos de sofrimento físico/psíquico/emocional desses povos, ao longo dos anos.

O cruzamento dos dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2022, com os da última edição do Relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil*, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2022)<sup>1</sup> demonstram uma mudança na situação em Mato Grosso do Sul (MS): o estado perde uma posição, deixando de ser o segundo e ocupando, agora, o posto de terceiro maior estado do Brasil em número de populações indígenas, mas segue com o segundo maior índice do país em registros de mortes indígenas por suicídio.

Estabelecido em 1972, em meio à ditadura militar, a instituição tem como propósito fomentar a solidariedade entre as populações indígenas, visando chamar a atenção de diversos setores da sociedade para suas demandas. Por meio de sua atuação, o CIMI se tornou uma autoridade na proteção dos direitos indígenas no Brasil e na América Latina. Sua legitimidade para abordar a violência que aflige as comunidades indígenas deriva de mais de cinco décadas de dedicação à causa desses povos, bem como de sua proximidade e constante diálogo com suas lideranças e organizações representativas.

Cientes quanto à gravidade dos dados difundidos pelo CIMI, inseridas no lugar teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos e fundamentadas na *arqueogenealogia* foucaultiana (Araújo, 2008; Gregolin, 2015, Navarro, 2015), o nosso objetivo, neste artigo, é problematizar tensões sociopolíticas relativas a tais mortes entre os povos Guarani-Kaiowá no Estado. Para tanto, enquanto expansão de um recorte baseado em dissertação de mestrado defendida por uma das autoras (Autora, 2023), realizamos a análise do documentário *O Mistério de Nhemyró* – produção organizada em 13 episódios, transmitidos pela TV Cultura no ano de 2019.

Interpeladas pela presente chamada da revista *Fragmentum*, qual seja – “Resistências, revoltas e revoluções: tensões sociopolíticas e transformações de sentido nas primeiras décadas do século XXI” – ousamos adentrar a problemática aqui proposta, interrogando-nos a respeito de como abordar cientificamente o tratamento de vítimas dos genocídios indígenas entendendo que essa prática também se dá no âmbito político diante de uma *vontade de verdade* (Foucault, 2014b) acadêmica tão requerida no presente.

Trata-se de observar o funcionamento discursivo do enfrentamento de diferentes relações de poder-saber (Foucault, 2014a) para defender que, no entrecruzamento entre tensões históricas de violações que ainda dizimam comunidades inteiras, concebemos que a irrupção do documentário analisado, por exemplo, emerge enquanto prática política de resistência indígena tanto quanto, no rol de suas condições de possibilidade, delinea-se uma contranarrativa que subverte concepções normalizadoras sobre a terra, sobre a morte.

Na direção do propósito estabelecido, este texto segue um percurso que começa no delineamento

---

I CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório:** violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2024.

do suicídio indígena no Brasil, no contexto dos povos Guarani-Kaiowá em MS; depois, em uma breve incursão nos pressupostos arqueogenealógicos que garantiram o tratamento das enunciabilidades do documentário e, por fim, na análise, na problematização de tensões sociopolíticas e do papel do documentário indígena na produção da resistência.

## 1. O suicídio indígena no contexto dos povos Guarani-Kaiowá em MS

Nos modos de caracterização linguística, tem-se os Kaiowá e os Nhandeva como variações da língua Guarani, que se insere na família tupi-guarani, do tronco tupi. Segundo Pimentel (2006), os povos guarani habitam o cone Sudeste do continente e, em terras brasileiras, Mbyá, Nhandeva e Kaiowá são três partições Guarani cuja existência é conhecida. Em relação aos Kaiowá, conforme explica o autor (2006), a procedência é exclusiva do Sul de MS. Além disso, ao longo do século XX, com a expansão agrícola, ele destaca como os processos de “aldeamento compulsório”, fomentados no interior das ações deflagradas por órgãos indigenistas, favoreceu a coexistência espacial entre grupos Nhandeva.

Concebendo essa espécie de “amalgama etnográfico”, os Guarani-Kaiowá, de MS, perfaziam a segunda etnia indígena mais numerosa do país, com 43.401 indivíduos, de acordo com o censo feito pelo IBGE, em 2010<sup>II</sup>. No censo de 2022, esse percentual étnico não teve uma divulgação exata. De toda forma, ao propormos refletir sobre os casos de suicídio entre tais sujeitos no estado, temos acesso a um campo minado que não se resume a dados populacionais ou a investidas quantitativas. Ao contrário disso, o tema, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), configura uma questão de saúde pública, interligada a questões biológicas, psicossociais, ambientais, entre tantos outros fatores. Mesmo nessa variedade de domínios, para Almeida (2019), os discursos sobre a prática frequentemente são sistematizados pelas lentes da Medicina ou de dispositivos clínicos, o que pode repercutir no apagamento de boa parte das condições de subsistência das comunidades.

Na disputa de sentidos que se apagam ou que se reiteram, muitas vezes, o suicídio é focalizado por uma interpretação não indígena, ignorando, por exemplo, a amplitude de um estado de *nhemyró*, isto é, na cosmovisão guarani, a caracterização de um quadro psicossomático de profundo sofrimento, o qual pode indicar fator de risco para a ocorrência das mortes autoimpostas. Aliás, chamamos a atenção para a circulação recorrente de diferentes meios de denominar o fenômeno, tanto quanto os manuseamos aqui – morte ou violência autoinfligida, morte autoprovocada, suicídio, autoextermínio. Na espessura material de tais designações atualizáveis ao contexto, vemos que cada eixo parafrástico projetado ainda decai em uma visada estritamente ocidental. Sob outra concepção, a partir da compreensão originária de quem fica, a destruição voluntária da vida não é apenas a produção de morte, com fim na ação em si mesmo, mas uma construção relacional, em um panorama de extrema precarização de suas condições de existência, oriundo de adoecimentos coletivos: da comunidade, da família, do corpo, da terra, do indivíduo suicida. Para Moraes (2017, p. 255), “[...] vista de perto, pois, toda morte é uma história a ser

II INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas indígenas, por sexo, segundo o tronco linguístico, a famílialinguística e a etnia ou povo**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_dos\\_Indigenas/pdf/tab\\_1\\_14.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/tab_1_14.pdf). Acesso em: 4 mar. 2024.



contada e menos importa o problema de ‘qual é a regra’ do que as reflexões mobilizadas pelos nativos”.

Na epistemologia das diferenças culturais, portanto, a escolha desse objeto para nosso gesto de leitura adentra a irrupção de enunciados sobre o suicídio indígena, confrontando os contornos limítrofes entre eles e suas *condições de possibilidade*. Para Foucault (2019, p. 34), remeter uma prática discursiva a determinadas condições de emergência é “[...] fixar seus limites de forma mais justa, [...] estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, [...] mostrar que outras formas de enunciação exclui”. Para um mergulho coerente nessa teia enunciativa, a que se refere o filósofo francês, não podemos perder de vista que, nas cosmovisões indígenas,

A vida vai dos oceanos para a terra firme, atravessa de norte a sul, como uma brisa, em todas as direções. A vida é esse atravessamento do organismo vivo do planeta numa dimensão imaterial. Em vez de ficarmos pensando no organismo da Terra respirando, o que é muito difícil, pensemos na vida atravessando montanhas, galerias, rios, florestas. A vida que a gente banalizou, que as pessoas nem sabem o que é e pensam que é só uma palavra, assim como existem as palavras “vento”, “fogo”, “água”, as pessoas acham que pode haver a palavra “vida”, mas não. Vida é transcendência, está para além do dicionário, não tem uma definição (Krenak, 2020, p. 15).

Como se pode ver, nas palavras do filósofo e escritor indígena, Krenak (2020), a ancestralidade da leveza com que os organismos vivos em constante respiração emanam da natureza se dá em um aspecto relacional. Contraditoriamente, os relatórios sobre o suicídio entre povos originários registram a asfixia mecânica como recurso mais adotado nas mortes investigadas. Em conformidade ao que salienta Maceno (2021, p. 273), “[...] morre-se pela garganta porque nela é também veiculada a palavra, fundamento da vida Guarani e Kaiowá. Assim, quando se perde ou se altera radicalmente a cadência da oralidade que é sagrada [...] o jovem pode se inclinar a morrer veiculando a garganta”.

Nessa direção, encontramos, naquilo que cessa o processo respiratório, no “enforcamento”, no “envenenamento” das pessoas em sofrimento, ações direcionadas ao esfacelamento da própria existência corpórea que também metaforizam o estancamento de dizeres sufocados na precariedade de variadas dores. Assim, se a corporeidade “[...] não é apenas um dado material, como a carne, [se] um corpo se faz com carnes, mas também com signos, imagens, conceitos, enunciados, performances, gestos, comportamentos, códigos, regramentos, tecnologias e artefatos” (Albuquerque Júnior, 2019, p. 249, acréscimo nosso), o corpo asfixiado, enforcado ou envenenado, visto sob um prisma discursivo, (re) produz efeitos de poder na medida em que se dá na profusão do linguístico com o histórico.

## 2. Arqueogenealogia do documentário

A adoção de metodologia arqueogenealógica, selecionada para esta seção, favorece a reflexão acerca das tensões sociopolíticas que atravessam os acontecimentos discursivos a respeito do suicídio indígena. De acordo com o filósofo francês, os acontecimentos discursivos são “[...] o que rege os enunciados e a forma como estes se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis” (Foucault, 2014a, p. 39). Diante dos interditos (Foucault, 2014a) comuns, cabe destacarmos que eles passam pelo

tratamento do tema do autoextermínio, desde a ação em si, o uso da terminologia relacionada, como se os discursos sobre a vontade de morrer materializassem o suicídio propriamente, a regularidade (Foucault, 2019) dos dizeres em circulação fica frequentemente associada à busca por causalidades, à naturalização do processo como se fosse um marcador cultural, ou, ainda, à falta de compreensão.

Levando isso em conta e compreendendo o enunciado enquanto a unidade mínima recortada pelos analistas, como demarca Navarro (2015), é que estabelecemos as regularidades do *arquivo*, definido por Foucault (2019, p. 158) como o que “[...] rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. Tendo em vista os objetivos traçados, estabelecemos, como *corpus*, três Sequências Enunciativas (SEs) formuladas no documentário intitulado *O Mistério de Nhemyró*, conforme já anunciado, tendo em vista as estratégias contranarrativas e de resistência que merecem ser conservadas com valor de história. Segundo Sargentini (2004, p. 92), “[...] o Foucault da fase arqueológica, preocupado em reconstruir as regras do discurso, vê uma saída pela genealogia que lhe permite observar as interpretações a partir de práticas de poder”. É, portanto, pela conjunção entre as duas formas de olhar para uma materialidade que analisaremos as SEs recortadas acerca do suicídio indígena.

Ressaltamos que a noção de arquivo mobilizada, na esteira do pensamento foucaultiano, insurge na relação entre aspectos linguísticos, históricos, sociais e políticos. Nesse processo, então, é “[...] preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame [...] aceitar tratar apenas, [...] de uma população de acontecimentos dispersos (Foucault, 2008, p. 26). Problematizar as sequências enunciativas, sob os pressupostos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, implica concebê-las em seus jogos estratégicos, nos quais os sentidos estão sempre em confronto, tal como em uma guerra (Foucault, 2014a). Indo além, significa compreendê-los em sua instabilidade, seus perigos, sua duração indefinida e com os poderes que ele mobiliza (Foucault, 2014a).

Aliada à falta de entendimento da sociedade normativa (Foucault, 2014) consigo mesma, a transposição de um acontecimento disperso como o suicídio nas comunidades indígenas parece constituir um desafio ainda maior à compreensão para o atendimento em saúde mental, dadas as especificidades culturais de cada etnia. Foram esses aspectos, entre outros, que, a nosso ver, o pesquisador indígena Tônico Benites, em codireção com a cineasta tocantinense Eva Pereira e sua equipe, mobilizaram na série de documentários *O Mistério de Nhemyró*, a partir da parceria entre pesquisadores, representantes originários, autoridades, agentes dos distritos e das secretarias especiais de saúde indígenas.

Sua participação começa com a própria exposição, de modo a explicitar sua formação acadêmica e sua procedência cultural indígena. Além disso, ele também é apresentado por outros estudiosos e antropólogos indigenistas, os quais ressaltam sua importância tanto na academia quanto na capacidade de abordar o tema sensível do suicídio indígena a partir de uma perspectiva nativa. Esse reconhecimento reforça sua credibilidade e destaca sua visão sobre o assunto, posicionando-o como um guia essencial para a compreensão mais profunda da complexidade do tema.

Concebendo com Foucault (2014a, p. 10) que o discurso é “[...] aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”, interessa-nos o lugar ocupado por tal sujeito do discurso nesse enquadramento, mais especificamente, porque ele é focalizado enquanto exemplar de uma prática de

resistência. Para Foucault (2006, p. 261, grifos do autor),

[...] se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica.

Rompendo, pois, com a regularidade com que a sociedade envolvente, muitas vezes, propõe-se a falar dos povos originários, no caso aqui retratado, enquanto texto documental, a série escolhida oferece não apenas materialidades diversas, mas também o acesso aos relatos orais indígenas, de suas perspectivas, as quais constituem a base para uma imersão nas memórias ativadas por familiares. Compreender esse potencial memorialístico assentado também no cerne das próprias formulações linguageiras de sua existência material é um convite para a observação de “[...] uma organização estratégica no modo de constituição da espessura material da produção audiovisual” (Campos, 2021, p. 51). Destacamos, então, o potencial analítico de tal construto “[...] cuja análise pode possibilitar a descrição sistemática dos jogos de verdade instaurados na relação de poder entre Estado e população em seu funcionamento polivalente (Campos, 2021, p. 51).

Entendemos que a posição assumida por Tônico Benites, enquanto um estudioso que conduzirá o espectador ao domínio de um saber inscrito, até então, na ordem do “mistério”, estabelece-se, estrategicamente, no documentário, vivenciando as experiências, os relatos, colhendo entrevistas, provas, vestígios sobre as mortes por suicídio, convidando-nos ao exercício da escuta. Dessa forma, ele se inscreve “[...] nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que o sujeito pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala” (Foucault, 2019, p. 60). Trata-se de uma posição de sujeito cujo estatuto científico imprime um ideal de observação, atrelado tanto ao rigor metódico, atribuído à ciência ocidental socialmente valorizada, quanto à mobilização das cosmovisões originárias, de forma que seu repertório o permite articular saberes das duas ordens, conferindo legitimidade às suas falas.

Desde o primeiro episódio, por exemplo, introduz o seu trajeto por diferentes comunidades indígenas do Brasil, com realidades distintas, demonstrando as diversas possibilidades de se olhar para o tema do suicídio, como pesquisador interessado em observar o assunto de forma mais aprofundada, tanto enquanto sujeito indígena que conheceu/viveu a história com/de seus ancestrais. Um pesquisador que sabe bem como funciona o processo de exploração dos territórios e da mão de obra dos povos originários porque vivenciou/vivencia as ocorrências e os impactos dessa exploração na constituição da sua subjetividade.

Na produção de uma leitura iconográfica desse processo, entendemos, a partir do que estabelece Tasso (2013, p. 122), que a instância documental de *O Mistério de Nhemyrô* erige-se em um “[...] inventário do real”, ou seja, em um entrelaçamento de diferentes formações discursivas e de campos

associados (Foucault, 2010), articulando o visível e todo inteligível (possível). A esfera associada, emergente na literatura foucaultiana, também nos desloca para o potencial memorialístico comum ao gênero documental, cuja natureza híbrida, supõe o artístico e o jornalístico operando conjunta e concomitantemente.

Campos (2021, p. 49, acréscimo nosso), ao versar acerca dedizibilidades que reúnem relatos, narrativas e sujeitos propõe, como performance documental, o funcionamento que atua “[...] faz[endo] ver e dizer a realidade sob as ‘objetivas’ da câmera digital e, em especial, por estar disponível numa plataforma de vídeo para uma grande parcela da população se torna um meio propício para a vinculação desse dizer-a-verdade”. Considerando a “vinculação desse dizer-a-verdade”, a que Campos (2021) faz alusão, entendemos que a produção de sentidos, no documentário, em análise, também insurge como a difusão de verdades sobre as condições de desumanidade e sofrimento seguramente imputadas pelo próprio Estado.

Para Tasso (2015, p. 47), a “[...] hibridização em potencial de saberes técnico, tecnológico, artístico e estético, [...] para além do entretenimento, é espaço de discursivização sobre o real e o ficcional”, assim, na dupla relação envolvida, vemos o teor contranarrativo da obra audiovisual em estudo. Cabe ressaltar que se trata de uma contranarrativa extremamente importante sócio-historicamente porque, na época em que é lançada, nossa sociedade vivia sob os mandos de um (des)governo profusor de discursos de deslegitimação sobre indígenas, referindo-se às comunidades como um atraso para o país, cujos sujeitos deveriam ser incorporados aos modos de vida neoliberais, a exemplo das tentativas de aprovação de leis a favor dos garimpos nas reservas, das ameaças e mortes pelos grileiros, das denúncias e dos pedidos de ajuda que foram negados às comunidades Yanomamis, entre tantos outros acontecimentos exemplares de negligências.

### **3. Tensões sociopolíticas e o documentário como prática de resistência**

Nos últimos anos, no interior do Grupo de Pesquisa (identificaremos após avaliação de pareceristas), seja em nossos estudos individuais, seja nas produções coletivas, temos defendido o quanto é urgente desnaturalizarmos a temática da luta pela terra como única tônica possível quando se focaliza tensões sociopolíticas relativas à problemática indígena em nosso país. Isso porque qualquer tentativa de homogeneização dos povos originários favorece a produção de efeitos distintos de massificação, de exclusão e, sobretudo, de objetivação da categoria. Foucault (1995) explicita a noção de objetivação, entrelaçando a própria maneira com que sujeitos se configuram enquanto tônica dos seus estudos, mobilizando “[...] três modos de objetivação que transformam seres humanos em sujeitos” (Foucault, 1995, p. 231). Nas palavras do autor, “[...] na segunda parte [...], estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamarei de ‘práticas divisoras’. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Esse processo o objetiva” (Foucault, 1995, p. 232).

No outro extremo da prática tradicional de apagamento das diferenças, nas condições de possibilidade da história sul-mato-grossense, sobre os Guarani-Kaiowá, enquanto parte das etnias contempladas na série de documentários, os aspectos que envolvem a posse de territórios, na relação

entre os direitos indígenas e o avassalador crescimento das propriedades rurais, ainda se marcam pela força motora de onde advém tanta violência e tanta morte no interior das comunidades (Morais, 2017; Pimentel, 2006).

Como era de se antever, assim como destacado pelos(as) autores(as) citados(as) e pelos resultados das publicações do CIMI, o documentário faz aflorar a produção de uma esfera que conjuga as dores físicas do luto, pela violência imputada ao ente querido, performadas, inclusive, na espessura material das lágrimas, às súplicas pelo fim de tanta injustiça, como ocorre no quarto episódio, segundo recortado na Sequência Enunciativa (SE)1, a seguir:

**SE 1 – Cena do Quarto episódio**



Fonte: Print realizado pelas autoras em: 04 mar. 2024.

Na SE 1, em primeiro plano, recortes de corpos emergem, deslizando entre o choro individual, com rosto bem marcado, e a coletividade das partes de troncos, de mãos, de seres que velam em diferentes condições de existência, prostrados em círculo, em volta de mãos-matéria deitadas. Na legenda da cena, em letras com fonte branca, o enunciado – “Eu não vou sair daqui nunca” – reiterado pela repetição do negar, corroborada na dobradinha dos advérbios “não” e “nunca”, marca a presentificação dos pés que se manterão fincados em um “aqui” de dor, de luta, pelo *tekoha* (território-modo de vida em Guarani-Kaiowá). No regime de enunciabilidade do segundo recortado pela imagem que *printamos*, temos acesso, portanto, “[...] aquilo que dá lugar à série aleatória de acontecimentos e fixa sua fronteira” (Foucault, 2010, p. 53): a resistência em permanecer na eternidade que lhe for garantida e não sair do “[...] lugar em que vivemos segundo nossos costumes” (Morais, 2017, p. 32).

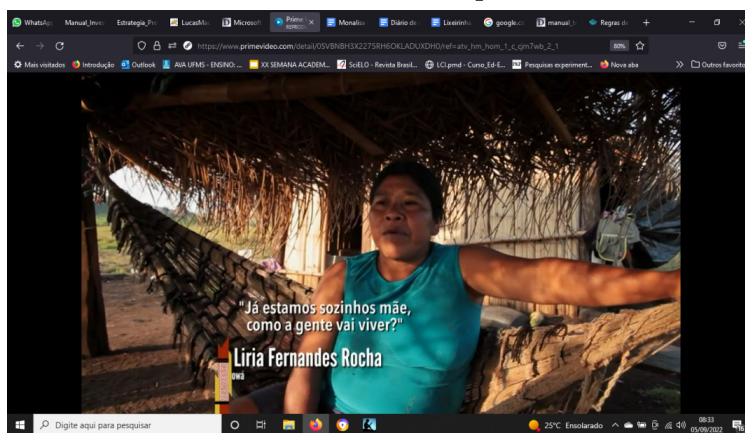
Aqui, a dor Guarani-Kaiowá passa por uma esfera próxima do estado de *nhemyrô*, em uma multiplicidade de sentimentos (desolação, desesperança, angústia), que pode figurar enquanto motivação para o extremo da morte, um extremo que conecta o indivíduo de volta com o sagrado da terra, em uma nova interligação, agora não mais contornada pelas sujeiras de lutas tão desiguais. Morais (2017) chama a atenção para o fato de como os corpos de pele avermelhada, enterrados na terra vermelha, representam, para os indígenas que ele entrevistou, a própria materialização da vida no caminho de volta para sua essência sagrada.

Um sagrado que, no interior de relações de força fundiárias, é despojado e sobreposto na definição do quão fértil pode ou não ser o lugar de disputa entre indígenas e produtores rurais. No encaixo de questões econômicas, sociais, políticas e de direito, Guerra (2016) alerta sobre como as especificidades

da vida urbana, com construção e inauguração de rodovias, com inserção de veículos midiáticos e com o aumento das hidrelétricas vem perfazendo um cenário de ampliação da exploração de riquezas, impulsionando, ainda mais, a tensão diante das reservas. De espaços de cultivo aos modos de vida das comunidades Guarani-Kaiowá, o crescimento mercadológico, proveniente das práticas neoliberais, concebe os espaços como impedimento para o desenvolvimento econômico/industrial dessas regiões.

Mudando de sequência enunciativa, no quinto episódio, com o enunciado-pergunta – “Já estamos sozinhos, mãe, como a gente vai viver?” – uma matriarca Kaiowá, Líria Fernandes Rocha, diz do lugar de quem perdeu marido e filho. Na primeira perda, o crime hediondo se constitui do assassinato de um pai diante de sua esposa e de seu filho. Se a brutalidade dessa violação já não fosse trauma suficiente, a mesma família ainda é assolada pelo suicídio do filho.

### SE 2 – Cena do Quinto episódio



Fonte: *Print* realizado pelas autoras em 04 mar. 2024.

A questão, que ecoa no relato dessa mãe, fala de faltas e de excessos: da falta de recursos, de forças, de esperanças para subsistência, de um lado, das memórias da violência, do medo e do inconformismo, de outro. Entre as formulações que viabilizam a emergência de um dispositivo documental (Tasso, 2015), a dor fomenta a confluência de práticas discursivas distintas. O entrelaçamento de vida e morte nos acampamentos de retomadas emerge no documentário, demonstrando como o seu funcionamento enquanto dispositivo é fundamental para confrontar uma problemática dilacerante. O enquadramento, bem como as técnicas para aproximar e/ou distanciar tais relatos, produz um olhar autêntico, possibilitando que a abordagem de questões sensíveis seja compartilhada com diferentes públicos, impulsionando um engajamento mais robusto com a temática.

Chamamos a atenção para a forma com que as especificidades desse sentimento compõe a performance documental, definida por Campos (2021) como um “[...] conjunto complexo, estruturado a partir de saberes técnicos, tecnológicos e discursivos, que constitui o dispositivo documental, uma instância modalizadora do discurso científico mobilizado no documentário” (Campos, 2021, p. 23). Em outro contexto de análise, Campos (2021) situa a espessura do funcionamento documental como “[...] o modo de composição do documentário exigiu elaborar, produzir, captar, editar um conjunto de cenas que fizessem ver aquilo que, pelos processos técnicos e tecnológicos, fizeram falar os sujeitos entrevistados”. Cientes disso, somos instadas a redefinir o lugar ocupado pela existência corporal indígena quando se trata de falas que narram do cotidiano de perdas, violações, injustiças, impunidades, interrupções da

vida, que relatam manutenções das investidas neoliberais em torno das reservas.

Em direção oposta ao exercício de conjunturas hegemônicas que levam à morte, como resgatamos nas SEs 1 e 2, no último episódio, por sua vez, práticas ritualísticas das comunidades irrompem diante da tela, em uma espécie de manutenção das suas tradições ancestrais, situando o viver indígena como enfrentamento possível, como forma de objetivação da vida.

### SE 3 – Cena do décimo terceiro episódio



Fonte: *Print* realizado pela autora em: 4 mar. 2024.

Na esteira do pensamento foucaultiano sobre a objetivação da vida e resgatando a chamada do periódico que motivou a criação deste recorte, é que temos insistido, desde o início, em não condicionar uma reflexão sobre suicídio à aceitação de morte, simplesmente, ou mesmo, em uma visão estabilizada de morte ou de passividade, uma vez que isso implicaria em minimizar a vastidão de elementos inerentes ao requer o debate na área. Aliás, dentre outras aberturas de lentes possíveis, a compreensão de que tais fenômenos não são marcas culturais intrínsecas a esses povos é urgente, pois, na verdade, eles são frutos de processos históricos que têm se reiterado na mesma proporção com que as violações seguem ocorrendo há séculos.

Por fim, com a SE 3, é possível perceber a presença do maracá nas mãos de crianças, em vestimentas heterogêneas, manifestadas tanto pelos ornamentos próprios aos ritos familiares quanto pela presença de uniforme escolar, demarcando, também, as marcas da institucionalização social pelas quais as comunidades passam. A tessitura da cena desloca nossos olhos para um terreno divergente, no qual não pairam apenas números ou denúncias de parte das barbáries já contempladas nesta discussão. Com o print, a coexistência entre a esperança de uma roda infantil, com a força do exercício de suas práticas culturais, segue fomentando a resistência. Resgatando que, para Foucault (2009, p. 105), “[...] onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”, ressoa, então, na imagem das crianças, a ideia de continuidade, a projeção de um porvir menos hostil, rompendo com a historicidade do chamado descontínuo à morte autoprovocada.

### Considerações finais

Neste texto, longe de se esgotar as possibilidades de leitura, o nosso intento foi problematizar

tensões sociopolíticas relativas às mortes autoprovocadas entre os povos Guarani-Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, acionamos os Estudos Discursivos Foucaultianos e a metodologia arqueogenealógica na análise do documentário *O Mistério de Nhemyró*, tecendo algumas amarras e articulando as proposições teóricas, sobretudo as de Campos (2021) e Tasso (2015), à síntese da obra audiovisual focalizada. Na (re)produção do real, situamos os episódios nos seus entrecruzamentos dos discursos sobre o suicídio indígena com diferentes pontos de encontro/confronto, principalmente ressaltando a atualização da dinâmica do processo de ocupação territorial do Estado, cujas consequências incidem nos Guarani-Kaiowá.

A historicidade da luta dos povos indígenas pela defesa da demarcação de terras configura mais do que a resistência frente aos processos de violência e violações dos seus direitos fundamentais, já que o território constitui a própria essência do sujeito indígena, como discutimos. As narrativas documentais colocam as comunidades originárias na fronteira entre a articulação da sua história, de modo a consolidar a sua luta no passado, ao mesmo tempo em que se posiciona no presente, tomando os espaços de fala e de escuta como local de resistência.

A partir de tais projetos, encontramos efeitos de exercício do poder, os quais tendem a promover maior segregação social, sobretudo levando ao apagamento de determinadas manifestações culturais. Nas acepções propostas por Foucault (2018, p. 88-89), o poder é definido como: “[...] o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes se transforma, reforça, inverte [...] enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”.

Ao voltar nossa atenção, pois, para as comunidades nativas, percebemos que, na multiplicidade das correlações de força discutidas pelo filósofo francês, situa-se o funcionamento do discurso hegemônico e sua contribuição para a construção de uma marginalidade de tais povos, bem como para a sua fixação no imaginário coletivo. Sendo assim, abrimos um olhar para conflitos cada vez mais comuns em diversas regiões do Brasil que perfazem desde as discussões em torno do que significa se constituir indígena diante de uma sociedade moderna e globalizada, até o próprio processo de demarcação de territórios para a manutenção dos modos de vida desses povos.

Assumindo a relevância do arquivo para a perspectiva analítica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, os pressupostos de Sargentini (2006) foram bastante pertinentes a este trabalho na medida em que a autora defende a noção de que o arquivo permite uma leitura em que dispositivos e configurações específicas são trazidos à tona, possibilitando uma ampliação de busca do social e do histórico no discurso. No caso que analisamos, trata-se da evocação de uma representação de indígena enquanto indivíduo de tradição guerreira que resiste e não deixa de lutar para garantir o seu espaço.

Com as três sequências enunciativas recortadas, na regularidade de um funcionamento documental, os *prints* procuraram dar vazão aos imbricamentos promovidos entre perdas, vestígios de vida e resistências. A performance documental mobilizada no construto teórico-metodológico acionado, nesse sentido, constitui-se como uma ferramenta analítica que permite observarmos o funcionamento do dispositivo documental em suas diferentes maneiras de focalizar os sujeitos por ele atravessados. Nos casos de suicídios, os relatos contemplam razões diversas, desde conflitos familiares e conjugais



a desentendimentos entre colegas de escola, embora parte dessas motivações não tenha tematizado os episódios selecionados para este artigo, nem explicam a complexidade em torno de um fenômeno tão multifatorial.

Pensar o complexo processo de demarcação de terras e as discursividades produzidas em torno de conflitos entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul requer um deslocamento do imaginário que foi construído ao longo da história, permaneceu na memória discursiva desde a “colonização” e ainda circula acerca desses povos, especialmente em práticas voltadas à sua inserção no mundo globalizado em que vivemos, mesmo quando essas práticas acabam figurando como combustíveis a um estado de *nhemyrō* sem precedentes no cotidiano das aldeias.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As viagens e as viragens das carnes: o corpo como espaço de práticas de liberdade ou corporificando Michel Foucault. In: BUTTURI JUNIOR, A. *et al.* **Foucault e as práticas de liberdade I: o vivo e seus limites**. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 249-271.

ALMEIDA, Flávia Andrade. **Suicídio na Biopolítica: estudo à luz dos escritos de Michel Foucault**. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault, um arqueogenealogista do saber, do poder e da ética. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 35, p. 37-55, abr. 2004.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. **A emergência do intelectual específico em práticas discursivas de transgressão: relatar a si mesmo como aleturgia no documentário resgates**. 141 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2021.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2022**. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 4mar. 2024.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231- 249.

FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault: Entrevistas**. Roger PolDroit. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. Retornar à história. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 282-295.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes: 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. As fronteiras da exclusão: o discurso do outro e o processo identitário do indígena. **Anais do VI Seminário Internacional América Platina (VI SIAP) e I Colóquio Unbralde Estudos Fronteiriços**. Campo Grande: UEMS, 2016. p. 1-9. Disponível em: [https://eventos.uems.br/assets/uploads/eventos/88a59795508e69486b5c940014affe2c/anais/1\\_2016-11-13\\_16-46-26.pdf](https://eventos.uems.br/assets/uploads/eventos/88a59795508e69486b5c940014affe2c/anais/1_2016-11-13_16-46-26.pdf). Acesso em: 23 out. 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discursos e Imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na web. In: FLORES, G.; NECKET, N.; GALLO, S. (Orgs). **Análise do Discurso em Rede**: Cultura e Mídia. Campinas: Pontes, 2015. p. 191-211.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MACENO, Lucas Sales. **Memórias de suicídio Guarani e Kaiowa na Reserva Indígena de Dourados**: história oral. 320 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021

MORAIS, Bruno. **Do corpo ao pó**: Crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

NAVARRO, Pedro. Por uma análise arqueogenealógica do discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Estudos discursivos à brasileira**: uma introdução. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 149-173.

**O MISTÉRIO de Nhemyró**. Direção de Eva Pereira. MZN Filmes e Cunha Porá Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vZzeZOUtjEQ>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PIMENTEL, Spensy K. **Sanções e guaxos**: suicídio Guarani e Kaiowá – uma proposta de síntese. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – FFLCH/USP, 2006.

QUINTANA, Monalisa Iris. **Suicídio Indígena, Práticas Discursivas e(m) Documentário**: por uma arqueogeneologia de O(s) Mistério(s) de Nhemyró. 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/12495>. Acesso em: 04ago. 2024.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. *In*: SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividades. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 77-96.

TASSO, Ismara. Discurso em imagem: verdade, fotografia-documentário e inventário do real. **Revista Científica Ciência em Curso** – Palhoça, SC, v. 2, n. 2, p. 113-124, jul./dez. 2013.

TASSO, Ismara. Corpos em vigília sob regimes do dizer e do olhar da técnica e da tecnologia biopolítica e cinematográfica. *In*: TASSO, Ismara; OLIVEIRA, Valéria (Orgs.). **Domínios e dispositivos técnicos, tecnológicos e das tecnologias e(m) discurso**: a formação dos conceitos. Campinas, SP: Pontes, 2015. p. 47-81.

## Artigo

### Violência e morte como Políticas de Estado

#### Violence and death as State Policies

Renata Adriana de Souza  
Jefferson Gustavo dos Santos Campos

**Resumo:** Nosso objetivo neste trabalho consistiu em discutir a violência de Estado na contemporaneidade, para isso, voltamo-nos ao *Dicionário de Favelas Marielle Franco*, a *WikiFavelas*, plataforma virtual que armazena conhecimentos sobre favelas e periferias. No dicionário, selecionamos trechos dos verbetes *Chacinas em favelas no Rio de Janeiro*, *Chacina de Acarie 32 anos da Chacina de Acari* para analisarmos posicionamentos materializados em tais discursividades e produzimos um gesto de interpretação sobre a chamada “estatização da morte”, lugar da diferença que legitima o direito ao extermínio de determinados sujeitos em comunidades de extrema vulnerabilidade social.

**Palavras-chave:** Chacinas; Relações de poder; Violência de Estado.

**Abstract:** Our objective in this work was to discuss state violence in contemporary times. To do this, we turned to the Marielle Franco Favela Dictionary, WikiFavelas, a virtual platform that stores knowledge about favelas and peripheries. In the dictionary, we selected excerpts from the entries *Chacinas em favelas no Rio de Janeiro*, *Chacina de Acari* and *32 anos da Chacina de Acari* to analyze positions materialized in such discourses and produce a gesture of interpretation about the so-called “nationalization of death”, a place of difference which legitimizes the right to extermination of certain subjects in communities of extreme social vulnerability.

**Keywords:** Massacres; Power relations; State violence.

## Introdução

Práticas de extrema violência são reproduzidas desde a colonização, portanto, seremos breves em nossa incursão pela linha do tempo. Vamos situar o começo da nossa discussão em 1964, início da ditadura empresarial-militar no Brasil, tendo em vista as mudanças ocorridas no período que deixaram marcas, de diferentes formas e formatos, na vida e no cotidiano de muitos em dias atuais. Entre as marcas que dizem tanto sobre o país e as relações de desigualdade-subordinação existentes, temos políticas de Estado violentas que reprimem, torturam, humilham, matam e são direcionadas a espaços e pessoas que se encontram principalmente em situação de vulnerabilidade social, a maioria desses sujeitos são jovens negros; o espaço consiste nas periferias existentes em lugares excluídos do dia-a-dia das cidades.

Entre essas políticas de Estado violentas estão as chacinas, palavra que, em sua etimologia,

significa o ato de esquarterar e salgar porcos. De acordo com Hirata, Grillo, Lyra e Dirk (2022), no Rio de Janeiro, entre os moradores de favelas, chacina tem um sentido político e é utilizada para nomear ataques, principalmente, a civis e, de modo geral, são praticadas por grupos de extermínio cuja atuação conta com a participação de policiais e outros agentes da segurança ativa. Há ainda um sentido estatístico para o termo, toda ação policial com três ou mais mortes de civis.

A presença das chacinas no cotidiano da vida da população brasileira é um indicativo assustador da violência de estado contra segmentos sociais específicos. O número crescente desses massacres configura em um fenômeno denominado de estatização da morte (Hirata, Grillo, Lyra e Dirk, 2022), tendo em vista que a letalidade policial tem respaldo do Estado. Esse cenário não é estanque, a forma de organização das chacinas mudou dos anos de 1990 para os anos 2000, fato que contribuiu significativamente para o crescimento do número de mortes violentas.

Diante de tal conjuntura, nosso objetivo com esse trabalho foi discutir a violência como política de estado. Para isso, fizemos breves considerações relacionadas à forma como a ditadura empresarial-militar contribuiu para o crescimento e organização de grupos de extermínio; na sequência, nos voltamos ao *Dicionário de Favelas Marielle Franco*, a *WikiFavelas*, plataforma em formato Wiki lançada em 2019, com o apoio do CNPq e da FIOCRUZ. Percebemos no dicionário uma importante ferramenta do século XXI de produção, armazenamento e circulação de narrativas outras sobre sujeitos negros moradores de favelas. Essas narrativas são lugares de memória e é nesse sentido, para não deixar esquecer aqueles que vivem e morrem devido a violência de Estado, que selecionamos os verbetes *Chacina nas favelas do Rio de Janeiro*, *Chacina de Acari* e *32 anos da Chacina de Acari*, mais especificamente, selecionamos trechos desses verbetes como *corpus* deste trabalho. Consideramos necessária essa discussão, tendo em vista que as chacinas são práticas diretamente relacionadas à estatização da morte, trata-se de uma política de extermínio de jovens negros de periferias e o modelo carioca se espalha rapidamente para o restante do Brasil.

### **Ditadura empresarial militar, violência e morte - discussões raciais**

O golpe empresarial-militar de 1964 estabeleceu um regime repressivo que durou 21 anos, até 1985, no entanto, os efeitos desse período e a ausência de punição aos crimes praticados contribuíram para o estabelecimento de uma democracia deformada (Brum, 2019) em nosso país. Para abordarmos parte dessa deformação, inicialmente, vamos discutir as condições materiais que possibilitaram a instalação da ditadura. O livro *Brasil Nunca Mais* (BNM, 1985, p. 57-58) expõe que entre os anos de 1962 a 1964, houve um rápido crescimento das lutas populares que culminou em ampla mobilização dos trabalhadores sindicalizados às lutas por “Reformas de Base”. É desse período a criação das Ligas Camponesas que somaram 2181, espalhadas por 20 estados, e pelo aumento das lutas rurais, assim como maiores reivindicações por Reforma Agrária. Nas cidades, diversos grupos também se mobilizaram pela Reforma Agrária, por mudanças na estrutura educacional e pela contenção da remessa de lucros. O âmbito parlamentar, por sua vez, organizou uma frente nacionalista para aumentar a pressão pelas reformas. Esse cenário estimulou a organização do golpe de 1964 dentro e fora do Brasil:

---

Antes, porém, que todo esse clima de efervescência ameaçasse de verdade o poderio das elites alarmadas, o esquema golpista, agora estimulado abertamente pela CIA, a agência central de inteligência dos Estados Unidos, lança-se aos preparativos finais para o desenlace (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 58).

Temos toda uma documentação que comprova que o golpe serviu aos interesses dominantes e ao estabelecimento de uma “nova ordem” social. Gonzalez ([1982] 2022) expõe que a “nova ordem” tinha por objetivo a “pacificação” da sociedade civil, em nossa história, isso significa formas violentas de silenciamento dos setores populares e de sua repressão política: “quando se lê pacificação, entenda-se repressão” (Gonzalez [1982] 2022, p. 17). Em termos econômicos, houve o chamado “milagre econômico” brasileiro que consistiu na Tríplice Aliança entre o estado militar, as multinacionais e o grande empresariado nacional. Para as massas, principalmente para a população negra, essa relação determinou ainda mais o seu empobrecimento, tendo em vista o estabelecimento do arrocho salarial.

A entrada agressiva do capital estrangeiro no país ampliou o seu parque industrial, mas resultou em uma desnacionalização ou desaparecimento das pequenas empresas e era por essas empresas que o trabalhador negro participava do mercado de trabalho industrial. No campo, com o fim violento das ligas camponesas, a pequena propriedade rural foi substituída por latifúndios, constituídos por parte das grandes corporações multinacionais com o apoio do governo militar. O capitalismo invadiu todos os setores da economia brasileira e ocasionou grandes índices de desemprego no campo. Nessa conjuntura, o trabalhador rural, para fugir da miséria, deslocou-se do campo para as periferias dos grandes centros urbanos. O êxodo rural fez as cidades “incharem” com o aumento do número de favelas e os trabalhadores se tornaram mão-de-obra barata (em sua maioria negra), porque não era qualificada. Nesse cenário de exploração, o trabalhador negro conseguiu espaço na construção civil, tendo em vista as grandes obras realizadas, construções, rodovias etc., e na prestação de serviços, grande escoadouro de mão de obra barata, (limpeza urbana, serviços domésticos, segurança).

Essas condições materiais de existência precisam ser pontuadas, tendo em vista estarem associadas à divisão racial do espaço. Gonzalez ([1982] 2022) destaca que o lugar do negro sempre foi da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados, entre outros espaços de extrema vulnerabilidade social. Além disso, a presença policial é constante nesses lugares para reprimir, violentar e amedrontar. O objetivo da repressão policial consistia em impor condições de subordinação a partir do medo, com isso, buscou-se impedir qualquer forma de unidade ou organização do grupo dominado. A justificativa do modo de atuação do aparelho repressivo se deu por meio de um discurso que estabelecia a ordem e a segurança nacional – o que é próprio do modelo de gestão do Pacto de Segurança: uma tecnologia de poder que se ocupa em garantir à população a segurança necessária para o seu desenvolvimento, ainda que ele seja presumido como iminente. Desse modo, o Estado garante esse modelo de alerta constante no que se refere ao combate do que ele considera ou produz como perigo à ordem social (Campos 2021).

Temos uma polícia violenta que se formou para defender os interesses de grupos dominantes, brancos e que ocupavam bairros tradicionais na cidade. A repressão policial, por possuir um modo de funcionamento racista, produziu a imagem do bandido que passou a estar diretamente relacionada

aos jovens negros, moradores das favelas e que passaram a ser os maiores alvos da violência de Estado. Veículos de imprensa contribuíram com o quadro descrito, tendo em vista assumirem um posicionamento a favor desses policiais que matavam, passando a significá-los como heróis nas narrativas diárias em circulação. Houve denúncias de escândalos de corrupção envolvendo esses grupos, associação com o crime organizado, jogo do bicho, e recebimento de lucros ilegais, mas não foram suficientes para abalar a prática de extermínio.

Os policiais matadores valiam-se da tensão política que mobilizava as Forças Armadas durante a ditadura. Em dezembro de 1968, com a decretação do AI-5, os militares organizaram uma máquina de inteligência e combate à guerrilha, eles tentavam impedir que os ideais revolucionários se espalhassem, por isso os direitos civis foram suspensos, jornais e livros censurados. A máquina de guerra militar agia contra os comandos revolucionários, no campo e nas cidades, para impedir que a guerrilha inflamasse o país. Essa rede de combatentes dividiu as Forças Armadas entre os oficiais de gabinete e aqueles que atuavam de forma violenta nos aparelhos repressivos.

Muitos policiais que agiam em grupos de extermínio ingressaram na máquina de guerra urbana, atuando no combate a opositores nos dez Departamentos de Operações de Informação (DOIS) espalhados pelo país, somados aos policiais do Destacamento de Ordem Política e Social (Dops) e aos militares do Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) e Centro de Informações da Marinha (Cenimar), órgãos que formavam a espinha dorsal da repressão. A Polícia Militar, reformulada em 1969, assumiu papel crescente nos confrontos travados nos territórios pobres das favelas, morros e periferias (Manso, 2020, p. 146).

A relação entre criminalidade, favelas e jovens negros foi produzida pelo Aparelho Repressivo do Estado, grupos de policiais que possuíam interesses econômicos e de poder bem definidos, isso fez com que as comunidades de maior vulnerabilidade social se tornassem áreas preferenciais dos esquadrões da morte. Tal relação teve apoio do estado militarizado e de empresários de diversos setores, entre eles, do setor da comunicação, tendo em vista o posicionamento favorável assumido por veículos de imprensa. Nesse sentido, o racismo e a violência como política de Estado consistem em “técnicas” de gestão dos sujeitos negros no meio social e atuam de forma determinante para:

(...) marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é “impossível” que tal pessoa seja solteira e casada, que tenha diploma e que não o tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês e que ganhe mais, que seja civil e que seja militar, que tenha sido eleito para tal função e que não o tenha sido, etc...(Pêcheux, [1983] 2006, p. 30).

As técnicas de gestão em questão, baseadas em violência e morte por parte do Estado, são

sustentadas pelo racismo em seu funcionamento tático. De acordo com Sodré (2023), o racismo brasileiro ainda perdura no interior de um efeito permanente da antiga estrutura escravista, ou seja, trata-se de uma herança colonial e autoritária de práticas patrimoniais das classes dirigentes a que aderiu a burguesia industrial nativa. O racismo sempre atravessou nossa formação social, sendo que seu funcionamento está associado à configuração de um sistema excludente, considerando práticas intersubjetivas que se relacionam a uma forma de vida enraizada na escravidão, política e juridicamente abolida. Esse efeito atravessa os níveis econômico, societário e institucional, por isso, para Sodré (2023, p. 57), o imaginário da raça está na base da definição de classe social no Brasil, ou seja, a classe social é sempre racializada: “Em outras palavras, o Estado estabelece os meios necessários para que a violência sistêmica seja incorporada às práticas cotidianas” (Campos, Casteleira, Félix, 2022, p. 198).

Nessa conjuntura, podemos dizer que o espaço administrativo político e econômico se aproveitou do racismo existente ao produzir a relação parafrástica entre criminalidade e jovens negros. Esses sujeitos ficaram marcados, classificados como marginais tanto pela polícia como por uma parcela dominante socialmente. A política de gestão do Estado construiu o lugar natural do negro como sendo as prisões e os hospícios. A sistemática repressão policial, em seu caráter racista, teve por objetivo reprimir, violentar e amedrontar o sujeito negro. Nesse espaço administrativo, as coerções lógico-disjuntivas são estabelecidas: “segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário” (Gonzalez, 2022, p. 22).

Para entendermos melhor esta discussão, trazemos o trabalho de Carneiro (2023, p. 58), para quem o racismo consiste em um dispositivo de poder nas sociedades multirraciais de passado escravocrata e opera como um disciplinador, ordenador e estruturador das relações raciais e sociais, associando as contradições de classe e raça. O dispositivo da racialidade, como ela caracteriza, trata, portanto, do modo como o racismo funciona como tática de poder baseado na seleção e garantia da vida da população eleita como seu foco, em detrimento daqueles que devem sucumbir ante ao poder de morte gerenciado pelo estado em sua função de garantidor da segurança. Com isso, esses sujeitos negros foram marcados e classificados como bandidos e degenerados, legitimando as práticas de violência extrema a eles direcionadas.

O dispositivo da racialidade explica o modo pelo qual o extermínio policial de pessoas negras não apenas se tornasse foco das políticas de governamentalidade estabelecidas pelo Estado, mesmo após a democratização, como também construiu as justificativas para que essa mesma população fosse sistemicamente aceita como alvo desse modelo de política. A figura do bandido permanece associada ao jovem negro de periferia e outros sentidos foram a ele atribuídos, passaram a ser considerados os grandes responsáveis pela violência urbana. Isso contribuiu para que os crimes policiais fossem tolerados, ou seja, os assassinatos, as chacinas, continuam devido ao objetivo de proteger o “cidadão de bem”.

Carneiro (2023) também mobiliza, em suas reflexões teóricas e analíticas, o conceito de biopoder de Foucault (2005) e seu funcionamento no interior da biopolítica. A biopolítica é centrada na vida, é uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprias de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva. Isto é, a biopolítica visa à segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. Trata-se de uma nova forma de tomada de poder na sociedade que regulamenta os processos de vida (natalidade, mortalidade, longevidade) os quais passam



a ser medidos e programados. É o direito de intervir para fazer viver a massa da população.

No entanto, a biopolítica, mesmo tendo por foco a vida, contraditoriamente, exerce também o direito de matar. Isso só é possível mediante o racismo que foi inserido nos mecanismos internos do Estado pela emergência do biopoder: “O racismo cumpre o papel de fragmentar o corpo biológico, do qual o poder tomou conta, para dividi-lo conforme ‘raças’ e assim introduzir um corte entre quem deve viver e quem deve morrer” (Carneiro, 2023, p. 63).

Carneiro (2023) enfatiza a função do racismo no interior de uma lógica de guerra anterior ao Estado e ao racismo moderno. Trata-se de uma relação de tipo guerreiro compatível com a biopolítica em que a morte do outro (considerado degenerado, raça inferior) promove a vida da raça mais sadia e mais pura. Nesse sentido, o racismo é primordial para que o biopoder cuja função é promover a vida, venha a matar. O racismo fragmentou o campo biológico. A partir desse fato que se torna possível abolir, eliminar as raças “ruins” por meio do biopoder. Essa morte não significava apenas o assassinio direto, mas tudo que pode ser relacionado a um assassinio indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc. Podemos nos voltar às palavras de Foucault (2005):

Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (Foucault, 2005, 306).

Diante de tais considerações, Carneiro (2023) inscreve a negritude no que pode ser considerado como direito de morte em um regime de biopolítica, considerando as distinções relacionadas no processo de nascer-adoecer-morrer ou no processo viver-morrer de negros e brancos na sociedade brasileira. Há condições diferenciadas para os indivíduos em sociedade e isso é decorrente da forma como o racismo se materializa em nossa formação social. Isso significa que, de um lado, as políticas de vida garantem o direito à seguridade da vida e, de outro, desconstituem, no nível dos saberes, dos poderes e da constituição dos sujeitos, o direito à vida, dado que algumas vidas estão na mira da atuação das políticas de morte do Estado. Sob tais condições, na sequência, analisaremos o funcionamento do dispositivo da racialidade em relação à atuação de grupos de extermínio, pois consideramos que o *corpus* analisado é da ordem desse funcionamento da política de fazer morrer e deixar morrer. Isso será feito a partir de um material selecionado do Dicionário de Favelas Marielle Franco.

### **Produção de sentidos no dicionário eletrônico**

O Dicionário de Favelas Marielle Franco, a WikiFavelas, é uma plataforma virtual de acesso aberto para a coleção, produção e circulação de conhecimentos sobre favelas e periferias. A plataforma estimula o desenvolvimento de um campo de conhecimento sobre as favelas e periferias de todo o Brasil. Isso é feito por meio da articulação de uma rede constituída de colaboradores diversos tanto de academias

quanto das instituições produtoras de conhecimentos existentes nos próprios territórios. O projeto do Dicionário tem por objetivo ser um lugar de memória e de identidades dos moradores das favelas.

Considerando nosso propósito, selecionamos como entrada no material de análise o verbete *Chacinas em favelas no Rio de Janeiro* e nos deparamos com a seguinte definição:

**SD 1:**

O presente verbete reúne informações em diferentes formatos sobre chacinas realizadas em favelas do Rio de Janeiro, como levantamento de dados de frequência, número de mortos, artigos e pesquisas acadêmicas, materiais audiovisuais e afins. O trabalho é fruto de uma parceria entre o Dicionário de Favelas Marielle Franco com os grupos GENI/UFF<sup>I</sup>, Grupo CASA (IESP-UERJ)<sup>II</sup> e Radar Saúde Favela (Fiocruz) (...)

Além da discussão sobre as chacinas em si, compreendemos que é importante ampliar os olhares sobre políticas urbanas, políticas de segurança pública e surgimento de alguns movimentos sociais, para construir um painel sobre outros temas que, de alguma forma, possuem relação com as chacinas no estado do Rio de Janeiro. (Dicionário de Favelas Marielle Franco, s/d).

Podemos dizer, a partir dos dizeres/definição, que a WikiFavelas vai além de um dicionário, tendo em vista que “reúne informações em diferentes formatos sobre chacinas” (Dicionário de Favelas Marielle Franco, s/d). Esse trabalho de seleção e organização de diferentes materialidades discursivas consiste em um arquivo em movimento, em constante construção. Aqui nos baseamos no conceito de arquivo de Foucault ([1969] 2002, p. 149): “sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. Segundo o filósofo, o arquivo não possui caráter institucional, pois seu funcionamento é mais complexo e está relacionado às relações de força existentes, delineando a lei do que pode circular, na forma de discurso, numa dada sociedade, num dado momento da história como um verdadeiro da época.

O conceito de arquivo, nessa perspectiva, consiste em um sistema que determina o funcionamento de um enunciado como um nó numa rede de outros enunciados que, com ele, mantém, sob certo domínio, uma relação de parentesco. No entanto, esse funcionamento não é estanque, fechado ou eterno, pois as relações de sentido, no interior desse objeto, podem se manter, sofrer rupturas, transformar-se, esfumçar ou mesmo desaparecer em diferentes condições históricas. Por isso, Foucault ([1969] 2002, p. 150) caracteriza o arquivo como um sistema responsável pela formação e também pela transformação dos enunciados.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (Foucault, 2002, p. 149).

I GENI/ UFF é o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense.

II CASA é um Grupo de pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

É a partir dessa perspectiva que consideramos o Dicionário de Favelas Marielle Franco como uma ferramenta cujo funcionamento vai além do que entendemos por um dicionário tradicional. Para além de um instrumento linguístico que responde à urgência histórica de seu aparecimento, trata-se de um arquivo que, embora esteja vinculado a determinadas instituições como, por exemplo, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Fiocruz, não se restringe a elas, tendo em vista a plataforma possibilitar que outros sujeitos, organizações, coletivos e movimentos atuantes em comunidades possam contribuir com o seu crescimento e fortalecimento.

Com o objetivo de ser um lugar de memória, a WikiFavelas estabelece uma rede entre o verbete Chacina nas Favelas do Rio de Janeiro a outros verbetes a ele relacionados, alguns deles são: *Principais Chacinas* (nesse verbete são listadas 50 Chacinas que marcaram a cidade do Rio de Janeiro); *Chacina de Acari* (26 de julho de 1990); *32 anos da Chacina de Acari*; *32 anos uma homenagem às mães de Acari*; *Chacina da Candelária – Rio de Janeiro*; *30 anos da Chacina da Candelária*; *Rio de Janeiro de 2019 a 2022* (este verbete é produzido com as principais chacinas ocorridas no período de 2019 a 2022, durante os governos de Wilson Witzel e Cláudio Castro) etc. Como podemos perceber, os verbetes remetem a outros verbetes e formam uma rede de sentidos sobre o Estado e as políticas de violência extrema praticadas em relação aos moradores dessas comunidades. Essa rede iniciou na última década do século XX e atravessou as primeiras décadas do século XXI, período democrático brasileiro.

Para entender melhor o funcionamento dessa rede, vamos nos voltar a outro verbete: *Chacina de Acari*. Em relação a esse verbete, o Dicionário de Favelas Marielle Franco apresenta o que foi a Chacina de Acari, a história do crime, o filme sobre a chacina e o nome das vítimas, material produzido em parceria entre os grupos GENI/UFF, RADAR SAÚDE FAVELA e CASA (IESP-UERJ). No verbete, temos ainda outro texto sobre o acontecimento produzido pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, selecionamos este último material como corpus de análise:

#### SD 2:

Na noite de 26 de julho de 1990, onze jovens, a maioria moradores da favela de Acari ou de suas proximidades, foram levados à força por homens que se diziam policiais, do sítio em que se encontravam em Magé, região metropolitana do Rio de Janeiro. Os onze desaparecidos foram Rosana Souza Santos (17 anos); Cristiane Souza Leite (17); Luiz Henrique da Silva Euzébio (16); Hudson de Oliveira Silva (16); Edson Souza Costa (16); Antônio Carlos da Silva (17); Viviane Rocha da Silva (13); Wallace Oliveira do Nascimento (17); Hédio Oliveira do Nascimento (30); Moisés Santos Cruz (26); Luiz Carlos Vasconcelos de Deus (32). Em janeiro de 1993, Edméia da Silva Euzébio, mãe de Luiz Henrique da Silva Euzébio, foi assassinada enquanto saía de um presídio, onde fazia investigações por conta própria em busca de informações que levassem a solucionar o caso. A Anistia Internacional relatou em 1994 que os sequestradores haviam sido identificados pelo setor de inteligência da Polícia Militar como sendo policiais militares do 9º Batalhão da Polícia Militar em Rocha Miranda e como detetives do Departamento de Roubo de Carga, da 39ª Delegacia de Pavuna. A investigação indicava que os policiais militares envolvidos vinham extorquindo algumas das vítimas antes do sequestro. Segundo denúncias feitas na época do caso, alguns desses policiais seriam integrantes de um grupo de extermínio denominado “Cavalos Corredores” (...) A “Chacina de Acari” ficou marcada como o primeiro

grande crime envolvendo várias vítimas de uma só vez, cometido por policiais, em serviço ou não, contra moradores de favelas e periferias pobres, após o restabelecimento do regime democrático. As “Mães de Acari” se tornaram símbolo de uma longa e difícil luta por justiça, iniciando um caminho trilhado por muitas mães, pais, irmãos e amigos de vítimas do Estado que se seguiram... sem os corpos nunca houve processo judicial...; o inquérito não foi concluído e ninguém foi denunciado pela justiça. Em 2010, transcorridos vinte anos do ocorrido, o caso prescreveu e foi arquivado (...) (Dicionário de Favelas Marielle Franco, s/d).

Podemos aqui nos voltar ao funcionamento do biopoder e à prática de deixar morrer direcionada, como dito anteriormente, a grupos a que se tem hostilidade e desprezo pela existência, por isso, a eliminação do outro, considerado raça inferior e indesejável. Podemos dizer que o biopoder institui a violência como política de Estado, isso é feito por meio de seus aparelhos repressivos, policiais e grupos de extermínio, estrutura que funciona para “fazer morrer” aqueles marcados como indesejáveis, como Edméia da Silva Euzébio, mãe de uma das vítimas, assassinada na saída de um presídio, onde fazia investigações por conta própria em busca informações que levassem a solucionar o caso: “O biopoder aciona o dispositivo de racialidade para determinar quem deve morrer e quem deve viver” (Carneiro, 2023, p. 65).

O dispositivo de racialidade é uma forma de gestão dos indivíduos no meio social. Para o sujeito negro, significa que eles serão submetidos a péssimas condições de vida, situações diversas de violência que, normalmente, são cometidas em lugares específicos. Em relação a essa questão, é importante pontuar que Rosana Souza Santos (17 anos), Cristiane Souza Leite (17), Luiz Henrique da Silva Euzébio (16), Hudson de Oliveira Silva (16), Edson Souza Costa (16), Antônio Carlos da Silva (17), Viviane Rocha da Silva (13), Wallace Oliveira do Nascimento (17), Hédio Oliveira do Nascimento (30), Moisés Santos Cruz (26) e Luiz Carlos Vasconcelos de Deus (32), foram extorquidos (embora já vivessem em condições vulneráveis), levados à força de um sítio em Magé, um dos municípios da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, e mortos. É Lélia Gonzalez (2022) quem nos ajuda a entender a situação da Baixada Fluminense desde o período da ditadura é Gonzalez:

A Baixada Fluminense, nesse sentido, apresenta-se como exemplo privilegiado (exemplo de violência e péssimas condições de vida). Seu crescimento populacional (a “inchação” de que falamos) gerou suas cidades-dormitórios e, em pouco tempo, levou-a a ocupar as manchetes do noticiário policial; foi transformada em área preferencial da ação dos esquadrões da morte e congêneres. Seus habitantes logo se acostumaram a um novo componente da paisagem: os “presuntos” (cadáveres) “desovados” pelos “justiceiros” da nova ordem. Vale notar que 70% desses “justiçados” eram negros (Gonzalez, 2022, p. 23).

O dispositivo da racialidade operando juntamente ao biopoder, conforme já expusemos, disciplina, ordena e estrutura as relações raciais e sociais. Nessa conjuntura, as organizações arquitetônicas são também contempladas. De acordo com Carneiro (2023), a imagem da Casa-Grande & Senzala são reproduzidas historicamente em outros binômios estruturais: arranha-céus & favelas, mansões & cortiços, palafitas, quilombos etc. Essas organizações, regidas por relações de poder e controle, estabeleceram

lugares específicos para a existência negra e instituiu a pobreza e a violência como condições crônicas dessa existência.

Diante disso, o sequestro e a morte dos jovens moradores da favela de Acari remontam, pela memória, os assassinatos realizados pelos esquadrões da morte durante o período da ditadura empresarial-militar, mas também expõe a atualidade da prática. Se no período da ditadura os cadáveres (presuntos) eram deixados em público, nas favelas e comunidades, para serem vistos e cultivar o medo nos moradores, na redemocratização, os corpos precisaram desaparecer, pois denunciam o crime cometido. Os assassinos de Acari são policiais militares que fazem parte de grupos de extermínio, tal como na ditadura, e continuam atuando nos lugares onde vive a população negra e pobre das cidades. Assim como aconteceu durante a ditadura, esses grupos continuam ilesos, sem punição. A violência como política de Estado faz parte do Dispositivo de Racialidade e funciona como forma de gestão social, agindo de forma a “fazer morrer” os indesejáveis. Note-se, nesse caso, que estamos diante de uma lei de funcionamento dos enunciados no interior do arquivo.

Nessa sequência discursiva (SD), temos a produção de sentidos sobre a primeira chacina cometida após o fim da ditadura empresarial-militar, no período democrático. No entanto, a extrema violência das práticas contra esses 11 jovens, 8 deles menores de idade, e suas famílias, remete aos crimes cometidos durante a ditadura. Nesse sentido, consideramos a chacina de Acari como um acontecimento, o ponto de encontro de uma memória e uma atualidade.

Em nossa busca pelo arquivo da WikiFavelas sobre a Chacina de Acari, nos deparamos com o depoimento/ testemunho de Delay de Acari, poeta, animador cultural, defensor de direitos humanos e ativista afrocomunista.

**SD 3:**

Em novembro de 1970, pouco mais de um mês após eu ter completado dezesseis anos, lá por volta de duas, três da tarde, eu jogava bola com um grupo de rapazes, mais ou menos da minha idade, alguns mais velhos, no campo do tricolor, no bairro Centenário, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, quando apareceu um ônibus e duas viaturas de polícia. O campo foi cercado, todos nós fomos enquadrados, presos e colocados dentro do ônibus. Éramos cerca de 30 rapazes. No meio do caminho, um dos policiais me reconheceu como o Bidu, neto da dona Guimar, do Esporte Clube Expressinho e perguntou com quem eu estava. Eu apontei um rapaz, que estudava comigo no colégio Aquino e fomos liberados. Três dias depois, oito ou dez corpos dos rapazes que foram presos com a gente foram encontrados boiando no rio Sarapuí, outros permaneceram presos e mais uns cinco ou seis, apareceram com os corpos crivados de balas, no Jardim Metrópole, numa área deserta. Eu quase fui desaparecido, com dezesseis anos. Eu fui liberado, não fui assassinado, graças a ser neto da dona Guimar.

Vinte anos depois, já com atividade política, não morando em Acari, mas morando na zona oeste da cidade, depois de ter ficado em Acari de 1974 a 1986, eu recebo a notícia do desaparecimento dos onze filhos das mães de Acari. Isso me lembrou do acontecido 20 anos antes (...) (Dicionário de Favelas Marielle Franco, s/d).

Esse depoimento faz parte de um especial sobre os 32 anos da Chacina de Acari produzido pelo

*Le Monde Diplomatique Brasil* em parceria com o Radar Saúde Favela – Fiocruz, em 2022. O depoimento será aqui analisado com um testemunho de resistência, tal como esse conceito é abordado por Mariani (2019; 2021). Para analisar um testemunho de resistência, inicialmente, precisamos considerar a violência de Estado e seu discurso político de legitimação, ou seja, o uso do aparelho repressivo para produzir um efeito de legitimação de ações violentas.

Nesse sentido, a imposição de práticas de violência é discursivizada como legítima pelo poder político hegemônico e por parte da sociedade com poder de mando. Diante disso, os invisíveis são discursivizados a partir do posicionamento das autoridades que ocupam lugares de poder e são significados como perigosos, imprevisíveis, maus etc. Os testemunhos que denunciam essas formas de violência existentes, nos possibilitam refletir sobre as desiguais relações de exercícios de poder.

O testemunho de Delay de Acari abre fissuras nas versões oficiais que, desde o período da ditadura civil-militar, significa jovens negros e moradores de comunidades como marginais. Ao lembrar do jogo de futebol realizado em novembro de 1970, na Baixada Fluminense, interrompido por policiais, que colocaram 30 rapazes em um ônibus, a memória da violência gratuita e de mortes ocorridas sem justificativas (tendo em vista que o grupo jogava futebol) é atualizada.

Delay de Acari, em seu testemunho, expõe que poderia ter sido desaparecido aos 16 anos, não ocorreu por ser neto da dona Guiomar, no entanto, muitos daqueles rapazes que jogavam futebol perderam a vida de forma violenta e seus corpos apareceram dias depois. Esses dizeres se entrelaçam a outros testemunhos, outras histórias sobre jovens negros sequestrados e mortos por agentes do Estado cujos corpos ou desapareceram ou foram “desovados” em diversos lugares periféricos como, por exemplo, na Baixada Fluminense, uma das áreas preferenciais dos esquadrões da morte, de acordo com Gonzalez (2022), anteriormente citada, sendo que 70% das vítimas eram negras.

A chacina de Acari, da década de 1990, e os 11 jovens desaparecidos cujos corpos nunca foram encontrados, remetem à chacina – narrada por Delay de Acari – que ocorreu 20 anos antes, em 1970. A memória das chacinas como violência de Estado continua sendo atualizada e essa é uma realidade cada vez mais constante nos dias atuais. Reitera-se, nesse sentido, a condição de “indivíduo a ser corrigido” (Dicionário de Favelas Marielle Franco, s/d), que escorre pelas veias do estado sobre o corpo negro desde o pós-abolição. O dispositivo da racialidade estrutura de forma desigual as relações raciais e sociais, nesse sentido, ao classificar sujeitos negros como marginais, bandidos e degenerados legitima as práticas de extrema violência a eles direcionadas com o objetivo de manter a “pacificação e proteger” o “cidadão de bem”, isto é, a classe dominante e as relações de poder estabelecidas.

### **Algumas considerações**

A história do Brasil, desde a colonização, é marcada por políticas violentas de Estado sendo que a prática de extermínio sempre atuou como um poderoso aliado na manutenção das relações de dominação. Com o golpe empresarial-militar, surgiram segmentos ainda mais especializados nessa função, os chamados grupos de extermínio, que conforme discutimos, eram apoiados por setores hegemônicos como empresários, políticos e policiais, esses grupos matavam sob a justificativa de pacificar e proteger o

Estado. No entanto, a prática se aperfeiçoou no período democrático e seu funcionamento faz parte das condições de produção e reprodução das relações de poder em nosso país.

Buscamos, neste trabalho, a partir de materialidades sobre a chacina de Acari, discutir que o massacre contra comunidades negras em favelas e periferias configuram políticas racistas que tem dizimado sujeitos com o aval do Estado. O funcionamento discursivo do WikiFavelas acena para um modo de composição dos enunciados que podem circular sob um regime de discurso verdadeiro na ordem do contemporâneo. No calor da escrita da história do século XXI, as insistentes investidas do Estado sobre favelas e comunidades às margens das grandes metrópoles brasileiras, não raro, televisionadas diuturnamente, circulam normalizadas, sob a égide do trabalho de garantir à população – notadamente a não negra – o seu direito à vida. A população negra brasileira, assinalada como não povo desde o pós-abolição pelo funcionamento do Dispositivo de racialidade, constitui foco das políticas de vida e morte que compõem o arquivo da história nacional.

A estatização da morte (Hirata, Grillo, Lyra e Dirk, 2022), legitima o direito ao extermínio, as chacinas, e mostra que nosso sistema democrático é deformado (Brum, 2019), aberto a mais deformações, pois é pautado em um imaginário no qual determinadas vidas humanas valem pouco e se sustentam sob um estado contínuo de violência.

## Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas** – Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago, 2019.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. A emergência do intelectual específico em práticas discursivas de transgressão: relatar a si mesmo como aleturgia no documentário

resgates. 2021. 137 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021. Disponível em: Disponível em: [http://www.ple.uem.br/jefferson-gustavo-dos-santos-campos\\_tese.pdf](http://www.ple.uem.br/jefferson-gustavo-dos-santos-campos_tese.pdf). Acesso em: 23 fev. 2024.

CAMPOS, Jefferson.; CASTELEIRA, Rodrigo Pedro; FÉLIX, Paloma. Espaços enunciativos informatizados e a política de cancelamento: notas a partir de um caso de racismo. In: ROMUALDO, Edson. Carlos; SANTOS, Elaine de Moraes (Orgs.). **Linguagens, mídias e tecnologias**. São Carlos: Pedro e João, 2022, p. 195-210.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Chacina de Acari. In: Dicionário de Favelas Marielle Franco. 2023. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina\\_de\\_Acari\\_-\\_26\\_de\\_julho\\_de\\_1990](https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_de_Acari_-_26_de_julho_de_1990) . Acesso em: 1 dez. 2023.

32 anos da chacina de Acari. Dicionário de Favelas Marielle Franco. 2023. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/32\\_anos\\_da\\_chacina\\_de\\_Acari](https://wikifavelas.com.br/index.php/32_anos_da_chacina_de_Acari) . Acesso em: 1 dez. 2023.

Chacinas em favelas no Rio de Janeiro. In: Dicionário de Favelas Marielle Franco. 2023. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas\\_em\\_favelas\\_no\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_em_favelas_no_Rio_de_Janeiro). Acesso em: 1 dez. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na Última Década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HIRATA, Daniel *et al.* **A chacina sem capuz e a estatização das mortes**. Revista Piauí, 2022. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/chacina-sem-capuz-e-estatizacao-das-mortes/>. Acesso em: 1 set. 2023.

MANSO, Bruno Paes. **República das Milícias**. São Paulo: Todavia, 2020.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 2006

SODRÉ, Muniz. **O Fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.



## Artigo

### Pós-marxismo: reflexões sobre o sujeito

#### Post-marxism: reflections on the subject

Luciane Botelho Martins

**Resumo:** Este artigo propõe algumas reflexões sobre a complexa relação entre sujeito, ideologia e pós-marxismo. Situado no campo da Análise de Discurso de filiação francesa e com o objetivo de compreender o funcionamento da categoria de sujeito nos processos discursivos, o texto explora como o materialismo histórico-dialético explica a resistência dentro dos modos de produção e como as ideologias, na perspectiva de Marx e Engels, distorcem as relações de exploração resultando na luta de classes. A partir disso, o debate reafirma que os sentidos não são dados *a priori*, e que a incompatibilidade entre o sujeito da ideologia e o sujeito da psicanálise ainda constitui um obstáculo na caracterização do sujeito discursivo que ousa resistir na/pela linguagem.

**Palavras-chave:** Pós-marxismo; Sujeito; Ideologia; Inconsciente.

**Abstract:** This article proposes some reflections on the complex relationship between subject, ideology, and post-Marxism. Situated within the field of French-affiliated Discourse Analysis and aiming to understand how the subject functions within discursive processes, the text explores how historical-dialectical materialism explains resistance within modes of production and how ideologies, from the perspective of Marx and Engels, distort relations of exploitation, resulting in class struggle. Based on this, the discussion reaffirms that meanings are not given *a priori*, and that the incompatibility between the subject of ideology and the subject of psychoanalysis still constitutes an obstacle in characterizing the discursive subject that dares to resist in/through language.

**Keywords:** Post-Marxism; Subject; Ideology; Unconscious.

*Não há dominação sem resistência:  
[...] é preciso “ousar se revoltar”*  
Michel Pêcheux

### Considerações iniciais

Ao darmos início às reflexões sobre o sujeito e o pós-marxismo, é de suma importância que num primeiro momento deixemos claro de que lugar estamos falando, bem como, de onde emergem as inquietações que mobilizam a construção de uma pesquisa sobre um tema tão complexo como este – o sujeito e sua resistência.

Nosso lugar de fala é o lugar de Analistas de Discurso de filiação francesa. Essa delimitação

é importante, já que existem diferentes teorias que trabalham o *discurso* como objeto e o definem conforme os pressupostos teóricos de cada uma. Michel Pêcheux, o precursor da teoria materialista, ao conceituar discurso como “‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (1969/1997, p. 82), destaca o trabalho simultâneo de três áreas do conhecimento. Ou seja, para o autor, os processos discursivos resultam da articulação não hierárquica entre a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo histórico, os quais trabalham respectivamente com a língua, o inconsciente e a ideologia. Trata-se, pois, de três campos de saber autônomos que se imbricam para produzir os sentidos nos processos discursivos. Embora saibamos que a natureza do discurso é por si só contraditória, faz-se necessário compreender como se dá o funcionamento da categoria de sujeito, sobretudo se pensarmos um sujeito da resistência. Mas isso não é uma tarefa muito fácil, já que Marx, em suas reflexões, ignora o sujeito; Althusser em sua primeira fase<sup>1</sup>, propõe um sujeito totalmente assujeitado ao retomar Marx; enquanto Lacan defende o inconsciente como lugar do discurso do Outro e o sujeito como um lugar do significante. Diante disso, surge nossa pergunta: é possível conceituar o sujeito na perspectiva teórica que adotamos? Onde estaria o ponto em que o sujeito “ousa rebelar-se”, como sugere Pêcheux (2009), no anexo III de Semântica e Discurso? Frente a essas questões, passemos às reflexões, começando pelos processos que levaram à definição de materialismo histórico-dialético, seguindo para a concepção de sujeito na psicanálise para, enfim, pensarmos o lugar do sujeito na Análise de Discurso Pêcheuxtiana.

### Os princípios de uma teoria materialista

Dadas as considerações iniciais, é importante aqui registrar que, neste estudo, optamos em começar nossas reflexões pelo materialismo histórico-dialético. Desse modo, convém observar que estamos entendendo-o a partir da releitura de Althusser sobre Marx. Assim, partindo do princípio de que materialismo histórico é a ciência dos modos de produção (ciência da história) em que a formação social depende de um modo de produção determinado e materialismo dialético é a relação interna entre a teoria e o método como processo de transformação, ou seja, é a “filosofia que trata o conhecimento como processo histórico da produção dos conhecimentos” (Althusser, 1967, p.19), chegamos à compreensão de materialismo histórico-dialético como modo de reprodução/transformação. É importante frisar que o materialismo dialético surgiu da necessidade de

...uma nova filosofia capaz de pensar a inserção histórica da filosofia na história, sua relação real com as práticas científicas e sociais (políticas, econômicas, ideológicas), **sem deixar de dar conta da relação de conhecimento** que mantém como seu objeto (Althusser, 1967, p.19).

Nota-se que esse caráter dialético do materialismo é o que nos possibilita pensar a resistência, a revolta e a revolução nos processos/modos de produção. Nesse sentido, Mariane e Almeida ao retomar

---

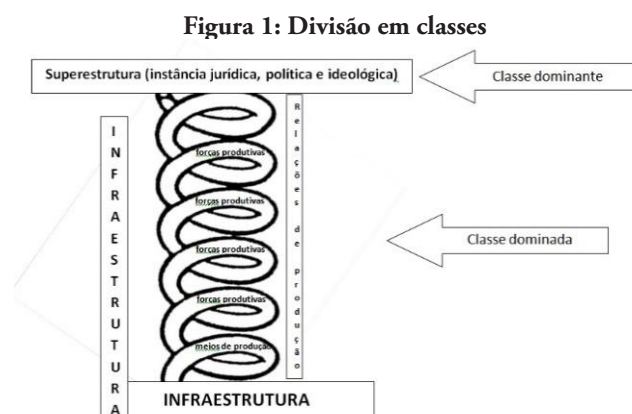
I Nos referimos a um primeiro momento porque em 1974, em “Elementos de Autocrítica”, Althusser reflete sobre seus trabalhos anteriores, principalmente sobre a falta de espaço para a resistência considerando o sujeito. É nessa revisão que o autor admite o caráter estruturalista e determinista de suas reflexões iniciais, as quais ignoravam a capacidade dos indivíduos de resistirem às interpelações ideológicas dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs).

Pêcheux (sob o pseudônimo de Herbert) afirmam que o autor “distingue as resistências ao trabalho científico pela instância de dominação correspondente nas relações sociais, em que a ideologia se faz passar como ciência e em que a resistência estrutura a sociedade” (2017, p.173). Isso se dá a partir da divisão materialismo histórico (constituído pelos modos de produção) – materialismo dialético (história da produção do conhecimento – ideologia), ou seja, foi essa divisão que levou Pêcheux/Herbert a refletir sobre a diferença entre forças produtivas e relações de produção. Ainda segundo as autoras,

Essa dupla forma de resistência ideológica traduz-se nas causas e consequências nela implicadas, levando o autor à constatação da diferença entre forças produtivas e relações de produção. Para Herbert, as forças produtivas remetem à forma empirista da ideologia, pelo ajuste entre uma significação e a realidade, enquanto que as relações sociais de produção remetem à forma especulativo-fraseológica, pela lei de ajuste dos sujeitos entre si. (Mariani e Almeida, 2017, p. 175-176).

Dito de outro modo, pelas forças produtivas o sujeito é submetido à ideologia da classe dominante e, pelas relações de produção, os sujeitos reconhecem-se entre si no processo e “aceitam” inconscientemente a determinação de lugares im(posta), por meio da distribuição em classes sociais.

Em vista disso, para que possamos dar continuidade ao nosso estudo, é emergente pensar, sobretudo, acerca do conceito de ideologia. Como sabemos, são muitas as discussões e, conseqüentemente, as concepções de ideologia que circulam. Marx e Engels iniciam suas reflexões com base na crítica à filosofia idealista. Para os pensadores, a filosofia era uma ideologia, não uma filosofia, daí a crítica ao idealismo. Marx, segundo Althusser (1996) compreende ideologia como um conjunto de ideias que é construído em um processo material em que os sujeitos ou pertencem à infraestrutura (formada pelas forças produtivas e relações de produção) ou pertencem à superestrutura (instâncias jurídicas, políticas e ideológicas), conforme ilustra a imagem a seguir:



**Fonte:** autora da pesquisa.

A partir disso, o que a princípio, Marx e Engels defendiam, de que as ideias eram capazes de explicar o mundo e não o contrário passa a dar lugar a seguinte delimitação “as ideias (ideologias) distorcem e ocultam as relações reais de exploração por pertencerem a uma classe dominante” (Motta,

2014, p. 66). Nesse sentido, ideologia e atividade material se entrelaçam produzindo lugares determinados no processo de produção.

É, pois, da determinação desses lugares que surge, segundo Marx e Engels, a luta de classes: opressores X oprimidos, mantida pela ideologia. Essa, por sua vez, sobrevive de modo oculto/velado na superestrutura. Convém lembrar ainda, que de acordo com o modelo/sistema apresentado pelos pensadores, a família, o Estado e as instituições que o representam, como a escola e a Igreja, por meio de suas práticas promovem a reprodução de sua submissão à ideologia dominante. Althusser, ao refletir sobre ideologia em Marx e Engels, nos diz que os pensadores defendem a ideia de que os homens criam uma representação alienada/imaginária de suas próprias condições de existência porque elas (as condições de existência) são por si só alienantes. Nesse sentido, para Marx, ideologia seria o conjunto de ideias dominantes de uma classe política e economicamente dominante. Nas palavras de Althusser,

Para Marx, portanto, a ideologia é uma montagem imaginária, um puro sonho vazio e fútil, constituído pelos “resíduos diurnos” da única realidade plena e positiva: a da história concreta de indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente sua existência (Althusser, 1996, p. 124-125).

É, pois, a partir disso, que Althusser, ao desenvolver uma de suas teses questionará o caráter imaginário dessa relação e apresentará sua segunda tese, aquela que melhor explica a existência material da ideologia. Nos termos do autor,

...as forças produtivas são postas em ação no processo de trabalho sob a *dominação* de relações de produção, que são relações de *exploração*. Se existem operários, é que são assalariados, que só possuem sua força de trabalho e são coagidos [...] a vendê-la, é que há capitalista, que possuem os meios de produção e compram a força de trabalho para explorá-la, para dela extrair a mais-valia. A existência das classes está portanto inscrita na produção mesma, *no próprio coração da produção*: nas relações de produção (Althusser, 1980, p. 135).

Em outros termos, “A ideologia é, então, a expressão da relação dos homens com o seu ‘mundo’, isto é, a unidade (sobre determinada) da sua relação real e da sua relação imaginária com as suas condições de existência real” (Motta, 2014, p. 79). Assim sendo, a ideologia se dá por meio de práticas regidas por rituais implicando na necessidade de sujeitos que as desempenhem. Mas como explicar o “surgimento” desses rituais? Pensando nisso, Althusser propõe como possível resposta, o “materialismo do encontro”. Para melhor entendermos em que consiste o materialismo do encontro é necessário compreender o que nos diz Epicuro (*cf.* Althusser). Para o filósofo, o sentido não nasce na causa ou na razão, mas no desvio. Esse desvio seria o lugar do encontro. Vale ressaltar que a estabilidade de um sentido/saber vem da consumação e reconhecimento de fatos dados pela fixação – “pega” – de um encontro entre processos sem sujeito. Entretanto, vale o registro: nem todo encontro tem “pega”!

Melhor dizendo, a consumação de um fato resulta de um encontro que é da ordem do contingente, daí a denominação de desvio. Segundo o autor, “qualquer coisa não pode produzir qualquer coisa, mas

só os elementos destinados, graças à sua afinidade, a encontrar-se e a “pegar” uns sobre os outros” (1982, p. 27-28) é que pode constituir uma forma, uma estrutura. Althusser afirma ainda, que:

...o materialismo do encontro não é o de um sujeito (seja Deus ou o proletariado), mas o de um processo sem sujeito, que impõe aos sujeitos (indivíduos ou outros) aos quais domina a ordem de seu desenvolvimento sem fim definido (1982, p. 26).

Para melhor exemplificar esse funcionamento temos um exemplo em Marx<sup>II</sup>: o encontro do homem com o dinheiro, encontro esse que fez surgir o Modo de Produção Capitalista, ou seja, o encontro (homem-dinheiro) “pegou”, tornou-se fato consumado, “o fato consumado desse encontro provoca relações estáveis e uma necessidade cujo estudo fornece “leis”, tendenciais, evidentemente: as leis do desenvolvimento do modo de produção capitalista” (Althusser, 1982, p. 32), tal qual temos ainda hoje.

Em vista disso, as posições hierárquicas dentro de um sistema podem ser entendidas como um efeito do materialismo do encontro. Isso implica dizer que os sentidos não são *da* história, mas *construídos na* história. Segundo Althusser,

...se não há Sentido da história (um Fim que a transcenda, de suas origens até seu término), pode haver sentido na história, porque este sentido nasce de um encontro efetivo e efetivamente feliz ou catastrófico, que é, também, sentido (1982, p. 30).

E, assim, Althusser chega a seguinte proposição “não existe ideologia exceto pelo sujeito e para sujeitos” (1996, p. 131). Em outras palavras, “toda ideologia invoca ou interpela os indivíduos como sujeitos concretos, pelo funcionamento da categoria de sujeito” (1996, p. 133). Partindo dessa premissa, o efeito de evidência está presente tanto no sentido (ideológico) quanto no sujeito, uma vez que ambos se constituem mutuamente.

Ainda sobre o processo de interpelação ideológica, Althusser afirma que a ideologia garante seu funcionamento devido a seu caráter especular<sup>III</sup>. Nas palavras do autor,

... a estrutura de qualquer ideologia, ao interpelar os indivíduos como sujeitos em nome de um Sujeito Único e Absoluto, é especular, ou seja, é uma estrutura em espelho, e duplamente especular: essa duplicação em espelho é constituída da ideologia e garante seu funcionamento (Althusser, 1996, p. 137).

Para Althusser, o processo de assujeitamento acontece porque o sujeito (livre) aceita sua sujeição, reproduzindo a ideologia sob a forma de práticas. Motta, ao refletir sobre o sujeito e o processo de

II É importante registrar que Marx não pensou no caráter aleatório do “encontro”, nem na “pega”, o filósofo pensa a ideologia a partir de um fato reconhecido, já consumado. Para Marx, a burguesia surge da ruína da classe dominante feudal, como necessidade de subsistência, pois enquanto no modo de produção feudal o que importava era a dependência entre senhores feudal e vassala, no modo de produção capitalista o que importa é a manutenção da estrutura de exploração patrão-empregado, o que não deixa de ser uma relação de dependência.

III O termo especular faz referência ao que Lacan chamou de *estádio do espelho*, em outras palavras, trata do movimento através do qual o sujeito assume uma imagem que o domina como se fosse um “fantasma”.

assujeitamento em Althusser, afirma que:

O sujeito, na perspectiva althusseriana, é tanto o sujeito da ação como também, ao mesmo tempo, o sujeito *sujeitado* a outro Sujeito (com *s* maiúsculo), que vem a ser uma ideologia, i.e., as crenças políticas, culturais, religiosas, esportivas etc., que todos os sujeitos individuais possuem. Não há para Althusser *indivíduo*, noção ideológica constituída pela modernidade capitalista, mas sim *sujeitos*. [...] o sujeito se reconhece num discurso, mas desconhece esses mecanismos interpelatórios dos quais reproduz (ou transforma) as relações de poder da sociedade (Motta, 2014, p. 81).

Pêcheux, ao retomar os conceitos desenvolvidos por Marx e Althusser, afirmará que no processo – que por si só já é contraditório: o de reprodução/transformação – a ideologia não é o único elemento das relações de produção de uma classe, visto que as determinações econômicas também exercem influência nas atividades sociais e ideológicas. De acordo com Motta,

Althusser define que cada formação social possui um conjunto de estruturas que possuem diferentes níveis (ou instâncias), com pesos e temporalidades desiguais. As formações sociais expressam esse todo-complexo no qual sua unidade se dá por uma estrutura dominante, e tem como princípio uma determinação em última instância da estrutura econômica (2014, p. 52).

Outra questão apontada por Pêcheux diz respeito à relação classe – ideologia. Segundo o autor, não é possível a correspondência: uma ideologia para cada classe social, porque assim como o sujeito é dividido e contraditório, a ideologia é heterogênea. Com base nisso, o autor afirma que a instância ideológica existe sob o modo de formações ideológicas e envolvem posições de classe, o que significa dizer que o indivíduo torna-se sujeito pelo processo de identificação com uma formação ideológica.

Pêcheux destaca ainda que o processo de identificação do sujeito com uma dada formação ideológica se dá via inconsciente. Para o autor, o traço comum entre ideologia e inconsciente é “o fato de elas operarem ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de verdades ‘subjetivas’ evidentes” (1996, p. 148).

É, pois, esse caráter de evidência do sujeito e do sentido que irrompe no discurso sob a forma de ditos e não-ditos, ou seja, aquilo que “pode/deve ser dito” numa dada formação social revela a ideologia através do discurso. Daí a afirmação de que o discurso é a materialidade da ideologia.

Um ponto importante a ser considerado nesta reflexão é que, se por um lado Althusser e Lacan concordam quando afirmam que ideologia e inconsciente são eternos, por outro lado discordam no que se refere à constituição do sujeito. Para Althusser, o sujeito parece reduzido a um “eu”, ou seja, é sempre já sujeito pelo processo de interpelação/assujeitamento ideológico. Lacan, por outro lado, se opõe a esse determinismo, pois para ele, o sujeito do inconsciente (constituído pelo real, pelo simbólico e pelo imaginário) é diferente da ordem simbólica e imaginária que rege o “eu”. Essa diferença é o que possibilita a ruptura/resistência, já que o espectro do real (constitutivo do sujeito lacaniano) ao irromper

sob a forma de lapso e/ou ato falho através da linguagem (simbólico) rompe com o estabilizado e instaura uma nova ordem, mesmo que momentaneamente.

## A Língua e a ideologia

Ao pensarmos sobre a língua, uma questão problematizada por Volochínov em *Marxismo e a Filosofia da Linguagem*, a saber, diz respeito ao modo como a infraestrutura determina a ideologia, ou “como a realidade (a infraestrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação” (Volochínov, 2014, p. 42). Embora lhe pareça justa a “causalidade<sup>IV</sup>” como resposta possível, essa resposta soa-lhe ambígua, uma vez que contradiz os princípios do materialismo dialético. O autor justifica sua inquietação frente ao problema (por ora sem solução), ao compreender que,

A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos (Volochínov, 2014, p. 36).

Podemos observar que o problema posto está na perspectiva adotada. Nela, o sentido é entendido como um elemento constituinte do signo, assim como a ideologia é tomada como elemento “preso” ao signo. Sob esse prisma, a possibilidade de termos sentidos outros a partir de um dado enunciado torna-se restrita. Uma concepção de língua que se reduz a um signo ideológico e a um nível fraseológico nega a exterioridade como elemento-parte do processo de produção dos sentidos. Por essa razão adotamos a concepção de que os sentidos não são dados, mas se constituem no momento da enunciação.

Nossa postura assume a língua como base material onde os sentidos são construídos simultaneamente com os sujeitos envolvidos no processo enunciativo. Segundo Pêcheux,

...a base linguística caracteriza, nessa perspectiva, o funcionamento da língua em relação a ela mesma, como realidade relativamente autônoma; e é preciso, desde então, reservar o termo de processo discursivo (processo de produção do discurso) para se referir ao funcionamento da base linguística em relação às representações [...] colocadas em jogo nas relações sociais. Isso permite compreender por que formações ideológicas bastante diversas podem se constituir sobre uma única base (2015a, p. 74).

Em outros termos podemos dizer que é por meio da língua que saberes pertencentes a uma ou outra formação ideológica são postos em circulação, ora promovendo a fixação de tais saberes (por meio da repetição/reiteração, por exemplo), ora provocando resistências e dizeres outros (identificados com formações ideológicas divergentes).

É de suma importância destacar que a possibilidade de se pensar a língua em relação ao seu exterior inicia-se, nos estudos da linguagem, com as reflexões de Jakobson e Benveniste, mais precisamente, quando

---

IV Uma relação de “causalidade” implica em uma transformação ideológica no contexto da ideologia correspondente. O que torna essa relação pouco provável é o fato de que uma ideologia ao apresentar-se como um conjunto único e indivisível logicamente impossibilita qualquer processo de transformação que venha a afetar sua essência.

este último propõe uma função para o sujeito na enunciação. É nesse momento que a subjetividade na linguagem passa a ser pensada. Daí a importância de retomarmos como é que estamos entendendo *enunciação* e *enunciado*, uma vez que, alguns autores admitem esses dois termos como sinônimos. Ao referirmo-nos a enunciado, estamos entendendo-o segundo a acepção de Benveniste, como produto do processo enunciativo, ou ainda, como objeto da teoria da enunciação. Para o autor, enunciação é o ato que põe a língua em funcionamento. Nas palavras do autor, “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (Benveniste, 1989, p. 83).

A possibilidade de algo externo ao puramente linguístico (o sujeito) fazer parte do processo de produção dos sentidos não só abriu caminho para se pensar o extralinguístico, sob o ponto de vista da subjetividade da linguagem, como também abriu caminho para se pensar as posições assumidas por esse sujeito enunciador. Enquanto sujeitos, fazemos parte de uma formação social, e uma formação social comporta uma ou mais formações ideológicas<sup>V</sup>, isso implica dizer que, enquanto sujeitos, identificados com uma ou outra formação ideológica produzimos dizeres por ela determinados. Nos termos de Pêcheux:

...a partir de uma dada posição numa dada conjuntura: o ponto essencial aqui é que *não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também e sobretudo das construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que essas construções determinam a significação que as palavras terão. [...] as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (2015a, p. 73).

Dando continuidade às reflexões sobre a exterioridade no processo de constituição do sentido, apresentamos para essa discussão uma reflexão de Volochínov. O autor afirma que “*A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial*” (2014, p. 99). De fato, concordamos, nenhuma palavra é neutra, mas também é preciso acrescentar: os sentidos não estão nas palavras, apenas. Os sentidos, como já fora dito anteriormente, são construídos na enunciação, por sujeitos que ali se constituem, uma vez que se identificam com uma dada formação ideológica. A essa trama de sentidos presente na materialidade, Orlandi chama historicidade. Para a autora a historicidade “não é nem direta, nem automática, nem de causa e efeito, e nem se dá termo-a-termo” (1995, p. 113), mas uma função dada a “necessidade do sentido no universo simbólico”, ou seja, a historicidade enquanto função é aquela que coloca em jogo a história do sujeito e do sentido, pois não há sentido sem história (a história provê a linguagem de sentidos). A partir disso, somos autorizados a dizer que os sentidos nunca são os mesmos, a cada dizer há um novo processo de significação sendo construído. Como afirma Pêcheux: o discurso é estrutura e acontecimento.

O discurso é *estrutura* porque é composto pela teoria dos mecanismos sintáticos e pela teoria dos processos de enunciação; é *acontecimento* porque é composto pela teoria das formações sociais e suas transformações, incluindo nela, a teoria das ideologias; até aqui duas regiões do saber. Sabendo, pois, que o “quadro epistemológico” da Análise de Discurso compreende três disciplinas: materialismo

V De acordo com Pêcheux (2015a) uma formação ideológica constitui-se de um complexo conjunto de “atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas que se referem mais ou menos diretamente a “posições de classe” em conflito umas com as outras” (p. 73).



histórico, linguística e psicanálise; convém lembrar que é nesta última que Michel Pêcheux aposta como elo responsável pela articulação das três regiões que formam o discurso. O ponto de partida para essa reflexão é a recusa conjunta de Althusser e Pêcheux a um sujeito psicológico. Nos termos do autor, “a AD não pode satisfazer-se com a concepção do sujeito epistêmico, ‘mestre de sua morada’ e estrategista nos seus atos (salvo, nas coerções biossociológicas); ela supõe a divisão do sujeito como marca de sua inscrição no campo simbólico” (Pêcheux, 2015b, p. 103).

Assim, a recusa de um sujeito psicológico, somada a concepção de discurso (relação construída por posições assumidas em uma formação social) é o que configura a intersecção entre os pensamentos de Lacan e Pêcheux.

### **Do sujeito do inconsciente ao sujeito discursivo**

Vale aqui registrar que quando Lacan fala em linguagem está se referindo à língua concreta/falada, aquela que é constantemente posta em funcionamento e faz ouvir o inconsciente. Na compreensão de Lacan, no inconsciente há uma escritura e, essa escritura é o real (aquilo que não pode ser simbolizado), daí sua célebre afirmação de que: “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Nessa perspectiva, a linguagem, enquanto elemento simbólico é o único capaz de fazer emergir algo que faz parte do real, sem desvelá-lo por completo, pois o real como um todo é da ordem do inatingível.

Daí a importância dos estudos da linguagem em psicanálise. Assim, Lacan parte do conceito inicial de Saussure sobre o significante para definir o significante em psicanálise. Para o psicanalista, o significante “representa um sujeito para outro significante” (Jorge, 2005, p. 81), em outros termos, o sujeito do inconsciente se inscreve no significante. Nesse sentido, o Outro como lugar do significante é materializado no simbólico e torna-se conhecido por meio da linguagem. Sendo, pois, o significante o lugar do Outro, podemos apontar o duplo funcionamento da incompletude: a incompletude do sujeito que é intervalar, o vazio e a incompletude do dizer que uma vez materializado pelo simbólico não é capaz de dar conta do todo, pois algo sempre lhe escapa. Para Davoine e Gaudillière, a impossibilidade de dizer tudo aquilo que se encontra nas formações do inconsciente “atestam o trabalho do recalque, e os efeitos do sujeito que advêm em um batimento, uma vacilação da cadeia de enunciação – retorno do recalco – testemunham o que, como corte, instala a estrutura mesma de um sujeito como dividido” (2016, p. 259).

Žižek ao tentar definir o sujeito lacaniano acrescentará que “o sujeito “é” a própria lacuna preenchida pelo movimento de subjetivação” (2016, p.178). Em outras palavras, isso significa dizer que o caráter intervalar, lacunar e vazio é próprio do sujeito lacaniano e, o processo de subjetivação, enquanto processo circular que busca tamponar esse vazio, essa falha, produz novas lacunas, novas fendas. Nos termos do autor,

...o sujeito é, ao mesmo tempo, a lacuna ontológica [...] e o gesto de subjetivação que, por meio de um curto-circuito entre o Universal e o Particular, cicatriza a ferida dessa lacuna [...]. “Subjetividade” é um nome para essa circularidade irreduzível, para o poder que não luta contra uma força externa de resistência [...], mas sim contra um obstáculo que é absolutamente

inerente, que, em última instância, “é” o próprio sujeito. Em outras palavras, o próprio esforço do sujeito para preencher a lacuna sustenta e gera, retroativamente, essa lacuna (Žižek, 2016, p.178-179).

Daly complementa a definição de Žižek dizendo que “o sujeito existe, antes, como dimensão eterna de resistência-excesso em relação a todas as formas de subjetivação” (2006, p. 11), dito de outro modo, em todas as formas de subjetivação, o sujeito é simultaneamente a falta e o excesso.

Ainda sobre a constituição do sujeito para a psicanálise, Žižek (2005) explica que, para Lacan, “a causa daquilo que falha” é o trauma que habita o real, mas que não tem nele sua origem. Para o autor algo vivido pelo sujeito em algum momento passado pode ao constituir-se como trauma/causa, passar a habitar o real como algo que ali fica recalcado, decorre daí a afirmação do autor de que “el trauma no tiene existencia propia previa a lasimbolización” (p. 53), logo, trata-se de um processo cíclico e ao mesmo tempo um paradoxo, dado o caráter recíproco de causa-efeito-causa. Em outros termos,

La “reciprocidad” designa el mismo círculo vicioso de la causa real y sus efectos significantes a partir del cual emerge el sujeto, es decir, ese círculo en el que la red simbólica de efectos plantea retrospectivamente su causa traumática. Llegamos así a la más concisa definición de sujeto: el sujeto es efecto que pone completamente su propia causa (Žižek, 2005, p. 63).

Partindo da ideia de que o sujeito da psicanálise é efeito de sua própria causa e que a causa, assim como o trauma não tem existência prévia à simbolização, temos conforme Lacan mesmo afirmou, um sujeito que se constitui a partir do Outro. Dada a compreensão de ordem simbólica como linguagem, podemos dizer que é por meio da imagem do espelho que a ideologia encontra espaço para constituir-se como Outro (imagem idealizada). De acordo com Fink, “é a ordem simbólica que realiza a internalização das imagens especulares e de outras imagens” (1998, p. 57).

Assim, entendemos que a interpelação ideológica se dá via linguagem do Outro, processo conhecido na psicanálise e apontado por Fink (1998), como *alienação*, entretanto, sabendo que o sujeito lacaniano é dividido entre *alienação* (como processo de sujeição ao Outro) e *separação* (como desejo do outro), a possibilidade de o processo de interpelação falhar existe. A falha no processo de alienação revela a resistência do sujeito do desejo. Fink, ao descrever o sujeito da psicanálise afirma que:

*Esse sujeito não tem outra existência além de um furo no discurso.* O sujeito do inconsciente manifesta-se no cotidiano como uma irrupção transitória de algo estranho ou extrínseco. Em termos temporais, o sujeito aparece apenas como uma pulsação, um impulso ou interrupção ocasional que imediatamente se desvanece ou se apaga, “expressando-se”, desta maneira, por meio do significante (1998, p. 63).

Ao refletirmos sobre “a irrupção transitória de algo estranho e extrínseco” somos levados a pensar sobre os vacilos que se configuram sobre as formas de lapso e de ato falho. De acordo com Žižek, “o lapso ou o ato falho já fornecem uma prova suficiente de que esse Outro Hermenêutico, o Outro igual

ao universo das regras que predeterminam o campo de significação; não pode dar conta” (2003, p. 104) do todo, ou seja, ao contrário do que se pensa, o lapso e o ato falho são manifestações bem-sucedidas de uma outra regra, uma regra desconhecida que resiste. Žižek explica ainda que esse vacilo nada mais é do que “la ‘respuesta de lo Real’: un pequeño fragmento de lo Real da cuerpo a la resistencia psíquica del sujeto a su acto” (2016, p. 77). O autor complementa ainda que, o vacilo como “contenido inconsciente no es algo que la resistencia encubra y oculte, no es que simplemente preexista a la resistencia, sino que es algo inmanente a la resistencia, algo que puede ser desvelado por el análisis inmanente de la resistencia” (Žižek, 2016, p. 82).

Nesse ponto, é preciso lembrar que para Lacan, segundo Fink, “o inconsciente como cadeia não é a mesma coisa que o sujeito do inconsciente” (1998, p. 62), o inconsciente subsiste ao longo da vida, é permanente e o sujeito do inconsciente não é constante, nem permanente, pois, uma vez fundado pelo significante, irrompe sob a forma de furo (intervalo entre dois significantes), daí a importância da linguagem como mecanismo que faz vir à tona saberes que constituem a *outra* regra. De acordo com Leandro-Ferreira:

...o sujeito, ao ser constituído pela linguagem, encontra nela sua morada e disso decorre uma marca de sujeito enquanto *efeito de linguagem*. Por outro lado, ao sofrer a determinação da ideologia, por via da interpelação, o sujeito se configura como *assujeitado*. E por ser também um sujeito do inconsciente, descontínuo por excelência e que se ordena por irrupções pontuais, esse sujeito se mostra como *desejante* (2010, p. 8).

Em outros termos, a autora, ao afirmar que o sujeito é constitutivamente afetado pelo efeito linguagem, pelo assujeitamento e pelo caráter desejante, reforça que o sujeito é constituído por uma inscrição ideológica marcada no desejo, o qual opera em um deslizamento que sempre remete a uma falta, e isso vem a confirmar a definição de sujeito como efeito, como bem apontou Fink (1998).

## Referências

ALTHUSSER, Louis. Problemas colocados pela existência de duas disciplinas. *In*: ALTHUSSER, Louis. **Marxismo segundo Althusser**. Sinal Editora e Distribuidora. Coleção Sinal 2, 1967.

ALTHUSSER, Louis. **A corrente subterrânea do materialismo do encontro** (1982). Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/althusser/1982/mes/corrente.pdf>> Acesso em: 05/11/2017.

ALTHUSSER, Louis. Marxismo e Luta de Classes. *In*: ALTHUSSER, L. **Posições II**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelho Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). *In*: ŽIŽEK, Slavoj (org). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DAVOINE, Françoise & GAUDILLIÉRE, Jean Max. O neutro do sujeito. *In*: CONEIN, Bernard et. al. (Orgs.). **Materialidades Discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, pp. 257-268.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. II Inconsciente e Linguagem: o simbólico. *In*: JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan**, vol. 1: as bases conceituais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, pp. 65-101.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. [trad.] Maria de Lourdes Duarte Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Análise do discurso e suas interfaces – o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon** – Revista do Instituto de Letras da UFRGS. v. 24, n. 48, 2010. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/28636/17316> Acesso em: 01/06/2019.

MARIANI, Bethania S. C. & ALMEIDA, Eliana. **Entre Pêcheux, Althusser e Lacan**: uma carta sempre chega ao destino? *In*: ABRAHÃO E SOUSA, Lucília & GARCIA, Dantielli A. (Orgs.) *Ler Althusser hoje*. São Carlos: EdUFSCar, 2017. Pp. 169-188.

MODESTO, Rogério. **“Você matou meu filho” e outros gritos**: um estudo das formas da denúncia. 2018. 1 recurso online (244 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1632734>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MOTTA, Luiz Eduardo. **A favor de Althusser**: revolução e ruptura na Teoria Marxista. Rio de Janeiro: Gramma& FAPERJ, 2014.

ORLANDI, Eni. ORLANDI, Eni. Texto e Discurso. **Organon**, v. 9, n. 23. 1995. <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365/18055>

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (de)conhecimento ideológico. *In*: ŽIŽEK, Slavoj (org). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Campinas. SP: Editora Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. *In*: PIOVEZANI, Carlos e SARGENTINI, Vanice (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux** - inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2015a.

PÊCHEUX, Michel. II Especificidades de uma disciplina de interpretação. *In*: PIOVEZANI, Carlos e SARGENTINI, Vanice (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux** - inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2015b.

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2014.

ŽIŽEK, Slavoj. **O mais sublime dos histéricos**: Hegel com Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. **Las metástesis del goce**: seis ensayos sobre la mujer y la causalidad. Buenos Aires: Paidós, 2005.

ŽIŽEK, Slavoj. **Contragolpe absoluto** – para una refundación del materialismo dialéctico. España: Ediciones Akal, S. A., 2016.

## Artigo

### Uma microfísica do tempo

#### A microphysics of time

Iago Moura Melo

**Resumo:** Neste texto, apresentamos alguns gestos de leitura sobre a problemática do tempo-espaço dos discursos formulados em nossa tese de doutorado *Gestos do arquivo no Sul Metafórico: da língua do(s) direito(s) LGBTQIA+*. Lemos como, de uma vez, o tempo é recortado pelo discurso do *Curso de Linguística Geral* entre duas ordens, o estático e o dinâmico, sendo essa última instância excluída dos limites de seu domínio de objetividade. Criando dificuldades para a linguística em sua emergência; marcando o estado momentâneo das determinações da língua, compreendidas em razão da contemporaneidade de seus valores; suturando o (tempo) invisível como cadeia de acontecimentos (causalidade) em oposição (absoluta) ao tempo visível, reconhecido/percebido pela consciência dos falantes; emprestando o caráter de em si (assistemático) aos fatos diacrônicos; o discurso do *CGL*, em nossa interpretação, divide o Tempo entre um tempo fora da língua, resto não teorizado, identificável a um passado diacrônico que condiciona e se opõe ao tempo da língua como um presente sincrônico. Articulamos possibilidades de passagem daquele ao *tempo*, digamos, *presente* em seus efeitos, ou, mais estritamente formulado, do *presente constitutivo* (interdiscursivo).

**Palavras-chave:** distâncias discursivas; intertemporalidade; interespacialidade.

**Abstract:** In this text, we present some reading gestures on the problematic of the time-space of the discourses formulated in our doctoral thesis *Gestures of the archive in the Metaphorical South: of the language of LGBTQIA+ law(s)*. We read how, at once, time is cut by the discourse of the General Linguistics Course between two orders, the static and the dynamic, the latter being excluded from the limits of its domain of objectivity. Creating difficulties for linguistics in its emergence; marking the momentary state of the determinations of language, understood by reason of the contemporaneity of its values; suturing the invisible (time) as a chain of events (causality) in opposition (absolute) to the visible time, recognized/perceived by the consciousness of the speakers; lending the character of in itself (unsystematic) to diachronic facts; the discourse of the *CGL*, in our interpretation, divides Time between a time outside the language, an untheorized remnant, identifiable with a diachronic past that conditions and opposes the time of the language as a synchronic present. We articulate possibilities of passage from the former to the time, let's say, present in its effects, or, more strictly formulated, from the constitutive (interdiscursive) present.

**Keywords:** discursive distances; intertemporality; interspatiality.

O pensamento é uma forma particular do real e, como tal, é parte integrante do movimento objetivo e necessário das determina-

ções de desigualdade, contradição, subordinação que constituem o real como processo sem sujeito, e, por conseguinte, o pensamento não tem de modo algum a homogeneidade, a continuidade conexa, a transparência, em uma palavra, da interioridade subjetiva da consciência que lhe atribuíram, de um lado ou de outro, todas as vertentes do idealismo. O pensamento não existe na realidade senão sob a forma de regiões de pensamento separadas e submetidas entre elas a uma lei de exterioridade distribuída que não está sem relação com a exterioridade global do real em relação ao pensamento.<sup>1</sup>

Consideramos o tempo um conceito abstrato por sermos objetos macroscópicos, vivendo em uma espécie de ‘mundo do meio’, no qual o relógio parece fluir perfeitamente e igual para todos.<sup>2</sup>

O passado não é livre. Nenhuma sociedade deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado.<sup>3</sup>

Ver o Mundo num Grão de Areia  
E o Firmamento numa Selvagem Flor  
Segurar o Infinito na palma da mão  
E a eternidade numa hora que for.<sup>4</sup>

[...] a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência.[...] a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência. Não seria o caso de designar ao mesmo tempo como esta questão, onde o real vem se afrontar com o imaginário, diz respeito também à linguagem, na medida em que ela especifica a existência do simbólico para o animal humano?<sup>5</sup>

Os anos 60 foram extremamente profícuos para a cosmologia. Um universo *dinâmico* afeta, com a eficácia concreta de um acontecimento, a memória discursiva da física teórica, as suas “leis”:<sup>6</sup>

O cosmo estático de Copérnico, Kepler e Newton havia ficado de vez para trás. A expansão cósmica implica uma direção do tempo: existe um senso definido de passado e futuro, com *o tempo funcionando* como a ponte entre os dois. Portanto, o tempo deixa de ser apenas uma ferramenta conceitual usada para medir as mudanças que percebemos à nossa volta, passando a ser um imperativo cósmico, apontando resolutamente para o futuro (Gleiser, 2010, p. 73-74, grifo nosso).

A física teórica recombina, então, os elementos de sua discursividade, num percurso que transforma a sua prática científica em torno à problemática do *invisível*. Afetada pela *mudança de terreno* instalada pelo aparecimento de um modo outro de dizer o tempo, como tempo-*funcionamento*, não mais um tempo-conteúdo: o dispositivo da percepção, que condenava o infinito ao estático, viu-se encurralado sob a emergência de um “novo” *enunciado do tempo* como prática teórica, um concreto cuja relação com

o empírico é de, parece-nos lícito dizer, profunda *decalagem*. O tempo é, nessa sequência, *o presente, a ponte* cujo *funcionamento*, metaforizaríamos, é uma relação *a*, entre passado e futuro, compreendidos como *distâncias* no todo da estrutura espaço-temporal.<sup>7</sup>

Não querendo conciliar reais inconciliáveis, o real físico e o real que concerne às disciplinas de interpretação, desejamos dar força ao problema da *decalagem temporal* como um campo científica e politicamente enfrentável no momento atual, também e a sua maneira/história/dispositivos, pelo materialismo interdiscursivo. Isso, frisamos, no que se refere a possibilidades de desdobramento de uma compreensão do tempo como uma estrutura sobre determinante do *animal ideológico e simbólico* como *animal temporal*. As disciplinas cujo trabalho teórico se funda no real sócio-discursivo também podem articular elementos para recombinar a sua compreensão do tempo, desinstalando aí eventuais governanças, efeitos de pré-construído e comandos escriturários.

Se a física protagoniza e prolifera, nas atuais condições de produção/divisão do trabalho científico,<sup>8</sup> a enunciação de *um novo discurso do tempo*, é só e porque dita rearticulação a ela se coloca como uma necessidade inscrita no todo da Prática. É também em atenção a essa necessidade (da) prática que movemos a nossa leitura na direção de uma *microfísica do tempo* enquanto materialidade equívoca, isto é, discursiva. Do *tempo*, digamos, *presente* em seus efeitos, ou, mais estritamente formulado, do *presente constitutivo* (interdiscursivo).

Este projeto teórico inscreve-se, com a sua especificidade, no mapa polêmico<sup>9</sup> de perspectivas e proposições para “pensar o contratempo” (Robin, 2016, p. 41) do lado também da disciplina historiográfica:

Todos têm lidado com um fenômeno que dá ao passado das sociedades um ar estranho de *dejà vu*, de algo que retorna, pelo menos aparentemente, que age como uma força subterrânea, uma repetição. Repetição de situações, repetição de argumentos, de *slogans*, de retóricas, de citações presas em um imenso intertexto memorial de acontecimentos; repetição de cenas, resultados, repetição das derrotas dos oprimidos, dos humilhados e dos ultrajados, repetição de dominações.

Dando por adquirido o conceito de *interdiscurso*, compreendemos o tempo – não aquele imanente à língua, mas o que a constitui desde seu relativo *exterior*. Propomos pensar, assim, o *intertempo* a partir da construção, no arquivo discursivo, de um *quarto tempo*. Vejamos a seguinte formulação de Agamben (2005, p. 122), a qual, conforme pensamos, licita-nos uma interpretação temporal dos mecanismos do desconhecimento/reconhecimento ideológico:

Quer seja pensado como círculo, quer como linha, o caráter que domina toda concepção ocidental do tempo é a pontualidade. Representa-se o tempo vivido mediante um conceito metafísico-geométrico (o ponto-instante inextenso) e então se procede como se este próprio conceito fosse o tempo real da experiência (Agamben, 2005, p. 122).

A formulação do filósofo italiano permite lançar outros olhares quanto à crítica da Ideologia de base althusseriana. Se compreendemos que *a Ideologia representa na linguagem o imaginário da existência*



*dos sujeitos*, no sentido das representações temporais, haveria que se pensar, então, como ela funcionaria enquanto mecanismo de ordenação simbólica do imaginário temporal desses mesmos indivíduos sobre o real de sua existência sobre determinado como *real temporal*.

Ainda, haveria que se notar que, como aduz Romé (2019, p. 230):

Althusser llega a la postulación del mecanismo de la interpelación como estructura atemporal, situado en el análisis del complejo concreto de formaciones en la que ese mecanismo existe, *bajo dominancia de la formación de la ideología jurídica. En el sentido analítico (el 'punto de vista de la reproducción'), la teoría de la ideología es, en realidad, la teoría de la ideología (de Estado) jurídica*. El abordaje estructural del funcionamiento de esa formación nos permitirá advertir lo que en ella hay de atemporal, en los términos de un mecanismo que funciona experiencialmente como un círculo sin tiempo, que permite inteligir lo que esa formación ideológica específica comparte con otras – dominantes en otros tiempos – como la formación ideológica de la religión (cristiana).

Uma analítica concreta dos funcionamentos ideológicos, de filiação materialista, pode, portanto, desde o ponto de vista da *reprodução* (não econômica) das atuais condições de produção do MPC, dar consequência à complexidade desses mesmos funcionamentos, havendo-os sob a *dominância* da *ideologia jurídica*, mecanismos que funcionam como *um círculo sem tempo*.

Diante do quanto discutido até aqui, um retorno a algumas formulações do *Curso de linguística geral (CLG)* sobre o tempo nos parece particularmente salutar:

Poucos linguistas percebem que a intervenção do fator tempo é de molde a criar, para a Linguística, dificuldades particulares, e que ela lhes coloca a ciência diante de duas rotas absolutamente divergentes (Saussure, 2012, p. 120).

[...] a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos. Enquanto, por um de seus lados, um valor tenha raiz nas coisas e em suas relações naturais (como é o caso na ciência econômica – por exemplo, um campo vale na proporção do que produz), pode-se, até certo ponto, seguir esse valor no tempo, lembrando sempre que, a cada momento, ele depende de um sistema de valores contemporâneos (*idem*, p. 122).

Eis porque distinguimos duas linguísticas. Como as designaremos? Os termos que se oferecem não são todos igualmente apropriados para marcar essa diferença. Assim, história e 'linguística' não são utilizáveis, porque suscitam ideias muito vagas; como a história política compreende tanto as descrições de épocas como a narração de acontecimentos, poder-se-ia imaginar que, ao descrever estados sucessivos da língua, se estivesse estudando a língua conforme o eixo do tempo; para isso, seria mister encarar separadamente os fenômenos que fazem passar a língua de um estado a outro. Os termos *evolução* e *Linguística evolutiva* são mais precisos e nós os empregaremos frequentemente; por oposição, pode-se falar da ciência dos *estados* da língua ou *Linguística estática* (*idem*, p. 122).

Para melhor assinalar essa oposição, porém, e esse cruzamento das duas ordens de fenômenos relativos ao mesmo objeto, preferimos falar de Linguística *sincrônica* e de Linguística *diacrônica* (*idem*, p. 122-123).

A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado. Também o linguista que queira compreender esse estado deve fazer *tábula rasa* de tudo quanto produziu e ignorar a diacronia. Ele só pode penetrar na consciência dos indivíduos que falam suprimindo o passado (Saussure, 2012, p. 123).

A oposição entre os dois pontos de vista – sincrônico e diacrônico – é absoluta e não admite compromissos (Saussure, 2012, p. 124).

[...] um fato diacrônico é um acontecimento que tem sua razão de ser em si mesmo; as consequências sincrônicas particulares que dele podem derivar são-lhe totalmente estranhas (Saussure, 2012, p. 126).

Esses fatos diacrônicos não tendem sequer a alterar o sistema (Saussure, 2012, p. 126).

Na perspectiva diacrônica, ocupamo-nos com fenômenos que não têm relação alguma com os sistemas, apesar de os condicionarem (Saussure, 2012, p. 127).

[...] está claro que o aspecto sincrônico prevalece sobre o outro, pois, para a massa falante, ele constitui a verdadeira e única realidade (Saussure, 2012, p. 132).

A sincronia conhece somente uma perspectiva, a das pessoas que falam, e todo o seu método consiste em recolher-lhes o testemunho; para saber em que medida uma coisa é uma realidade, será necessário e suficiente averiguar em que medida ela existe para a consciência das pessoas (Saussure, 2012, p. 132).

Uma vez de posse desse duplo princípio de classificação, pode-se acrescentar que *tudo quanto seja diacrônico na língua não o é senão pela fala* (Saussure, 2012, p. 141).

Compreendemos tais sequências como a materialização de uma tomada de posição e discurso do *CLG sobre o tempo*, a qual é constitutiva do corte saussuriano, uma vez que é na sutura do real temporal que se constrói o objeto *língua*:

Para os gramáticos e neogramáticos, a semântica estava reduzida ao estudo da mudança de sentido das palavras. Se nos reportarmos ao *Curso de Linguística Geral*, é preciso inicialmente observar que a palavra semântica não figura nele. Contudo, quando agrupamos o que pode ser relacionado à questão, convém fazer uma distinção entre, por um lado, aquilo que concerne à oposição valor-significação, assim como às relações associativas e, por outro, as questões consagradas à analogia e à aglutinação. Na verdade, essa distinção está recoberta pela oposição entre a linguística sincrônica e a linguística diacrônica. Mas, a propósito das mudanças analógicas, Saussure esboça uma análise das relações entre essas duas ordens, o que demanda alguns comentários (Haroche, Pêcheux, Henry, 2007, p. 13).

A oposição entre as ordens sincrônica e diacrônica, para efeitos do corte e, consoante Haroche, Pêcheux e Henry, uma das formas que toma a relação da língua com seu exterior específico, aparece como recobrimento da oposição valor/significação, tocando o problema do *sujeito* no que se refere à problemática das mudanças analógicas, constituídas pela “ideologia individualista e subjetiva da ‘criação’”.<sup>10</sup>

Lemos, então, como, de uma vez, o tempo é recortado pelo discurso do *CLG* entre duas ordens,

o estático e o dinâmico, sendo essa última instância excluída dos limites de seu domínio de objetividade. Criando dificuldades para a linguística em sua emergência; marcando o estado momentâneo das determinações da língua, compreendidas em razão da contemporaneidade de seus valores; suturando o (tempo) *invisível* como cadeia de acontecimentos (causalidade) em oposição (absoluta) ao tempo visível, reconhecido/percebido pela consciência dos falantes; emprestando o caráter de *em si* (assistemático) aos fatos diacrônicos; o discurso do CLG divide o Tempo entre um *tempo fora da língua*, resto não teorizado, identificável a *um passado diacrônico* que condiciona e se opõe ao *tempo da língua* como um *presente sincrônico*. Diremos que o dispositivo intratemporal *presente sincrônico* funciona na interpretação<sup>11</sup> do tempo da língua, por ela e em relação a ela mesma, comportando desde aí uma sua organização em *níveis*. A passagem ao nível do concreto discursivo induz *mudanças de terreno*.

A contribuição de Saussure, ao seu revés, deixa aberta trilhas para a articulação do tempo como uma estrutura material, especificando o seu relevo linguístico, a inunção ao presente sincrônico: uma relação, tal como construída no corte, do tempo imanente à língua, com um tempo que, ausente desta, constitui e afeta as suas formas. Ao tratar, por exemplo, das “Unidades, identidades e realidades diacrônicas” (Capítulo VIII) da terceira parte (“Linguística diacrônica”), formula o pensador:

A Linguística opera com unidades que existem segundo o encadeamento sincrônico (Saussure, 2012, p. 239).

[...] dissemos [...] que a alteração do signo é um deslocamento de relação entre o significante e o significado. Essa definição se aplica não somente à alteração dos termos do sistema, mas também à evolução do próprio sistema; o fenômeno diacrônico, em sua totalidade, não é outra coisa (Saussure, 2012, p. 241).

Entretanto, uma vez que tenhamos comprovado um determinado deslocamento das unidades sincrônicas, estaremos longe de nos ter dado conta do que se passou na língua. Existe um problema da *unidade diacrônica* em si: consiste em perguntar, a propósito de cada acontecimento, qual o elemento submetido diretamente à ação transformadora (Saussure, 2012, p. 241).

[...] as unidades que forem delimitadas nesse domínio não corresponderão necessariamente às do domínio sincrônico. De conformidade com o princípio firmado na primeira parte, a noção de unidade não pode ser a mesma. Em todo caso, não será completamente elucidada enquanto não tiver sido estudada em seus dois aspectos, o estático e o evolutivo. Somente a solução do problema da unidade diacrônica nos permitirá ultrapassar as aparências do fenômeno de evolução e atingir-lhe a essência. Aqui, como na sincronia, o conhecimento das unidades é indispensável para distinguir o que é ilusão do que é realidade (Saussure, 2012, 241).

Outra questão, particularmente delicada, é a da *identidade diacrônica*. Com efeito, para que eu possa dizer que uma unidade persistiu idêntica a si mesma, ou que, persistindo como unidade distinta, mudou de forma ou de sentido – por exemplo – pois todos esses casos são possíveis –, cumpre que eu saiba em que me baseio para afirmar que um elemento tomado a uma época – por exemplo, a palavra francesa *chaud* – é a mesma coisa que um elemento tomado a outra época – por exemplo, o latim *calidum* (Saussure, 2012, 241).

Compreendemos como, portanto, para Saussure, o problema das unidades é caro ao linguista. A

construção analítica e metodológica das unidades sincrônicas, contudo, não descuida do problema das unidades ditas *diacrônicas*, mantendo com ela relação de defasagem temporal, tanto como o presente se opõe ao passado. De outro lado, Saussure assume e descreve *identidades diacrônicas*, as quais podem ser lidas, entendemos, como paráfrases (discursivas) temporais. A questão da identidade, ademais, suscita o seu oposto, a da diferença.

Uma história do presente (sincrônico) escorre da partilha do tempo em níveis,<sup>12</sup> sob a base uma da sincronia, pelas diferentes tradições linguísticas. Há uma sintaxe do tempo como categoria do sintagma verbal, acumulando as categorias de *modo*, em que o futuro pode ser uma modalidade (possível ou provável); da *modalização* (através do condicional, o falante pode deixar de assumir o seu enunciado, mas o condicional é também o futuro do pretérito); do *aspecto*; onde “[...] a categoria do tempo dependerá do estatuto da comunicação, isto é, da oposição entre a enunciação e a narrativa” (Dubois *et al*, 2014, p. 544). Em Gramática Gerativa, o *Tempo* (T) é o constituinte obrigatório do auxiliar, cuja regra de reescrita, em português, pode ser: Aux → T (Perf) (M) (Perf), conforme ainda Dubois *et al* (2014, p. 544-545) “em que o auxiliar se reescreve pelo tempo e facultativamente por dois constituintes perfeitos Perf (*ter* ou *haver* e, em casos residuais, *ser*) + particípio passado e modais M (dever, poder, ir etc., e o infinitivo)”.

Benveniste (1976), por sua vez, situa o funcionamento do tempo da língua como parte dos processos enunciativos. O linguista irá distinguir, então, a esse propósito, entre as enunciações *histórica* e *discursiva*, tendo por base as relações de tempo no verbo francês:

A enunciação *histórica* [...] caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. Esses três termos, *narrativa*, *acontecimento*, *passado*, devem ser igualmente sublinhados. Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. Para que possam ser registrados como se tendo produzido, esses fatos devem pertencer ao passado. Sem dúvida, seria melhor dizer: desde que são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica estão caracterizados como passados. A intenção histórica constitui realmente uma das funções da língua: imprime-lhe a sua temporalidade específica (Benveniste, 1976, p. 262).

Definiremos a narrativa histórica como o modo de enunciação que exclui toda forma linguística ‘autobiográfica’. O historiador não dirá jamais eu nem tu nem aqui nem agora, porque não tomara jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa eu: tu. Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de ‘terceira pessoa’ (Benveniste, 1976, p. 262).

Por contraste, situamos de antemão o plano do *discurso*. É preciso entender o discurso na sua mais ampla extensão; toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro (Benveniste, 1976, p. 267).

Seguindo Benveniste, diremos que o presente sincrônico se constrói como parte do funcionamento histórico/discursivo enunciativo dos mecanismos linguísticos, em termos de sua relativa imanência, isto é, como fio do tempo (intratempo), sobredeterminado por Outro tempo. Que este tempo Outro não se observa, senão indiretamente, como os efeitos de retorno de um real exterior no texto presente.

Diremos ser *o presente sincrônico* (nível tipicamente linguístico da determinação temporal) a rede do real linguístico desde onde *o presente histórico* é vivido/experenciado/percebido pelos sujeitos. No campo do sentido, um *presente (inter)discursivo* dirá, a propósito das diferentes presentificações históricas, que *o presente sincrônico* é matéria formular determinada por um presente-ausente: o presente ideológico como jogo de formações temporais em relação de desigualdade/subordinação/contradição.<sup>13</sup>

Um momento outro de reaproximação transversal à problemática do tempo no arquivo teórico mobilizado para a presente reflexão leva-nos na direção do que a teoria materialista do discurso formula a propósito do duplo esquecimento (discursivo/enunciativo), desde onde se nos anunciam relações de sentido teóricas entre algumas formulações saussurianas sobre *espaço* e formulações heideggerianas também a esse propósito, admitindo-se um retorno deste último sobre aquele, no que se refere a uma compreensão efetivamente material do tempo como um objeto que, excedendo o linguístico (presente sincrônico), é o terreno da construção de um quarto tempo (filosófico)<sup>14</sup> e de um espaço de/do arquivo (articulado como e na montagem).<sup>15</sup>

Do lado das relações de espacialidade, não se cuidará, portanto, de um espaço-tempo *referencial* ou *representado*, mas *apresentado/apresentável*.<sup>16</sup> Propomos, a seguir, um caminho leitor que nos leva a remontar de Saussure a Heidegger, na direção de uma ressignificação da especificidade material temporal da teoria dos dois esquecimentos (M. Pêcheux) e de um rearranjo do valor teórico que um Outro conceito de espaço pode assumir para o materialismo interdiscursivo, trajeto que nos conduz à proposição de uma unidade analítica: o que chamaremos *distância discursiva* como dimensão de articulação de um espaço-tempo *ausente* nos arquivos.

As teorias linguísticas costumam tratar a questão da distância no registro eminentemente subjetivo da língua, qual seja, a enunciação, no que concerne à marcação (representação da diferença) entre Outro/Um. Nesse sentido, as seguintes formulações definitórias:

distância

1. Por certas palavras, conscientemente ou não, um falante pode deixar ver que ele não pertence, ou não quer pertencer, ou não tem nada em comum com o grupo ou as pessoas com as quais ele fala. Essas palavras são *marcas de distância*; assim, o tratamento *senhor* pode ser marca de distância por oposição a *você*.

2. Pode-se também falar de *distância* a respeito da relação que o falante quer estabelecer, não entre si e outrem, mas entre si e seu discurso. Quanto maior a distância, tanto mais didático é o discurso. O indivíduo como tal não intervém nos enunciados (desaparecimento de tudo o que se refere a ele pessoalmente, como, p. ex., o pronome *eu*). (Dubois *et al*, 2014, p. 187).

exotopia *s.f.* Bakhtin

Outras denominações: distância.

Definição: condição de exterioridade pessoal, espacial, temporal, linguística e cultural.

Fonte da definição: BAK95: 15, 23 (Flores *et al*, 2020, p. 117).

De um lado, as distinções temporais podem ser marcadas por muitos outros meios além do tempo do verbo (os advérbios e os complementos de tempo; as datas); e mesmo, em certas línguas

como o hebraico antigo, um elemento essencial da noção de tempo, a distinção cronológica do passado, do presente e do futuro, não é diretamente assinalada no interior do verbo. De outro lado, o tempo do verbo não serve apenas para designar a temporalidade mas significa também uma relação particular entre aquele que fala e aquilo de que se fala. Nós nos preocuparemos aqui, entretanto, com um fenômeno que se situa a igual distância de um e do outro 'tempo': *da representação do tempo com a instância da enunciação*. É o que se chamará, na acepção ampla, O TEMPO DO DISCURSO (Ducrot, Todorov, 2007, p. 283-284).

Este tempo se organiza em torno do *presente*, noção puramente linguística, que designa *o momento em que se fala* (Ducrot, Todorov, 2007, p. 283-284).

No registro imaginário (enunciativo) dos discursos, um espaço, igualmente imaginário, função da representação Um/Outro, individualiza os enunciados/enunciadores na geografia (opositiva) da língua (primeira e segunda definições) e é função exterior de um espaço Outro/outro (mostrado/constitutivo), descrito por Bakhtin já seja em sua teoria da subjetividade, da autoria, bem como da cultura:

Na constituição da subjetividade, precisa-se de outros, da sua posição exotópica. Sem isso, não se consegue perceber de fato e assimilar integralmente sequer a própria imagem externa - nenhum espelho ou foto ajudarão a instituir essa imagem. A imagem externa pode ser vista e entendida apenas por outras pessoas graças à sua posição exotópica e ao fato de serem outras. É de fora que vêm coordenadas que vão constituindo os seres que estão sempre por se consumir. Embora a alteridade seja constitutiva da individualidade, o eu e os outros não coincidem, seus horizontes não se fundem porque cada um ocupa um lugar único na existência. Essa complexa rede de relações englobando a alteridade constitutiva e a condição singular e irredutível da individualidade, é que torna inexorável o diálogo (Flores *et al*, 2020, p. 117-118).

Dessas formulações definitórias nos apropriamos, sobretudo, da instituição do espaço-tempo como uma exterioridade ao dizer. Nesse sentido, aproximamos algumas das formulações saussurianas sobre *espaço*, notadamente, aquelas que se dirigem à linguística geográfica (quarta parte do *CLG*):

O que primeiro surpreende no estudo das línguas é sua diversidade, as diferenças linguísticas que se apresentam quando se passa de um país a outro, ou mesmo de um distrito a outro. Conquanto as divergências no tempo escapem ao observador, as divergências no espaço saltam imediatamente aos olhos; os próprios selvagens as percebem, graças aos contatos com outras tribos que falem outra língua. É exatamente por via dessas comparações que um povo toma consciência de seu idioma (Saussure, 2012, p. 253).

[...] a diversidade geográfica foi a primeira comprovação feita em Linguística; ela determinou a forma inicial da pesquisa científica em matéria de língua, inclusive entre os gregos; é verdade que estes não só se preocupavam com a variedade existente entre os diferentes dialetos helênicos; mas isso porque, de modo geral, seu interesse não ultrapassava nunca os limites da própria Grécia (Saussure, 2012, p. 254).

Após verificar que dois idiomas diferem, somos instintivamente levados a descobrir analogias entre eles (Saussure, 2012, p. 254).

Que é que cria essas diferenças? Quando se acredita que seja unicamente o espaço, é-se vítima de

uma ilusão. Por si só, o espaço não pode exercer nenhuma ação sobre a língua. No dia seguinte ao do seu desembarque em L', os colonos saídos de L falavam exatamente a mesma língua da véspera. Esquece-se o fator tempo, porque é menos concreto que o espaço; na realidade, porém, é dele que releva a diferenciação linguística. A diversidade geográfica deve traduzir-se em diversidade temporal (idem, p. 261).

A separação dos dois idiomas é a forma tangível do fenômeno, mas ela não o explica. Sem dúvida, esse fato linguístico não se teria diferenciado sem a diversidade de lugares, por mínima que fosse; todavia, por si só o distanciamento não cria diferenças. Assim como não se pode julgar um volume por uma superfície, mas somente com a ajuda de uma terceira dimensão, a profundidade, também o esquema da diferenciação geográfica não fica completo senão quando projetado no tempo (Saussure, 2012, p. 262).

*A direção do movimento* é atribuível ao meio; é determinada por imponderáveis agindo em cada caso, sem que seja possível demonstrá-los ou descrevê-los. Um *u* se torna *ü* num dado momento, num dado meio; por que se modificou nesse momento e nesse lugar, e por que se tornou *ü* e não *o*, por exemplo? Eis o que ninguém poderia dizer. Mas *a própria mudança*, abstração feita de sua direção especial e de suas manifestações particulares, em poucas palavras, a instabilidade da língua, depende somente do tempo. A diversidade geográfica é, pois, um aspecto secundário do fenômeno geral. A unidade de idiomas só pode ser achada no tempo. Trata-se de um princípio de que o comparatista se deve imbuir se não quiser ser vítima de lamentáveis ilusões (Saussure, 2012, p. 262).

Sintetizando relações de sentido ainda distantes de serem suficientemente linearizadas, diremos que a demarcação saussuriana do objeto língua precisa deixar de lado, com o sujeito, dois de seus campos de desdobramento, dois outros excedentes - os quais são reintroduzidos na prática descritiva do linguista através das disciplinas enunciativas -, a saber: o espaço e o tempo. Recompõe-se, assim, um pano de fundo em que o sujeito da ciência (linguística, neste caso) é o sujeito kantiano, no sentido de seu exterior pertinente e analisável: forma estruturalmente (espaço-temporalmente) vazia que espacializa e temporaliza n(a) história, combinando *duração* e *direção*, isto é, fazendo sentido. Desde Heidegger (2012, 2015, 1991), conforme pensamos, recuperamos algumas formulações interessantes a esse propósito, embora se cuidem de relações de sentido teóricas ainda em estágio descritivo:

Cada mundo individual descobre cada vez a espacialidade do espaço que lhe pertence. Fazer que o utilizável venha de encontro cada vez em seu espaço do mundo-ambiente só permanece onticamente possível porque o *Dasein* é ele mesmo 'espacial' quanto ao seu ser-no-mundo (Heidegger, 2012, p. 305).

A espacialidade do *Dasein* que por sua essência não é subsistência não pode significar algo que ocorre em um lugar do 'espaço cósmico', nem a utilizabilidade em um lugar próprio (Heidegger, 2012, p. 307).

Como ser-em des-afastante, o *Dasein* tem ao mesmo tempo o caráter do *direcionamento*. Todo ficar-perto já tem de antemão um direcionamento numa região a partir da qual o des-afastado se aproxima para poder ser encontrado quanto ao seu lugar-próprio (Heidegger, 2012, p. 316-317).

Desse direcionamento surgem as direções fixas para a direita e para a esquerda. Assim como seus des-afastamentos, o *Dasein* traz também constantemente consigo essas direções (Heidegger, 2012, p. 317).

Esquerda e direita não são algo ‘subjetivo’, de que o sujeito tem um sentimento, mas direções do ser-direcionado no interior de um mundo cada vez já utilizável. ‘Pelo mero sentimento de uma diferença de meus dois lados’ [Kant, em *Que significa orientar-se no pensar*] eu nunca poderia me orientar em um mundo. O sujeito com o ‘mero sentimento’ dessa diferença é um ponto-de-partida construtivo, que não leva em conta o fato de que o *Dasein* com este ‘mero sentimento’ já *está e deve estar* cada vez em um mundo, para poder se orientar. É o que fica claro no exemplo com que Kant procura elucidar o fenômeno da orientação (Heidegger, 2012, p. 318-319).

Se devo me orientar, em nada me ajuda o ‘mero sentimento da diferença’ dos meus dois lados, enquanto não for apreendido um objeto determinado, ‘cuja posição’, diz Kant de passagem, ‘tenho na memória’. O que significa que: oriento-me necessariamente em e por um cada vez já sendo junto a um mundo ‘conhecido’ (Heidegger, 2012, p. 319).

A materialidade do sujeito é direcionável, lugar em que o espaço funciona como um de seus determinantes, o mundo/espaço ‘conhecido’ o é ao modo do *a priori*, da *Orientierung*, mas e, somente se, pensamos, o determinante *Orientierung* é concretamente compreendido como matéria-prima transformando-se em consciência espacial na história (sentido).<sup>17</sup>

Não buscando, no arquivo, uma unidade idiomática entre as línguas brasileira e argentina, mas uma unidade de outra ordem, discursivamente construída, nos termos de uma série diferencial - construída no espaço e tempo do/no arquivo.

Diante dessa problemática, e com o objetivo de contribuir com a formulação de novas categorias analíticas alternativas aos funcionamentos de realidade gestados nos discursos comparatistas, formulamos o conceito *distância discursiva* para caracterizar fragmentos de linguagem-e-situação (espaço-temporal), organizados, sob o primado teórico da ausência, isto é, da incompletude, de acordo com o objetivo, o alcance e a configuração das condições de produção da análise.<sup>18</sup>

O arquivo, portanto, formula-se como e através da combinação desigual sobredeterminante entre heterogeneidades materiais (saberes, sujeitos, conceitos teóricos), constituindo-se como um mapa diagramático das repetições/diferenças significantes (em diferentes registros de regularidade enunciativo-histórica).

Ainda, pondo o arquivo teórico em relação à formulação heideggeriana linearizada no § 23 (“o ser-entediado e o passatempo”) de *Os conceitos fundamentais da metafísica*, de Heidegger (2015), que, de acordo com nosso olhar, permite especificar, no materialismo interdiscursivo, o relevo temporal da teoria do duplo esquecimento face à interpelação ideológica:

[...] nós matamos o tempo. Mas o que significa aqui matar o tempo? Nós com certeza não afugentamos o tempo. Matar significa aqui impeli-lo a avançar, impulsioná-lo até aí, estimulá-lo ao movimento. Mas este ‘matar o tempo’ [Zeitvertreib] é em si propriamente um matar o tédio, e matar significa agora: expulsar, dissipar. O passatempo é *uma expulsão do tédio: uma*



*expulsão que se perfaz através de um estímulo ao tempo* (p. 124).

Apropriando-nos da relação entre *tempo* e *esquecimento* formulada por Heidegger a partir do dispositivo teórico discursivo materialista, apreendemos, nessa articulação, o funcionamento do Tempo Outro (intertempo), em seu efeito no sujeito, ponto em que concebemos o esquecimento do tempo (*Zeitvertreib*) condição do funcionamento temporal da interpelação ideológica. O esquecer o tempo é parte do seu temporalizar-se. A ideologia funcionaria, então, como mecanismo de passar (também no sentido outorgar) o tempo que afeta, já desde sua constituição, o Sujeito. Mas o tempo é também parte dos mecanismos de individuação desses mesmos sujeitos. Diremos agora: o presente sincrônico é lugar de desdobramento da dimensão de historicidade dos sujeitos no arquivo de Estado, em que são temporalizados (por exemplo, através do funcionamento enunciativo da datação em jogo no texto de registro de um nascimento).

Pensamos ter formulado algumas das condições de uma compreensão discursiva do tempo como regime de materialidade imaginária. O tempo interpela, os homens fazem o tempo, mas não da forma que acreditam, no seu assujeitamento ao relógio, o tempo precede o tempo, o que, para nós significa restituir ao real em seu estatuto legível, uma sua estrutura temporal. O sujeito falante é necessariamente temporal não apenas porque a língua organiza o tempo e assim o temporaliza, como parte de suas injunções (sincronia), senão e também porque, discursivamente esse mesmo tempo é base para o desdobramento de uma temporalidade estrutural complexa, que reparte o presente em *zonas* (Glozman, 2023). O discurso o ordena, liga. Como arquivo, o des/re/combina em montagens. Tratar, assim, do tempo como texto que surge enquanto acontecimento a ler nos parece o terreno oportuno para montar um novo tempo. Remontando, ainda, a Foucault (2001), colocamo-nos na direção de afirmar o *infinito*,<sup>19</sup> o *finito* e o *semi-finito* como práticas discursivas heterogêneas de montagem do tempo.

A matéria temporal existe de muitas formas, ou, como quer Heidegger (2012, p. 831), “a temporalidade tem distintas possibilidades e diferentes modos de se *temporalizar*”. Nosso gesto, dá consequência vertical teórica a essa problemática no terreno concreto do discurso, sem contudo, esgotar possibilidades de descrição e formulação de seu valor conceitual, o que, por si, seria inscrever o arquivo numa macroregularidade constitutiva da discursividade ocidental, caracterizada pelo encobrimento do sentido do tempo como presença [o ser é x].<sup>20</sup> A isso, o arquivo resiste através da inversão do tempo como ausência.

Uma compreensão materialista (inter)temporal do sentido nos parece ser liberada como rastro nas formulações de Pêcheux, em maio de 1980, no texto *Delimitações, inversões, deslocamentos*:

A existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um ‘desejo’, etc., no jogo variável das formas que permutam o presente com o passado e o futuro, a constatação assertiva com o imperativo da ordem e a falta de asserção do infinitivo, a coincidência enunciativa do pronome eu com irrealizado nós e a alteridade do ele (ela) e do eles (elas)... Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’ o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata: nela se inscreve assim

a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (Pêcheux, 1999, p. 8).

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. Crítica do instante e do contínuo. *In: Infância e história*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- DUCROT, Oswald; TODOROV, Todor. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Christiane; MARCELLESI, Jean-Baptiste; MEVEL, Jean-Pierre. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 2014.
- FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges; TEIXEIRA, Marlene; FINATTO, Maria José Borcony. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2020.
- FREGÉ, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. *In: ALCOFORADO, Paulo (org. e trad.). Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.
- GLEISER, Marcelo. **Criação imperfeita**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GLOZMAN, Mara. Morfología lingüística, saberes metalingüísticos y formación discursiva: Desafíos del lenguaje inclusivo en la Argentina actual. **Caracol**, v. 25, n. , 2023, p. 543-574.
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João, 2007.
- HEIDEGGER, Martin. O fim da filosofia e a tarefa do pensamento. *In: HEIDEGGER, Martin. Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.
- HEIDEGGER, M. *Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude, solidão*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar. **Série estudos**, v. 10, p. 9-26, 1984.
- PÊCHEUX, Michel. Linguística e marxismo: formações ideológicas, aparelhos ideológicos de estado, formações discursivas. *In: ADORNO, Guilherme; MARCEL, P.; MAZIÉRE, Francine. Entrevista com Francine Mazière: “Pêcheux sempre trabalhou com andaimes”*. **Encontros na análise de discurso: efeitos de sentidos entre continentes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos lingüísticos**, v. 19, p. 7-24, 1999.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

ROMÉ, Natalia. ¿Hay algo allá afuera? Historia y discurso en la teoría de Michel Pêcheux. *Fragmentum*, n. 54, p. 223-246, 2019.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.